

Redução de Desastres em África EIRD INFORMS

Produzido pelo Escritório Regional de África da
Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das
Nações Unidas (NU/EIRD)

Oficial Senior para África da NU/EIRD
Feng Min Kan

Editor Alain Valency R.

Produção Geral
Noroarisoa Rakotondrandria

Desenho e esboço
Mário Barrantes

Fotografia
NU/EIRD ÁFRICA, ICPAC (antigamente DMCN)
Prof. D. Benouar,
Departamento de Proteção Civil – Zimbábue

Circulação
Ib Knutsen e Pamela Mubuta

Imprimido pela
UNON Print Shop, Nairobi, Quênia

Renúncia
A informação e opiniões expressas nesta publicação não
refletem necessariamente as políticas do Secretariado da
NU/EIRD

Ache mais informação sobre a redução de
desastres no
Secretariado da NU/EIRD
UN Palais des Nations
CH 1211 Genebra, 10 Suíça
Tel: + 506-224-6941, 224-6395, 224-6690, Fax: + 506-
224-7758
ISDR@un.org e www.unisdr.org

NU/EIRD África
UNEP HQ, UN Complex Gigin
P.O.Box 47074 Nairobi, Quênia
Tel: (254-2) 624568 ou 624119
E-mail ISDR-Africa@unep.org
www.unisdrfrica.org

Unidade Regional para a América Latina &
Caraíbas
Caixa Postal 3745-1000
San José, Costa Rica
Fax: (506) 224-7758, Tel: (506) 224-1186
Margarita villalobos@eird.org
eird@eird.org
www.eird.org

Para assinaturas livres
Envie por favor o seu nome completo, instituição ou organização
em que trabalha (não é essencial) e mande para o seguinte
endereço: ISDR-Africa@unep.org

A parceria é tão forte quanto o parceiro fraco

Os Chefes de Estado e de Governo Africanos, aceitaram positivamente em Julho de 2004 o esboço da Estratégia Regional Africana para a Redução de Desastres e recomendaram que fosse elaborado o Programa de Acção para a Estratégia.

Esta foi uma realização da comunidade africana de gestão de desastres que se tornou realidade (como grupo claramente identificado), há 12 meses atrás – em Junho de 2003.

Mas, dois desafios principais se colocam à frente: Elaborar um Programa de Acção correcto e contribuir positivamente para a 2a Conferência Mundial de Redução de Desastres (WCDDR II) que terá lugar no Japão a 18 de Janeiro de 2005.

Contudo, estes dois desafios, constituem as duas faces duma mesma moeda. Na verdade, África, não será capaz de elaborar e implementar inteiramente e com sucesso, o seu futuro Programa de Acção sem o apoio da 2a Conferência Mundial de Redução de Desastres (WCDDR II).

Como conquistar tal apoio? Não existe uma receita clara para tal, mas poderão existir formas de aumentar as nossas possibilidades:

1. África irá a Kobe no Japão como uma equipa de futebol constituída em Junho de 2003, que ganhou a Copa de Julho de 2004 e participa na Copa Mundial cinco meses depois. Como novo candidato, será sensato procurar não “vencer a copa”, mas angariar apoiantes (sem os quais, poderá ser difícil para o jovem e novo candidato actuar). Ganhar apoiantes, ganhar apoio em Kobe no Japão: deve ser a meta para a África.
2. Nos dias de hoje, apoio é uma forma de parceria. A parceria tem a ver com a combinação de propriedades/bens (Forças) e não obstáculos e desvantagens (fraquezas). A África deve contribuir com os seus bens – não com suas fraquezas em Kobe no Japão.
3. Para que uma parceria seja efectiva, ela deve ser baseada num acordo claro e incontestável. É aqui que o nosso Programa de Acção joga um papel importante. Ele deve estar de acordo com o Programa de Acção Global resultante da 2a Conferência Mundial de Redução de Desastres (WCDDR II) sem contudo, sacrificar os nossos interesses. Tal combinação, é por si só um acordo claro e incontestável.
4. Uma forma de se alcançar isto, “é assegurar que o futuro Programa de Acção de África, contribua para se atingirem em África os objectivos globais definidos em Kobe, Japão. Posto no presente tempo – e não no futuro, temos que contribuir activamente na actual elaboração do esboço do Programa de Acção Global (através de um amplo Comité de Redacção)

África deve contribuir com todos os seus bens na definição do esboço do Programa de Acção Global. Isto também possibilitará o continente de promover o esboço (que também se tornará o seu esboço) com alguma confiança em Kobe.

A apresentação de relatórios por parte dos países do continente Africano para a 2a Conferência Mundial de Redução de Desastres (WCDDR II) é ainda um assunto pendente - tanto em termos qualitativos como em termos quantitativos. Isto constitui um caso concreto de “contribuição de bens e não de fraquezas”. Assim como um bom passo dianteiro para conquistas mais altas, mais reconhecimento e parcerias fortes.

Uma corrente é tão forte quanto a sua ligação fraca, a parceria também é assim. A parceria é tão forte quanto o seu parceiro fraco.

R. Alain Valency
EIRD-Africa@unep.org

1 Do Editor

3 A Redução de Desastres em África

- 3 GEO-PERIGOS: O continente africano experimenta uma “separação”, a principal ameaça de desastres a temer - *Doutor Chris Hartnady*
- 7 MOÇAMBIQUE: Agência alemã ajuda a integrar a gestão de risco de desastres no desenvolvimento rural - *Sr. Wolfgang Stiebens & Doutora Christina Bollin*
- 10 CHADE: Impactos da desertificação alarmantes e disposta a nova estratégia - *Sr. Mikail Abakar Ibrahim*
- 12 Gestão da Seca e Coordenação da Segurança alimentar no Quênia - *Sr. Maaboub Maalim*
- 15 Gestor de Desastres da África Austral encoraja os companheiros a acabar com lamentações - *Sr. Haretsebe Mahosi*

17 Opiniões e Retrospectiva

- 17 A Institucionalização da Gestão de Risco de Desastres em África: Ganhos & Desafios - *Sra. Lucile Randrianarivelo*
- 20 Com vista a abordagens abrangentes de longo termo sobre a gestão de desastres na Nigéria - *Doutor Olusegun E. Ojo*
- 22 Uso da terra: Risco & Recompensas – *Sr. Andy Paige*
- 23 A mulher africana um recurso para a redução de desastres “sub-utilizado” - *Sra. Alice Kirambi*

25 Plataforma Nacional da NU/EIRD África

- 25 DJIBOUTI: Aprovada a Estratégia Nacional para a Redução de Riscos de Desastres – *Sr. Ahmed Mohamed Madar*
- 26 MADAGÁSCAR: restaurado o sistema de aviso prévio e renovado o organismo de gestão de desastres - *Sra. Gina Rakotoarimanana*
- 27 UGANDA: Recentes actividades da Plataforma Nacional da NU/EIRD - *Sr. Martin Owor*
- 29 COMORES: Finalizado o Esboço do Plano Nacional de Prontidão de Emergência & Plano de Resposta - *Sr. Hamidi Soule*
- 30 GANA: Seminário de redução de desastres incita a criação duma Plataforma Nacional da EIRD - *Brig (Rtd) J. Odei*
- 32 GABÃO: Lançamento da Plataforma Nacional da NU/EIRD - *NU/EIRD África*
- 35 A Plataforma Nacional da NU/EIRD lançada na República do Congo - *NU/EIRD África*
- 36 QUÊNIA: Lançamento da Plataforma Nacional da EIRD - *NU/EIRD África*
- 40 BOTSUANA: Lançada Plataforma Nacional da NU/EIRD - *NU/EIRD África*

42 NU/EIRD Mundial em Acção

- 42 PRÉMIO SASAKAWA DAS NAÇÕES UNIDAS 2004 SOBRE A REDUÇÃO DE DESASTRES – *NU/EIRD África*
- 44 Dia Internacional para a Redução de Desastres: Um dia da elevação da consciência do risco e perigo – *Sra. Nicole Rencoret*
- 45 Ásia Central: o recentemente estabelecido escritório da NU/EIRD realiza a sua primeira reunião consultiva regional - *NU/EIRD Ásia Central*
- 47 América Latina & Caraíbas: Chefes de Estado dos Andes endossam estratégia de redução de desastres - *Sra. Elina Palm*
- 49 O NU/EIRD & Redução de Desastres na Ásia: “A Parceria Asiática” - *Sra. Takako Izumi*
- 50 Preparativos para a 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR II) – *NU/EIRD África*

54 NU/EIRD África em Acção

- 54 DIA INTERNACIONAL PARA A REDUÇÃO de DESASTRES: Lançamento da competição de desenho e composição para as crianças africanas – *NU/EIRD África*
- 55 As Actividades da NU/EIRD em 2004 & Prioridades para o ano 2005 – *NU/EIRD ÁFRICA*
- 59 OESTE & NORTE de ÁFRICA: os gestores de desastres falantes da língua francesa apelam para um fundo regional para a redução de desastres - *NU/EIRD África*

61 Os Decisores Políticos Pronunciam-se sobre a Redução de Desastres

- 61 Primeiro Encontro do IGAD de Ministros/Comissários responsáveis pela Gestão de Risco de Desastres
- 63 Discurso de Encerramento do Sr. Phandu C. Skeleman, Ministro do Botsuana para os Negócios Presidenciais e Administração Pública

Os Preparativos de África para a Conferência Mundial

- 65 Informação dos Países Africanos à Conferência Mundial de 2005 “excelente” - *Sr. Haris Sanahuja*
- 67 A Comunidade de África de Gestão de Desastres fez Recomendações à Conferência Mundial de 2005 - *NU/EIRD África*
- 70 A voz de África à PrepCom 1e PrepCom 2 – *NU/EIRD África*

73 Os Parceiros em Acção

- 73 Chefes de Estado de África Discutem Estratégia de Redução de Desastres e Recomendam Programa de Acção - *NU/EIRD África*
- 74 Gestão de risco de desastres no Leste & Corno de África: Órgão de decisão política regional, lançou o Painel Técnico Consultivo – *NU/EIRD África*
- 77 Perspectiva do 14º fórum sobre o clima no grande corno de África – *Sr. Zachary Atheru*
- 79 Primeira perspectiva regional de segurança alimentar para o Grande Corno de África - *Sr. Zachary Atheru*
- 81 A Gestão de Desastres em África: É necessária? - *Sr. Charles Kelly*

GEO-PERIGOS: O continente africano experimenta uma “separação”, a principal ameaça de desastres a temer

Dr. Chris Hartnady

UMVOTO Pty,
Cidade do Cabo, África do Sul

O Grande Sistema de Falhas da África Oriental pode ter ajudado os nossos antepassados arcaicos a desenvolver. Mas hoje, depois de milhões de anos, pode tornar-se na principal ameaça. Os peritos africanos dizem que uma repetição do maior terramoto de 1910 na actual Tanzânia Meridional seria desastroso para as cidades da Beira, Dar es Salam e Mombasa.

O continente africano sofre uma constante separação de quase 10 milímetros todos os anos. E algumas das forças por detrás deste processo de separação podem constituir uma série ameaça que poderá conduzir a desastres devastadores.

As grandes erupções explosivas aconteceram regularmente durante os últimos 40,000 anos. Estas eruptivas explosões acontecerão indubitavelmente novamente. Entre os meses de Dezembro de 2000 e de Janeiro de 2001, uma intensa actividade sísmica foi sentida na área de Rungwe e ao longo do Lago Tanganyika, deixando 600 casas destruídas e cerca de 6,000 pessoas sem casa. No entanto, a magnitude máxima destes eventos não excederam a 4 na escala de Richter.

Estes comentários emergiram de um “Seminário Especializado em Terramotos e os seus Relacionados Geo-perigos em África” que teve lugar em Nairobi, Quênia, de 18 a 19 de Junho de 2004. O seminário,

foi patrocinado pela Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD) África e foi convocado devido ao futuro potencial de grandes desastres relacionados a actividade de terramotos em África.

Estiveram presentes ao seminário onze peritos de África, dentre eles destacam-se quatro participantes chaves que são o Dr. Chris Hartnady (convocador) da empresa de consultoria das ciências da terra Umvoto África (África do Sul), Prof. Djillali Benouar da Universidade de Bab Ezzouar (Argélia), Prof. Evelynne Mbede da Universidade de Dar es Salaam (Tanzânia) e Prof. Ezra Twesigomwe da Universidade de Makerere (Uganda).

O seminário explorou, entre outros assuntos, o seguinte: (1) a revisão do estado actual de perigo de terramotos e avaliação do risco em África, (2) a revisão doutros perigos que estão directamente ou indirectamente relacionados aos perigos de terramotos de África, e (3) o estabelecimento dum Grupo de Funcionamento de Geotectónica de África, Sismologia e Peritos de Geo-perigos.

A existente “separação” a principal e potencial ameaça

Um relatório do seminário refere que a antiga placa tectónica de África experimentou, ao longo de vários milhões de anos de tempo geológico, uma separação contínua em duas placas nomeadamente a de Nubia (parte ocidental de África) e Somália (parte oriental de África), acrescentando que o tal Grande Sistema de Falhas da África Oriental (EARS) é a expressão visível de um

amplo processo de falhamento continental.

O relatório refere que a primeira espécie de hominin (nossos antepassados arcaicos) evoluiu na região do Grande Sistema de Falhas da África Oriental (EARS) durante a época Pliocénica (há 2 a 5 milhões de anos atrás) e que o ambiente do local pode ter oferecido ao antigo hominins “oportunidades sem igual para o desenvolvimento de um... nicho caracterizado por bipedalismo (utilização de dois pés), alimentação de carne e uso da pedra.”

O maior terramoto de África que ocorreu a 13 Dezembro de 1910 na parte meridional da actual Tanzânia não deixou nenhuma fatalidade e nenhum dano registado. Sómente, foram destruídos ou severamente danificados os edifícios coloniais alemães. Os métodos de construção locais e tradicionais eram superiores.

O relatório ainda acrescenta: “As mesmas forças naturais e características que podem ter providenciado os factores motrizes principais que culminaram com a evolução e dispersão global da humanidade, estão ainda hoje presentes na África Oriental. Porém, agora algumas destas forças em particular as responsáveis pelos devastadores terremotos e erupções vulcânicas podem constituir uma ameaça principal a vida moderna e ao futuro progresso económico no mesmo ambiente tectonicamente instável, no qual os nossos antepassados arcaicos pela primeira vez apareceram.”



Casa danificada por um terremoto em Zenouri – Argel, Argélia (Maio de 2003)

Mais de um terço de todos os terremotos ocorrem em África

Menos de 10 milímetros de “separação” todos os anos podem não soar assim tão alarmante, mas viver por cima de uma das duas placas tectónicas instáveis é perigoso. Na África Continental foram registados muitos terremotos significantes.

Um catálogo de terremotos de 1997 que contém uma compilação global de 618 terremotos intracontinentais de uma magnitude ≥ 5.3 de 1978 a 1994, e 123 eventos de uma magnitude ≥ 7.0 de 1900 a 1994 (ambos conjuntos de dados foram considerados estar completos). Um subconjunto de números de terremotos ocorridos em África contém 280 eventos ou 38% dos dados globais do banco de dados.

“Os maiores” terremotos (de magnitude 7+) foram registados na Tanzânia (1910), Quênia (1928), Líbia (1935), Argélia (1980) e Sudão (1990), isso é, foram registados cinco grandes terremotos no Século XX.

Os impactos dos Terramotos em África

O relatório expressa o número de mortes de todos os eventos neste período na qual é comandado pelo terremoto de 10 de Outubro 1980 em El Asnam, Argélia que deixou mais

de 5000 pessoas mortas. O mais recente terremoto da Argélia do Norte de 21 de Maio de 2003 também deixou pelo menos 2,266 pessoas mortas, e 10,261 pessoas feridas, 180,000 pessoas ficaram sem casa, e destruiu ou danificou severamente mais de 43,500 edifícios.

Em termos de fatalidades totais, o Marrocos experimentou o pior desastre sísmico de África ocorrido no Século XX, em 1960 em Agadir (magnitude 5.9). Embora o Marrocos tivesse escapado ligeiramente dos grandes terremotos de 1980 a 2002, não conseguiu escapar-se do terremoto do Estreito de Gibraltar a 24 de Fevereiro de 2004 com uma magnitude 6.4 na escala de Richter, que deixou pelo menos 628 pessoas mortas, 926 pessoas feridas, 2,539 casas destruídas e mais de 15,000 pessoas sem casa.

No Egipto, o maior número de pessoas mortas devido aos terremotos aconteceu no evento de 1992 perto da cidade de Cairo em que ocorreu um terremoto com uma magnitude de 5.9. A grande Magnitude de 7.3 do terremoto que aconteceu no Egipto em 1995 no Golfo, na região de Aqaba, numa zona relativamente não habitada, resultou sómente em 12 pessoas mortas.

O maior terremoto ocorrido em África no século XX tinha a

magnitude de 7.4, porém, não aconteceu na África do Norte. Este terremoto teve lugar a 13 de Dezembro de 1910 em Rukwa (ou Kasanga, na actual parte sudoeste da Tanzânia – perto da fronteira da Zâmbia-Tanzânia e da fronteira com a República Democrática do Congo). Notavelmente, este sério evento não deixou nenhuma fatalidade e nenhum dano fora registado, entretanto foram destruídas e muito danificadas as fortalezas coloniais alemães e suas bases militares.

Porém, com um maior crescimento da população e urbanização crescente na região dos Grandes Lagos, aumentou grandemente a vulnerabilidade para os perigos de terremotos. Como resultado, muitos eventos menores deixaram algumas fatalidades e danos no Malawi (Março de 1998), República Democrática do Congo (Setembro de 1992) e Burundi (Fevereiro de 2004). Na África do Sul, os eventos verificados foram devido a sismicidade induzida devido a mineração muitas das vezes envolvendo mineiros perto do foco do terremoto.

Os geo-perigos relacionados (vulcanismo, instabilidade de declives)

Como já foi demonstrado pelos eventos de Janeiro de 2002 em

Goma, na República Democrática do Congo Oriental (perto da fronteira com o Ruanda), muitas pessoas estão em risco devido a actividade vulcânica e/ou devido ao amplo movimento de massas de terra em declives íngremes.

Em Janeiro de 2002, uma série de terramotos ligeiramente moderados matou várias pessoas e destruiu 307 edifícios no Ruanda. Esta série de terramotos estava associada com a coincidente erupção do Vulcão Nyiragongo (República Democrática do Congo Oriental), a lava fluíu pelo que resultou em 45 pessoas mortas, destruiu partes de 14 aldeias e causou danos a aproximadamente metade da cidade de Goma. Esta série de terramotos causou uma subsidência da superfície em cerca de 70 cm em Bukavu, 50 cm em Goma e 50 cm na Ilha de Idjwi (tudo na República Democrática do Congo Oriental).

Mais tarde, em Outubro de 2002, um forte terramoto com uma magnitude de 6.2 provocou a morte de duas pessoas em Goma, destruiu e danificou edifícios em Lwiro, Bukavu e Goma (tudo na República Democrática do Congo Oriental). Também foram danificados vários edifícios em Kigali, a capital do Ruanda.

“ Os mais perigosos e explosivos vulcões de Rungwe”

O relatório refere que se juntaram desastres sísmico-vulcânicos na província vulcânica de Kivu (República Democrática do Congo Oriental) na qual as erupções vulcânicas são relativamente inactivas e previsíveis, que podem no futuro ser imensamente excedida nas suas consequências catastróficas por actividades ressurgentes na Província Vulcânica de Rungwe a mais perigosa e explosiva. O Monte Rungwe com uma altitude de 2,961 m, está situado entre os Lagos Malawi e Rukwa na Tanzânia Meridional. Os vulcões de Rungwe estão longe de estarem extintos após 8 milhões de anos de existência, embora a última erupção de Rungwe

tenha acontecido a uns 360 anos atrás.

As evidências científicas demonstram que as grandes erupções explosivas aconteceram regularmente durante os últimos 40,000 anos, e que estes acontecerão indubitavelmente novamente no futuro. Entre Dezembro de 2000 e Janeiro de 2001, uma intensa actividade sísmica fora sentida na área de Rungwe e ao longo da orla oriental perto do Lago Tanganyika, deixando 600 casas arruinadas e cerca de 6,000 pessoas sem casa. Ainda, é de notar que não ocorreu nenhuma magnitude máxima dos eventos vulcânicos de Rungwe maior que 4 na escala de Richter, e que a grande quantidade de danos de então só pode ser atribuída a grande vulnerabilidade das pessoas (construção predominantemente pobre em declives íngremes, possivelmente também perto do foco e epicentro do terramoto).

De facto, muitas pessoas têm sido atraídas para as terras altamente férteis nas íngremes encostas das montanhas na área de Rungwe. O aumento acentuado da população tem resultado num aumento da pressão sobre o ambiente, criando um efeito desestabilizante. A agricultura e o desflorestamento deixaram a terra desprotegida contra a erosão e aumentaram o fluxo de sedimentação nos lagos que ameaçam as suas biodiversidades. O deslizamento de terras e fluxos de sedimentos grosseiros bem como os problemas de correntes de lama são intensificados pela pressão da actividade humana descontrolada e uso de terra num ambiente mecanicamente instável.

Uma futura repetição?

O relatório de seminário de especialistas refere que uma repetição duma grande e explosiva actividade vulcânica sísmica na Província Vulcânica de Rungwe perder-se-iam vidas e meios de subsistência de pelo menos 4,7 milhões de pessoas na Tanzânia

Meridional e também em algumas partes adjacentes da Zâmbia e Malawí.

Em relação ao Grande Sistema de Falhas da África Oriental (EARS) em geral, ele compreende algumas das áreas mais densamente povoadas do continente africano (por exemplo; as Montanhas de Virunga região entre o Uganda, Ruanda e a República Democrática do Congo). Uma repetição no futuro de um grande terremoto do tamanho do evento de 1910 em Rukwa (o maior terremoto de África do Século XX) não só teria consequências devastadoras nestas áreas, mas também em várias cidades (com predominância as que possuem tipos de construção ocidentalizada) na costa oriental de África, como Mombassa (Quênia), Dar es Salaam (Tanzânia) e Beira (Moçambique).

O relatório afirma que estas cidades são altamente vulneráveis aos danos de eventos de terramotos ao longo das ramificações orientais da Grande Sistema de Falhas da África Oriental (EARS), com um adicional problema de possíveis efeitos das ondas do mar provocadas pela sismicidade (tsunami).

Enquanto isso, os custos económicos para as nações de África envolvidas não são nem fáceis de obter nem confiavelmente quantificados. É provável, que o custo económico dos desastres sísmicos e vulcânicos escale dramaticamente no Século XXI. Por exemplo o custo dos danos e de rotura económica causada em Maio de 2003 pelo terramoto da Argélia do Norte foi calculado entre os 600 milhões a 5 bilhões de dólares norte americanos.

A prevenção dos grandes desastres de geo-perigos

A luz de todos os factos e riscos acima citados, o “Seminário de Especialistas em Nairobi sobre Terramotos e Geo-perigos Relacionados em África” discutiu como prevenir os geo-perigos (que forma uma parte natural do Sistema

de Falhas da África Oriental) de se tornarem em grandes desastres. peritos africanos referiram que: “Eles já não precisam de demorar mais tempo para que aconteçam grandes desastres se medidas apropriadas não forem tomadas para antecipar e reduzir os seus impactos. Antecipação implica conhecimento e compreensão...”

Eles afirmaram que qualquer pessoa do público em geral, inclusive os profissionais de engenharia e planeamento bem como os políticos precisam de entender os perigosos fenómenos da natureza e também acrescentaram que na base dessa compreensão, uma decisão pode ser tomada a três níveis de compromisso para implementar as medidas de mitigação e prontidão: os três níveis de compromisso são; (1) desenvolvimento de conhecimento, (2) elevação da consciência pública e educação, (3) investimentos para a prontidão.

O vital o desenvolvimento do conhecimento, consciência pública, e prontidão

Relativo ao compromisso para o desenvolvimento do conhecimento, o relatório expressa “o nível geral de

Em África, a necessidade não é de abordagens sofisticadas de alta-tecnologia... mas uma melhor prontidão da comunidade para viver com os terramotos - de forma que a necessidade para “prognósticar” seja reduzida

sismicidade para as grandes áreas pode ser previsto para as próximas décadas a centenas de anos, e quase todos os países agora têm mapas de perigos sísmicos regionais. Uma abordagem abrangente estabeleceria as zonas geográficas mais vulneráveis e populações alvo, afim de fazer estudos detalhados e estabelecer infra-estrutura física que contribua para uma base sólida de conhecimento fundamental.” O relatório refere que os governos e decisores políticos deveriam criar desenvolvimento estratégico e programas de investimento naquela base de conhecimento.

Elaborando sobre a necessidade de compromisso na elevação de consciência pública e educação, o relatório diz que “o conhecimento geológico dominado pelos especialistas pode só produzir largos benefícios quando ele se torna aplicável através de acções de um público informado (Nuhfer, 1994),” acrescentando: “Em África, a necessidade não é para abordagens de alta-tecnologia sofisticada, como a pesquisa de previsão, sistemas de aviso prévio, mas para a melhor prontidão da comunidade afim de poder viver com os terramotos de forma a que a necessidade para a previsão seja reduzida. Aumentar a consciência... é muito mais efectivo ter como alvo as partes influenciáveis da comunidade que frequentam as escolas, através de melhores programas educacionais sobre ciências da terra (Ledermann, 1995).”

Sobre o compromisso para os investimentos na prontidão, o relatório refere que este é um programa de assistência técnica que envolve planeamento concertado para a redução de desastres ou mitigação. O relatório também refere que é assumido frequentemente que tal assistência técnica, implicitamente é de países desenvolvidos para países em desenvolvimento. Contudo a ajuda poderia incluir assistência arquitectónica e de engenharia em melhoramento de obras, desenho e construção, etc.; porém, a lição do

evento de 1910 em Rukwa (na Tanzânia Meridional) mostrou que aquelas técnicas de construção locais, tradicionais são superiores (significando que aqueles centros urbanos africanos com predominância de tipos de construção ocidental são mais vulneráveis). O relatório acrescenta que no contexto africano, a implementação de medidas de redução de desastres deve ser precedido por colheita de informação de base de como as tradições locais e os métodos de construção têm se adaptado historicamente ao ambiente natural.

O caminho a seguir

Enquanto isso, como primeiro passo, os peritos de África estabeleceram um Grupo de Trabalho de Geotectónica de África, Sismologia e Peritos de Geo-perigos e emitiram 10 recomendações, incluindo o seguinte:

- O presente Grupo de Trabalho constitui por si só o núcleo continental representante do *Comité Africano Consultivo sobre Terramotos e Geo-perigos Relacionados a Terramotos em África* (AACEG) o qual, entre outras coisas, agirá como o suporte formal do Grupo de Trabalho de África sobre a Redução de Risco de Desastres, AWGDRR (estabelecido no início deste ano).
- O Comité Africano Consultivo sobre Terramotos e Geo-perigos Relacionados a Terramotos em África (AACEG) deveria ser assistido no estabelecimento de contactos com os organismos da Comunidade Económica Regional (REC) afim de elevar a consciência pública sobre os impactos potenciais dos terremotos e desastres relacionados aos terremotos, nos seus planos de desenvolvimento económico, e organizar o primeiro seminário de formação para a região da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC), idealmente no início do ano 2005.

- Em cooperação com as Plataformas Nacionais da Estratégia Internacional para Redução de Desastres NU/EIRD, agências governamentais pertinentes, Organizações Não-Governamentais e comunidades locais afectadas, projectos piloto regionais deveriam ser identificados durante o ano vindouro (2004-2005).
- O Comité Africano Consultivo sobre os Terramotos e Geo-perigos Relacionados a Terramotos em África (AACEG) deveria convocar um Simpósio especial sobre Terremotos de África e Relacionados Geo-

perigos para o próximo 21º Colóquio de Geologia Africana a ter lugar em Maputo, Moçambique, em 2006.

A este “Seminário Especializado em Terramotos e os seus Relacionados Geo-perigos em África” também estiveram presentes a Oficial Regional Sênior Sra. Feng Min Kan da NU/EIRD África e Sra. Noroarisoa Rakotondrandria.

Os 11 peritos africanos incluíam os delegados das Universidades locais do Quénia e da companhia queniana geradora de energia eléctrica KenGen - dos quais as instalações da energia eléctrica e geotermal podem

ser adversamente afectadas pela actividade dos terramotos do Sistema de Falhas da África Oriental. ■

2. O Monte Rungwe com uma altitude de 2,961 m, na Tanzânia Meridional, está situado entre os Lagos Malawi e Rukwa.

3. O seu particular evento durante o qual só as missões coloniais alemãs e as bases militares (com construção de tipo ocidental) sofreram um pesado dano. O relatório refere que os métodos de construção locais e tradicionais – adaptados historicamente ao ambiente natural – são superiores.

4. Um dos papéis do Comité Africano Consultivo sobre os Terramotos e Geo-perigos Relacionados a Terramotos em África (AACEG) é de ser um catalizador e facilitador de criação e realização de actividades de advocacia e consciencialização pública, onde os esforços coordenados são necessários para o progresso na prevenção dos desastres provocados pelos terramotos.

MOÇAMBIQUE: Agência alemã ajuda a integrar a gestão de risco de desastres no desenvolvimento rural

Sr. Wolfgang Stiebens & Doutor Christina Bollin

Agência Alemã para a Cooperação Técnica, Maputo, Moçambique

A Agência Alemã para a Cooperação Técnica, GTZ, tem ajudado na reconstrução do resistente ciclone através dum projeto de ajuda de emergência e da introdução das primeiras medidas de gestão de risco de desastres (DRM) na Província de Sofala, Centro de Moçambique. Ao distrito do Búzi foi dada a maior ênfase ao apoio de abordagens preventivas.

Os primeiros resultados positivos

Devido à importância do assunto e também devido aos primeiros resultados positivos, o tópico foi integrado como tópico transversal no Programa para a Ajuda de

Desenvolvimento Rural para as três províncias do Centro de Moçambique em 2003.

A abordagem sobre a gestão de risco de desastres compreende os seguintes elementos importantes:

- Sensibilização e formação das comunidades das aldeias e Administrações de Distrito em gestão de risco de desastres
- Estabelecimento de comités locais de gestão de risco de desastres nas comunidades das aldeias
- Avaliação de risco participativo
- Estabelecimento de um sistema de aviso prévio para as cheias em cooperação com as comunidades das aldeias e as respectivas instituições técnicas (Serviços Hidrológicos e Meteorológicos a nível provincial)

- Ajuda na criação de relações de trabalho entre os principais actores na gestão de risco de desastres, como:

- o Líderes locais a nível de aldeia
- o Governo do Distrito com o seu comité de proteção de desastres
- o Autoridades de gestão de desastres e o comité técnico de proteção de desastres como também as autoridades técnicas acima mencionadas
- o Governo Provincial

O enfoque nos distritos vulneráveis aos desastres

Um dos principais objetivos do Programa (para a Ajuda ao Desenvolvimento Rural) é a integração da gestão de risco de

desastres dos distritos vulneráveis aos desastres nos planos de desenvolvimento desses mesmos distritos.

Isto visa à designação institucional de responsabilidades, convertendo o tópico numa parte consciente das estratégias de desenvolvimento, garantindo assim a sustentabilidade das medidas preventivas.

Porém, a determinação do significado de gestão de risco de desastres para o planeamento do desenvolvimento dum distrito depende do respectivo risco.

Seminário para os funcionários de desenvolvimento, e de gestão de risco de desastres dos distritos

Actualmente, a gestão de risco de desastres não está ou só está parcialmente contida nos planos de desenvolvimento dos distritos. Portanto, um seminário sobre a integração da gestão de risco de desastres nos planos de desenvolvimento dos distritos

realizou-se no Búzi, Província de Sofala, de 16 a 17 de Setembro de 2004, com os seguintes objetivos:

- Troca de informação e experiências entre os representantes de vários distritos como também dos planeadores do processo, dum lado, e planeadores da gestão de desastres doutro.
- Compilação dos elementos nucleares e/ou de modelos de desenvolvimento para a integração de gestão de desastres nos planos de desenvolvimento de distrito.

No seminário de dois dias, na qual tomaram parte particularmente os peritos responsáveis pelo planeamento de desenvolvimento dos vários distritos e províncias, foram estabelecidas as bases para a integração da gestão de risco de desastres nos processos de planeamento.

Os resultados essenciais constituem uma estrutura fundamental para a

integração, bem como as recomendações servem para a consolidação dos conteúdos de gestão de risco de desastres nas estratégias de desenvolvimento e planos de acção.

A definição da Estrutura básica

O Ministério de Plano e Finanças de Moçambique apelou para um modelo multi-faseado de planos de desenvolvimento do distrito que serviu de orientação para os participantes do seminário. Os participantes lançaram recomendações de como e em que fase integrar a gestão de risco de desastres no processo de planeamento do desenvolvimento.

A estrutura básica definida está ilustrada na seguinte tabela.

A fase inicial foi particularmente dada muita importância: se os actores nesta fase, ou pelo menos parte deles, estivessem familiarizados com a gestão de risco de desastres e acreditassem na sua importância para o distrito, o tópico provavelmente jogaria também um papel importante no planeamento. A análise de risco dentro da 2ª fase é decisiva em termos de metodologia.

Os actores essenciais para a integração da gestão de risco de desastres também foram identificados dentro deste contexto e dado ênfase ao papel especial do Administrador do Distrito que é o responsável tanto pelo plano de desenvolvimento do distrito como também pela gestão de risco de desastres a nível do distrito.

Desejo duma abordagem independente para a Redução de Riscos de Desastres (DRM)

Com respeito as fases 3 e 4 (desenvolvimento da estratégia e plano de acção), uma das perguntas principais foi se a gestão de risco de desastres teria que ser incorporada explicitamente como um tópico individual (capítulo) ou de preferência como um tópico transversal nos sectores como a agricultura, etc.

Fase distrital de planeamento do desenvolvimento ¹		Recomendações para a integração da gestão do risco de desastres
1	Equipa de Peritos (ETP) e Publicação	Sensibilização do governo distrital, EPAP ² e ETP ³ para a necessidade e possibilidades da gestão de risco de desastres <u>Objectivo:</u> Perícia do DRM será considerada ao se definir a equipa de peritos ou ao que fôr "vendido" à todos os participantes
2	Análise da situação inicial	Análises das vulnerabilidades e perigos, bem como das regiões em perigo e das capacidades existentes; uso de mapeamento de risco nas localidades <u>Objectivo:</u> Consideração do risco de desastres na análise inicial e identificação dos problemas; envolvimento da população
3	Desenvolvimento da estratégia de desenvolvimento	Estratégias de desenvolvimento para reduzir vulnerabilidades com particular consideração para a capacitação <u>Objectivo:</u> Gestão de risco de desastres como parte integrante da estratégia de desenvolvimento
4	Desenvolvimento do programa de acção	Definição de actividades suas responsabilidades e as possíveis fontes de financiamento para a gestão de risco de desastres <u>Objectivo:</u> Estabelecimento de bases para a implementação da gestão do risco de desastres na base da estratégia.
5	Revisão e aprovação pelo governo Provincial	
6	Implementação e monitoramento	Integração da gestão de risco de desastres no sistema de monitoramento.

¹ De acordo com as directrizes do Ministério do Plano e Finanças de Moçambique para o planeamento do distrito, 1998

² EPAP: Equipe de conselheiros do Governo Provincial para o planeamento do desenvolvimento dos distritos

³ ETP: Equipe de peritos ao nível distrital, desenvolvendo o plano sob a orientação do Administrado

Neste ponto foi considerado e recomendado como decisivo descrever a gestão de risco de desastres nos distritos vulneráveis como um tópico individual da estratégia de desenvolvimento. As actividades derivadas podem ser descritas então em conexão com outros sectores ou podem ser marcadas individualmente nos respectivos sectores (por exemplo sistemas de irrigação para agricultura) para fazer justiça à natureza transversal-sectorial do assunto.

O seminário desenvolveu um modelo de dois passos que, essencialmente, requer uma abordagem independente para a gestão do risco de desastres. As actividades derivadas serão determinadas então nos planos de acção do sector. Se necessário, pode ser introduzida uma categoria

individual para a gestão de risco de desastres.

A extensão do processo a outras áreas

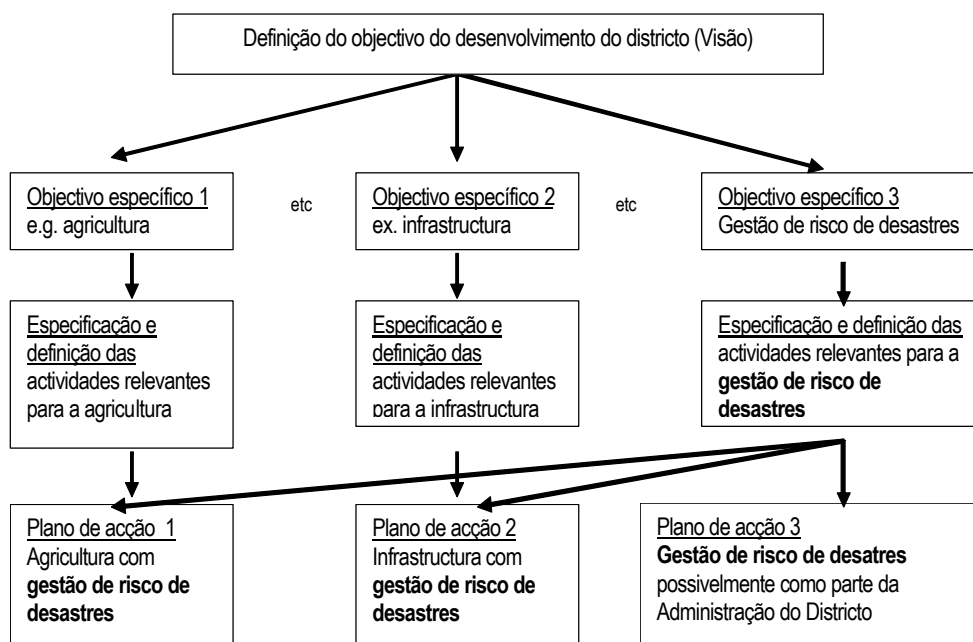
O seminário teve lugar quando os participantes já tinham um pouco de experiência tanto de planeamento de desenvolvimento do distrito como de gestão de risco de desastres. Além disso, o processo de planeamento do desenvolvimento do distrito ainda está na sua fase inicial na maioria dos distritos das províncias de Sofala, Inhambane e Manica no Centro de Moçambique, o que significa que os resultados do seminário podem ainda influenciar os procedimentos adicionais. Isto, é também verdade para as outras províncias.

O seminário desenvolveu pontos de partida importantes para este

processo em termos de conteúdos e metodologia.

Apesar deste significativo progresso, o seminário pode ser todavia, só o começo de um processo, visto que, vários pontos importantes não puderam ser clarificados neste contexto e/ou precisam de uma elaboração a longo prazo.

Então, agora objectivo é avançar com o desenvolvimento destas abordagens nos distritos vulneráveis aos desastres do Centro de Moçambique. Adicionalmente, os resultados serão discutidos com os actores nacionais e internacionais que apoiam o desenvolvimento e a implementação dos planos de desenvolvimento dos distritos nas várias províncias do país.■



CHADE: Impactos da desertificação alarmantes e disposta a nova estratégia

Sr. Mikail Abakar Ibrahim,

*Engenheiro de silvicultura,
Director Adjunto, Departamento de Pesca e de
exploração Pesqueira,
Ministério do Ambiente e Recursos Hídricos do
Chade,
Njamena, Chade*

A desertificação é uma característica do Chade, um país do Sahel. Mas os seus impactos actuais são alarmantes. A degradação dos recursos naturais permanece, sem nenhuma diminuição, na realidade até mesmo “acelerada.” O país teve que rever algumas das suas prioridades.

Os impactos económicos e sociais da desertificação são alarmantes no norte do Chade. A região que invariavelmente experimentou a desertificação é em termos ecológicos vulnerável à erosão causada pelo vento (erosão eólica).

De facto, o equilíbrio ecológico tem estado a afectar a região. A chuva reduzida resultou na redução da vegetação e teve um grande impacto nos meios de subsistência das pessoas e na estabilização relativamente geral das dunas de areia bem estabelecidas.

O país tem uma área total de 1,284,000 km². O seu clima é quente e seco com uma distribuição fraca de chuva tanto no espaço de tempo bem como geograficamente. No país existem três zonas ecológicas principais (correspondendo a cinco áreas bioclimáticas): a zona sahariana (chuva abaixo de 200 mm) caracterizada por uma estepe de espinho, a zona Saheliana (chuva entre 200 a 600 mm) de estepes de árvores relativamente degradadas, e a zona Sudanesa (chuva entre 600 a

1,200 mm) com árvores e savana arborizada e escassas florestas arborizadas.

90% dos meios de subsistência baseados nos recursos naturais

Sendo o Chade um país de orientação agrícola e de pecuária (acima da metade do país é orientado para o gado), 90% dos meios de subsistência do país é baseado em recursos naturais.

O Chade também tem um enorme potencial de minérios (petróleo, ouro, ferro, estanho, tungsténio, urânio, etc.). As reservas de petróleo de Doba estão sendo desde finais de 2003 exploradas com uma produção calculada de um (1) bilhão de barris por um período de 25 anos.

A rede hidrográfica do país inclui o Rio de Chari (e seu afluente, Logone), lagos (incluindo o Lago Chade), cursos d'água permanentes e sazonais e lagoas – em grande número que contribui para o recarregamento dos aquíferos da zona de Sahel. É de notar, que estes recursos de água poderiam ser bastantes para satisfazer as necessidades da agrofloresta, irrigação, gado e da actividade de pesca.

Relativo à fauna, o país possui dois parques nacionais e várias coutadas de caça (elefantes, leões, hienas, antílopes, gazelas, girafas, etc.). Por exemplo, o Park de Zakouma (300,000 ha) é o abrigo de várias espécies de animais que foram afectadas mais ou menos adversamente pelos eventos que aconteceram no país. Porém, os parques estão sendo reabilitados de uma maneira satisfatória.

Como para os recursos de pesqueiros, o sector pesqueiro é uma das prioridades do presente governo.

Realmente tem um enorme potencial de desenvolvimento enorme e pode contribuir significativamente para a redução da pobreza no Chade.

Em poucas palavras, os recursos naturais do país constituem um capital vital para a economia nacional. A sua água e o potencial agronómico e pecuário só, seria bastante para promover o desenvolvimento rural sustentável.

A degradação « acelerada »

Porém, estes recursos naturais estão enfrentando pressões extremas ligadas a variações hydro-ecológicas. Por mais de três décadas, estes recursos sofreram um grande decréscimo, realmente até mesmo aceleraram a degradação causada pela combinação de vários factores, incluindo as condições climáticas severas, alto crescimento da população humana e animal e instabilidade política.

Como resultado, o potencial biológico e físico do país é explorado em excesso, o que conduz a degradação dos elementos físicos, erosão devido ao vento e a erosão devido a chuva, aumento do retraimento e estreitamento de cursos de água, diminuição da fertilidade do solo e o desaparecimento de espécies de plantas, animais e de peixe.

Os problemas ambientais

De facto, o país está experimentando problemas ambientais, sendo os principais os seguintes:

- A siltação do oásis e o cultivo em áreas baixas, pontos de água e áreas povoadas;
- A proteção e regeneração do solo e preservação da água e da terra;
- A rotação e reabilitação dos recursos florestais e pecuários;

- O desequilíbrio entre o fornecimento e a procura de a conservação da natureza (fauna e flora);
- A gestão de resíduos sólidos domésticos e o envelhecimento dos sistemas de drenagem das águas da chuva; e
- A gestão das terras do interior e a intensificação da produção agrícola.

Relativo à desertificação, graças a potencial relação precipitação-evapotranspiração (Índice de Riquier e Roseti, 1976), a definição de degradação (como degradação de zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas) do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) ajuda a subdividir o Chade em três zonas principais: uma zona árida, uma zona semi-árida e uma zona sub-húmida.

As causas de desertificação são fundamentalmente de duas categorias: naturais e artificiais. As causas naturais no Chade incluem a seca cíclica - que foi observada de facto durante as quatro décadas - e a escassez de chuva (em todos os terceiros anos). As causas artificiais são, em ordem de importância, o desflorestamento para uso da energia lenhosa e de outras necessidades, a pastagem excessiva e os incêndios.

A nova abordagem de desenvolvimento

As abordagens de desenvolvimento consideradas até à alguns anos atrás para confrontar-se com estes problemas tinham um impacto muito limitado. A orientação de cima para baixo e tecnocrática, a base de reflorestamento e a orientação agro-industrial, não tomaram em conta o factor ecológico e as preocupações das populações locais.

Foi neste contexto, que as autoridades do Chade propuseram uma política fortemente orientada a descobrir soluções para inverter o processo de degradação e contribuir efectivamente para melhorar as condições de vida dos camponeses.

Portanto, como parte dos esforços contínuos de combate à desertificação, o Chade definiu claramente desde o ano 2000, as suas principais prioridades nacionais da seguinte forma: a protecção e a regeneração dos recursos naturais, o desenvolvimento de um plano nacional, o fortalecimento dos quadros gerais institucionais bem como o melhoramento dos sistemas de protecção.

As novas orientações estratégicas

A política de desenvolvimento rural do governo de Chade submetida aos doadores em Junho de 1999 está a favor de um desenvolvimento que opera dentro de um ambiente saudável destituído de todas as formas de poluição, e dum equilibrado desenvolvimento sócio-económico realizado através duma gestão racional de recursos naturais, conservação e acesso legítimo aos recursos naturais e diversidade biológica, assim como do controle da desertificação e dos recursos de água.

As orientações estratégicas para se alcançar os objetivos acima mencionados são: a regeneração dos elementos degradados, o alerta e consciencialização das comunidades locais sobre as suas responsabilidades e o fornecimento de água para beber às pessoas e ao gado.

No que diz respeito à implementação da Política de Protecção do Ambiente Nacional, têm sido feitas cumprir as várias providências legais existentes, inclusive Lei a 14/PR/98 sobre os princípios gerais para a protecção do ambiente, a Lei 24 de 24 de Julho de 1987 sobre a propriedade de terra e o direito consuetudinário (e o decreto que declara as medidas para a execução da Lei), Ordem 510 de 8 de Agosto 1995 sobre o reflorestamento para as comunidades e indivíduos, e o estabelecimento da Semana Nacional da Árvore.

O Chade também ratificou as convenções e tratados inclusive a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre o Combate a

Desertificação (UNCCD), a estrutura da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), a Convenção da Organização das Nações Unidas sobre a Diversidade Biológica (CBD), a Convenção de Viena sobre as Substâncias que afectam a Camada de Ozono e a Convenção sobre os Produtos Orgânicos Persistentes (POPs).

Por uma gestão saudável e sustentável

O controle da Desertification é um componente principal da Política de Protecção do Ambiente Nacional do Chade. Isto foi traduzido em formas concretas por um Plano Nacional de Acção para o Controle da Desertificação (PAN/LCD em francês) cujas as orientações estratégicas são as seguintes:

- A protecção e a regeneração dos recursos ambientais.
- O desenvolvimento de um plano nacional para a cidade e o planeamento regional.
- O melhoramento dos sistemas de produção e o fortalecimento do quadro geral institucional.

É de notar, que os objetivos do PAN/LCD combinam com os objectivos da Política de Desenvolvimento Rural, especialmente no campo da gestão de recursos naturais e desenvolvimento, e daqueles da conservação potencial da produção e da diversidade biológica.

Também o Plano Nacional de Acção para o Ambiente (PNAE em francês) constitui uma estrutura sistemática para a discussão dos assuntos ambientais com a finalidade de diagnosticar, identificando as estratégias e as acções - como também as suas modalidades de implementação técnica, institucionais e financeiras. O Plano Nacional de Acção para o Ambiente (PNAE) procura chegar a uma estratégia que seja conducente a uma gestão saudável e sustentável de recursos naturais e do ambiente.

Por último, mas não menos importante, existe a Agência para Energia Doméstica e Ambiente (Agence vertem l'énergie domestique et l'environnement em francês) cujo o objectivo é promover energias renováveis para substituir o combustível lenhoso. Para se reduzir a pressão sobre os recursos florestais, a agência apoia a gestão das terras do interior alertando aos camponeses sobre as suas responsabilidades e encorajando-os a recorrer as novas técnicas e habilidades de poupança de energia e a outras fontes de energia que podem substituir o combustível lenhoso.

Os escassos recursos

O Plano Nacional de Acção para o Controle da Desertificação (PAN/

LCD em francês) gira a volta de quatro orientações estratégicas:

- A transferência de responsabilidades de gestão de recursos naturais para as comunidades rurais
- A consciencialização, informação, formação e trabalho de extensão
- A promoção de sistemas de produção ambientalmente sãs
- O estabelecimento dum quadro geral institucional conducente não só a integrar o desenvolvimento e ambiente mas também a actividade inter-sectorial

É digno recordar, que o Chade ratificou a Convenção da Organização das Nações Unidas para

o Combate a Desertificação (UNCCD) e desenvolveu programas nacionais que providenciaram melhor coordenação e focalizaram acções de controle e combate à desertificação. O Lei da Descentralização do país também oferece uma oportunidade para alertar as comunidades rurais sobre as suas responsabilidades.

Embora a desertificação seja um perigo com impactos desastrosos em ecossistemas, só os escassos recursos do Governo não podem, somente, conseguir tratar este assunto eficazmente. Consequentemente há necessidade de mobilizar a população e a comunidade internacional para se ter mais recursos disponíveis.■

Gestão da Seca e Coordenação da Segurança alimentar no Quénia

Sr. Maaboub Maalim

Secretário Permanente, Ministério dos Programas Especiais, Escritório do Presidente, Nairobi, Quénia

O Quénia é geralmente subdividida em quatro meios de subsistência/ sistemas de produção: pastoral, agro-pastoral, agricultura marginal e agricultura de alto potencial. A vulnerabilidade a insegurança alimentar é mais alta entre as comunidades de pastores residentes em toda a Província do Nordeste e partes do Rift Valley, Província da Costa e a Província Oriental. Isto é devido, as frequentes secas, as cheias ocasionais, a pobre infraestrutura, a insegurança, aos poucos diversificados meios de subsistência ou poucas maneiras de ganhar a vida, a pobre infraestrutura de mercado de gado, entre outros factores.

O segundo grupo com alta vulnerabilidade a insegurança alimentar compreende os agricultores de pequena escala e os agro-pastores de pequena escala das áreas semi-áridas da Província Oriental e terras interiores da Província da Costa e as terras baixas da Província de Nyanza, (a oeste do Quénia). Nestas regiões, os principais meios de subsistência são a produção de alimentos e em menor extensão a produção de gado. As frequentes secas e deficientes ou não adequadas práticas de agricultura causam a insegurança alimentar naquelas áreas.

As áreas de grande potencial compreende partes do Rift Valley, a maior parte do Ocidente e das terras altas de Nyanza (no Oeste) na Província Central e na Província Oriental. Estas áreas são geralmente compreendidas como áreas com

segurança alimentar, contudo partes destas áreas experimentam ocasionalmente insegurança alimentar no caso de secas severas.

A seca mais frequente e mais severa

As secas são os principais desastres que afectam a maioria das partes do Quénia, especialmente as áreas pastorícias, agro-pastorícias e as áreas de agricultura marginal. Nos últimos 100 anos, foram registadas cerca de 28 secas no país. A maiores secas foram registadas nos seguintes períodos: 1983/1984, 1991/1992, 1996/1997 e 1999/2001. Isto mostra que as secas têm se tornado mais frequentes e mais severas no Quénia. A seca ocorrida em 1999-2001 foi a pior dos últimos 100 anos. Esta seca afectou muitas partes do país incluindo algumas áreas de grande-

potencial agrícola. No seu pico ou ponto mais alto 4.5 milhões de pessoas perderam os seus meios de vida/sustento e mecanismos de subsistência e tinham que depender inteiramente dos alimentos de ajuda fornecidos conjuntamente pelo Governo do Quênia e pelos doadores.

Para conter a situação, o Governo e a comunidade doadora implementaram um Programa Operacional de Emergência (EMOP) durante o período de Fevereiro de 2000 a Setembro de 2002 a um valor ligeiramente superior a 360 milhões de dólares americanos para intervenções na alimentação, em itens não-alimentares e na logística.

Para gerir as frequentes secas e seus impactos especialmente nas populações mais vulneráveis das Terras áridas e Semi-Áridas (ASAL), o Governo do Quênia, juntamente com as relevantes partes interessadas no referido assunto, estabeleceram vários sistemas de aviso prévio de insegurança alimentar, assim como sistemas de monitoramento de secas que fornecem, atempadamente, informação exacta e credível para o planeamento e tomada de decisão.

Em adição, o Quênia estabeleceu uma estrutura de coordenação de segurança alimentar (A Assembleia sobre a Segurança Alimentar no Quênia) que colocou juntos todas as partes interessadas que tratam de assuntos relacionados à segurança alimentar do país, incluindo os Ministérios do Governo e seus respectivos Departamentos, doadores, Organizações Não-Governamentais, e as agências das Nações Unidas, entre outras.

Disponíveis sistemas de aviso prévio

O Quênia possui sistemas-chaves de aviso prévio para a segurança alimentar e sistemas de monitoramento de secas que regulam, colecionam e analisam os dados relacionados a alimentação, tais como a precipitação, a produção animal, a produção alimentar, os



Fome devido à seca no Quênia

preços e o mercado entre outros elementos.

Os principais sistemas de aviso prévio estão baseados nos Escritórios do Presidente da República (Projecto de Gestão dos Recursos das Terras Áridas) e nos Ministérios da Agricultura, Transporte e Comunicações e Desenvolvimento Nacional e Planeamento. O Projecto de Gestão dos Recursos das Terras Áridas encarrega-se das actividades de gestão de seca que compreendem as actividades de aviso prévio, prontidão e planos de contingência para 22 districtos das terras áridas e semi-áridas do Quênia, e integra as actividades de provisão de informação de aviso prévio com as actividades de mitigação.

Um desastre “Nacional” em 2004

Anterior a declaração da emergência de seca este ano, a Assembleia de Segurança Alimentar do Quênia (KFSM) analisou numa base contínua os relatórios de aviso prévio da segurança alimentar. As avaliações de campo das multi-agências tinham também sido conduzidas, cobrindo as áreas pastorícia, e marginais e a Província da Costa. Todos os relatórios de aviso prévio e avaliação, indicaram que o desempenho para o ano 2003 seria de “poucas chuvas” e que para o ano de 2004 seria de “longo período

de chuvas” que têm sido fracas em muitas áreas do país. As fracas chuvas, durante estas duas estações, em combinação com os efeitos cumulativos da seca de 1999 a 2001 em algumas áreas do país, tinham piorado a situação da segurança alimentar, especialmente nas zonas áridas e semi-áridas. As áreas mais afectadas incluem a Província da Costa, a Província do Nordeste e a maior parte das Províncias Oriental e do Rift Valley. O Governo do Quênia tem gasto enormes quantidades de recursos para tentar travar a situação da fome nos districtos mais afectados. Como a seca continuava a piorar, mais pessoas e mais districtos foram afectados.

Em Julho de 2004, a Assembleia de Segurança Alimentar do Quênia (KFSM) estimou que 3.3 milhões de quenianos, incluindo 1.5 milhões de crianças em idade escolar, em 26 districtos do país, foram os mais afectados e estiveram na extrema necessidade de ajuda alimentar.

Resposta de emergência integrada

Para conter inteiramente a situação da seca no país, foram postas em prática, elaboradas medidas intervenção, no que diz respeito à alimentação e itens não-alimentares. O Governo e os parceiros de desenvolvimento prepararam

conjuntamente um plano de contingência integrado cobrindo um período de seis meses (de Agosto a Fevereiro de 2005) com a perspectiva de minimização dos impactos negativos da seca na vida das pessoas, meios de subsistência e na economia em geral da população afectada. É assim estimado que 166 000 metros cúbicos de seleccionados alimentos seriam necessários para os seis meses (de Agosto a Janeiro de 2005), em acréscimo foram também pedidos outros itens não-alimentares. Neste estágio, a magnitude do problema tinha atingido um nível que o Governo do Quénia sózinho não poderia ser capaz de tratá-lo.

O Presidente da República do Quénia, o Sr. Mwai Kibaki, por isso declarou a presente situação de seca como um Desastre Nacional em Julho de 2004 para possibilitar ao Governo de poder ter ajuda dos parceiros de desenvolvimento.

Todos os alimentos doados provenientes de fora do país estão sendo coordenados e recebidos pelo Programa Mundial da Alimentação (WFP) em nome da Assembleia de Segurança Alimentar do Quénia (KFSM). Os donativos recebidos localmente são canalizados para a Sociedade da Cruz Vermelha do Quénia.

As agências de liderança

Uma vez que as necessidades de comida por distrito e por mês, baseados no número de pessoas necessitadas, já tinham sido preparados pela Assembleia de Segurança Alimentar do Quénia (KFSM), toda a alimentação foi entregue pela Assembleia de Segurança Alimentar do Quénia (KFSM) ao Programa Mundial de Alimentação, que, por seu lado entrega a comida as agências de liderança (a maior parte as Organizações Não-Governamentais). É a agência de liderança, em cada um dos districtos

afectados, que finalmente distribui a comida aos beneficiários, usando os comités de base comunitária estabelecidos.

O tal sistema de Distribuição por Alvos de Base de Comunitária (CBTD) assegura que as populações vulneráveis de todas as áreas cobertas pelo Programa Operacional de Emergência (EMOP) recebam adequadamente a comida. A distribuição dos itens não-alimentares são tratados da mesma forma.

O progresso sobre a resposta do apelo do Governo

A resposta ao apelo do Governo tem sido encorajante. Até aqui, as doações totais de comida – actuais e prometidas – perfaz 66 por cento das necessidades. O Governo do Quénia entregou 45000 metros cúbicos de toneladas de productos alimentares ao EMOP (programa Operacional de Emergência). Mais donativos através da emergência estão a ser esperados, estes compreenderão tanto de productos alimentares bem como de itens não-alimentares.

Lições aprendidas

As lições aprendidas apartir da abordagem acima e das operações são:

1. As condições de trabalho/ estruturas de resposta são o espinha dorsal ou o suporte das boas intervenções durante as emergências.
2. Mais productos necessários a ser dados por interesse das agências não-governamentais com o objectivo inteiramente de apoiar o trabalho deve ser realizado através das estruturas existentes para que o processo seja transparente e eficiente.
3. Os Ministérios chaves do Governo do Quénia necessitam de estar melhor envolvidos na respostas aos desastres em vez de confinar-se nos seus usuais

mandatos de desenvolvimento (a nova estabelecida Plataforma Nacional do NU/EIRD pode ajudar).

4. A flexibilidade dos sistemas é muito importante, Por exemplo, a USAID pode rapidamente permitir a conversão dos seus productos alimentares sob o título de Programa 2 para a ajuda, o Programa Mundial de Alimentação pode converter os seus Programas de géneros alimentares em actividades de ajuda, o Governo do Quénia pode mobilizar alguns recursos para a importação de milho, o Banco Mundial pode emitir um “no-objectection” para libertar fundos extras apartir do seu credito em menos de uma semana.
5. Manter uma reserva de cereais é bastante crítico.
6. A Assembleia de Segurança Alimentar do Quénia (KFSM) necessita de fazer mais esforços e actividades no que concerne a preparação de itens não-alimentares.
7. A nível distrital, os Grupos de Direcção (DSGs) são muito úteis e não se pode dispensá-los. O recente Seminário de Capacitação sobre Desastres para os Gupos de Direcção (DSGs) ajudou bastante, particularmente nos districtos onde o Projecto de Gestão dos Recursos das Terras Áridas não esta operacional. Os districtos com o Projecto de Gestão dos Recursos das Terras Áridas estavam muito mais adiantados na realização das actividades de ajuda.
8. A avaliação Rápida multi-sectorial adoptada pela Assembleia de Segurança Alimentar do Quénia (KFSM) é muito útil para uma eventual mobilização de recursos.■

Gestor de Desastres da África Austral encoraja os companheiros a acabar com lamentações

Sr. Haretsebe Mahosi

Director Geral,
Autoridade de Gestão de Desastres
Maseru, Lesoto

O Sr. Haretsebe Mahosi, o Director-Geral da Autoridade de Gestão de Desastres do Lesoto, disse aos gestores de desastres da África Austral para se pôr fim ao que ele denominou da [habitual]

“lamentação” que na gestão de risco de desastres tem permanecido pouco entendida pelos Governos, políticos, organizações não-governamentais (NGOs), organizações empresariais e “todo o mundo.”

Ele declarou: “Nós temos que fazer a nossa própria advocacia para a nossa causa. Nós temos que promover e nos posicionar. Nós temos que tirar proveito do nosso lugar dentro da hierarquia dos Governos. Nós temos que demonstrar o nosso conhecimento e convencer os nossos Governos e as pessoas que nós nos importamos e preocupamo-nos. Nós temos que fazer com que os nossos Governos percebam e entendam a amplitude e profundidade da gestão de risco de desastres.”

Ele fez estes comentários acima mencionados durante a Segunda Sessão de um Seminário Regional das partes interessadas sobre a Gestão de Risco de Desastres que teve lugar em Johannesburg, África do Sul, de 9 a 11 de Novembro de 2004, organizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD, em parceria com a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC.

O seminário discutiu a preparação de um quadro geral de capacitação em Gestão de Risco de Desastres (para os Estados Membros da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC) - com o principal objetivo de acordar acerca dos conceitos e processo de avaliação das necessidades de capacitação que sirvam de base para a preparação do quadro geral..

Os participantes eram os membros representantes dos Estados da SADC, abrangendo gestores de desastres, e outros parceiros envolvidos (agências da Organização das Nações Unidas, organizações não-governamentais, doadores e académicos).

O Sr. Haretsebe Mahosi fez os seus comentários quando ele interviniu na Segunda Sessão do seminário que ele esteve a orientar..

A seguir está a sua citação e mais adiante vem o texto integral do seu discurso:

“
Meus senhores, minhas Senhoras,
por favor, permitam-me agradecer-vos à todos por me darem a oportunidade de me dirigir a esta Segunda Sessão do Seminário.

Não tem sido um trabalho muito fácil, considerando o constrangimento de tempo, o qual temos que enfrentar. Porém, todos os países de SADC que estão aqui hoje representados - menos o anfitrião, a República da África do Sul (RSA), fizeram as suas apresentações proporcionando-nos com iniciativas ou esforços de nível nacional sobre a gestão de risco de desastres. Nas apresentações, cada país destacou os

seus principais sucessos como também os seus principais desafios. Nós tomamos consciência agora de que há um pouco de sucessos comuns realizados em cada um dos nossos países; mas o mais importante, é nós estarmos atentos, porque há desafios comuns à nossa frente.

“Se nós não investirmos em prevenção e prontidão, nós teremos que esperar que algum desastre nos atinja e então providenciaremos alívio. Que, para mim, é tão verdadeiro quanto dizer as pessoas que deveriam morrer porque nós providenciaremos um decente enterro.”

Sr. Haretsebe Mahosi, CEO, Autoridade de Gestão de Desastres, Lesoto.

O seguir são apresentados alguns dos sucessos comuns que os países individualmente nesta região alcançaram em relação à gestão de risco de desastres:

1. Existe em cada país uma unidade de gestão de desastres

estabelecida, independente de que nome fora dado a essa unidade.

2. A legislação ou foi aprovada ou está em processo (fase de esboço).
3. As unidades de gestão de desastres em todos os países estão inseridas em ministérios seniores o que lhes dá vantagem (unidades de Gestão de Risco de Desastre).

Enquanto se aprecia esta situação, é importante notar, que há muitos desafios à nossa frente, e que muitos desses desafios parecem ser comuns a muitos dos nossos países. Estes desafios incluem o seguinte:

1. Os constrangimentos orçamentais
2. O deficiente conhecimento e habilidade
3. A falta de infra-estruturas apropriadas (equipamentos, ferramentas e sistemas)
4. A má ou deficiente Comunicação

Meus senhores, minhas senhoras, frequentemente não fazemos em conferências apresentações como nós fizemos esta tarde. Isso é bom para a partilha de informação e proporciona duns para outros técnicas que nós podemos empregar para resolver os problemas que enfrentam os nossos países. Porém, sinto-me muito preocupado pelo modo com que nós lamentamos sobre os desafios que nós enfrentamos.

Por exemplo, nós sempre viemos a estas conferências para contar um ao outro que as nossas pessoas não entendem sobre a gestão de risco de desastres, que os nossos políticos não entendem ou apreciam a importância e o papel das unidades de gestão de risco de desastres nos nossos respectivos países, que os nossos Governos não entendem o nosso papel e nos vêem como agências de alívio, e que eles não mostram nenhum compromisso com a prevenção de desastres e prontidão, em vez de, eles realçam a resposta que é a razão, por que eles não podem aumentar o orçamento para estas unidades.

Meus senhores, minhas senhoras, eu concordo completamente com vocês em todos estes assuntos, mas as minhas perguntas para todos nós que estamos aqui hoje presentes são:

1. Praticamos nós a gestão do risco de desastres? sabemos nós o que é a gestão de risco de desastres?
2. Entendemos nós isto?
3. Sabemos e entendemos nós o nosso papel dentro das nossas nações?
4. Se nós sabemos o que é a gestão de risco de desastres, se nós entendemos o que é uma unidade de gestão de risco de desastres e o que tem que fazer?, porque é que, nós estamos a chorar? Porque é que, nós não ensinamos os nossos políticos o que é a gestão de risco de desastres? Porque é que, nós não ensinamos os ministérios de tutela sobre as nossas unidades e o seu papel? Porque é que, nós não ensinamos as organizações não-governamentais, as organizações empresariais, as comunidades e todo o mundo sobre o que nós somos e para que servimos?

Meus senhores, minhas senhoras, nós somos os praticantes deste campo. Nós somos os tecnocratas, os planeadores e os pensadores nos nossos respectivos países; pelo menos até onde a gestão de risco de desastres está preocupada. Eu desejo que tomemos isto como nossa responsabilidade e levassemos aos nossos políticos, nossos ministérios de tutela, nossas organizações não-governamentais, nossas organizações empresariais e nossas comunidades a saber, a entender e a apreciar o que são e que papel desempenham as unidades de gestão de risco de desastres, e acima de tudo pensar sobre a gestão de desastres.

Nós temos que fazer a nossa própria advocacia pela nossa causa. Nós temos que promovermo-nos e posicionar-mo-nos. Nós temos que tirar proveito do nosso lugar dentro da hierarquia dos nossos Governos. Nós temos que demonstrar o nosso conhecimento e convencer os nossos

Governos e as pessoas que nós nos importamos e preocupamo-nos. Nós temos que fazer os nossos Governos perceberem e entenderem a amplitude e profundidade da gestão de risco de desastres em cada um dos nossos países. Sim, nós temos que desenvolver os meios e mecanismos que ajudarão as nossas pessoas a enfrentar com êxito estes desafios.

Realmente, nós temos que desempenhar um papel de liderança mudando e ré-moldando a cultura de gestão de risco de desastres nos nossos respectivos países. Para se ter êxito na realização disto assim, nós temos que primeiro mudar os nossos modos de pensamento, comunicação, coordenação e gestão se quisermos fazer um impacto significativo ao nosso ambiente.

“Nós [os gestores de desastres] sempre viemos a estas conferências para contarmos uns aos outros que as nossas pessoas [inclusive Governos] não entendem sobre a gestão de risco de desastres... Nós temos que desempenhar um papel de liderança mudando e ré-moldando a cultura de gestão de risco de desastres nos nossos respectivos países. Para que tenhamos sucessos ao fazer isto, nós temos que primeiro começarmos nós próprios a mudar.”

É bastante preocupante, ao que os apresentadores fizeram referência isto é ao assunto da falta de educação e formação nos nossos respectivos países. não pensam que é tempo para se incluir a gestão do risco de desastres nos currículos escolares? Quantas universidades, escolas técnicas, faculdades ou outras instituições de formação providenciam a gestão de risco de desastres como uma disciplina? O que dizemos nós e fazemos acerca deste assunto?

Nenhum dos apresentadores mencionou o reconhecimento e utilização do conhecimento indígena na gestão do risco de desastres. Por favor, permitam-me recordar-vos que os desastres têm acontecido desde há muito tempo antes da introdução da moderna tecnologia e que a humanidade (nos nossos países, ou qualquer outro lugar) tenha desenvolvido mecanismos de suporte e de luta, limitados como eles poderiam ter sido. Então, é nosso

dever identificá-los, melhorá-los e utilizá-los.

Meus senhores e minhas senhoras, voltemos para os nossos respectivos países e achemos boas razões para convencer os nossos Governos e persuadir os Paramentos para movermos um pouco da resposta, sem negligenciar isto, e investirmos mais em prevenção e prontidão.

Para mim, investindo em prevenção e prontidão não é uma opção, porque prevenção sempre é melhor que cura. Se nós não investirmos em prevenção e prontidão, nós teremos que esperar para que um desastre nos atinja e então providenciar ajuda. Que, para mim, é tão verdadeiro quanto dizer as pessoas que deveriam morrer porque nós providenciaremos um enterro decente.

Porém, nós não deveríamos esquecer, que o político tem cinco (5) anos para ficar no Governo pela via eleitoral, e ele/ela devem

produzir resultados visíveis dentro daquele período, caso contrário são minimizadas as chances de sua re-eleição e isso não é o que qualquer político quer arriscar. Nós teremos que propôr argumentos muito bons então para lhes fazer desviar recursos apartir da entrega de programas imediatamente tangíveis para investir em prevenção e prontidão - como construindo reservas nacionais que devem ser mantidas para os períodos incertos, mas também para os desastrosos e esperados futuros tempos - com o propósito de reduzir o impacto de desastres caso eles ocorram.

Senhoras e senhores, eu apelo a todos os presentes esta tarde para que regressemos aos nossos respectivos países e mudemos a cultura de gestão de risco de desastres dos nossos Governos e nossas Nações, afim de salvar a vida das nossas pessoas, se por nada mais.

”

Obrigado.

A Institucionalização da Gestão de Risco de Desastres em África: Ganhos & Desafios

Sra. Lucile Randrianarivelo

*Consultora internacional,
Antiga Secretária Permanente do
Conselho de Alívio Nacional de
Madagáscar (CNS)*

Foram conduzidos estudos, e novos conceitos e abordagens sugeriram a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (IDNDR) de 1990 a 1999. Mais tarde, estes trabalhos foram desenvolvidos e usados por Governos de todo o mundo para iniciar um processo de desenvolvimento de políticas de gestão de risco de desastres visando reduzir os efeitos adversos e impactos de desastres.

Realmente, uma grande variedade de riscos e desastres naturais e outros com sério impacto nas sociedades e economias existem no continente africano. Além disso, as comunidades em risco não só são mais vulneráveis por causa da pobreza, degradação ambiental e falta de informação, mas também por causa da fraca coordenação a nível nacional e continental.

O aumento da institucionalização

Entretanto, na maioria dos países africanos, a frequência e variedade de desastres conduziu ao aumento da

institucionalização da prática de gestão do risco de desastres. Mas, os relacionados mecanismos legais e institucionais permaneceram extremamente irracionais. Muito frequentemente, várias instituições e organismos nacionais e internacionais operam sob quadros gerais legais não transparentes e inseguros caracterizados por duplicação e sobreposição. Além disso, nenhum deles é dotado de poderes suficientes para assegurar uma coordenação sistémica das actividades envolvidas.

Por falta de planos operacionais de acção, a gestão de risco de desastres é geralmente baseada mais na

resposta que na prevenção, mitigação e prontidão. Os problemas são resolvidos de acordo como eles aparecem e com a sua natureza. O alívio de emergência é fortemente dependente da ajuda e de financiamentos externos. A logística e os recursos humanos são pobremente desenvolvidos e as contribuições da sociedade civil é mínima, assim como é a mobilização do sector privado.

Porém, alguns países africanos começaram a desenvolver e a implementar políticas de prevenção. Porquê? Principalmente porque se tornou um assunto preocupante a falta de políticas de prevenção de desastres nacionais e estratégias e a necessidade duma melhor coordenação de respostas para uma variedade crescente de situações de emergência. As políticas acima, conduziram em troca à execução de medidas visando a redução do impacto de desastres (perda de vidas humanas, impacto económico, danos materiais, etc.) em concordância com os compromissos feitos na Conferência Mundial de Yokohama de 1994 sobre a Redução de Desastres.

O processo participativo conducente à sustentabilidade e propriedade

Nestes países, o processo de estratégias nacionais de desenvolvimento para a gestão do risco de desastres foi encorajante para as consultas nacionais que criaram oportunidades para o diálogo e a partilha de conhecimento. Isto ajudou a discussão de vários problemas internos, análise de situações prevalentes e sugestão dum pacote de soluções. Semelhantemente, visitas de campo facilitaram as discussões com as autoridades governamentais locais envolvidas em operações de alívio.

Tal processo participatório possibilitou o envolvimento de vários funcionários e oficiais assegurando a sustentabilidade e também a propriedade das políticas nacionais e dos decisores. Como resultado,



Uma forma de prevenir a desertificação

dependendo dos quadros gerais políticos e institucionais de cada país e o tipo de riscos que eles enfrentam (sísmicos, inundações, incêndios, conflitos armados, etc.), alguns países africanos foram capazes, durante a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (IDNDR), ou desenvolver a estrutura de gestão de risco de desastres ou fortalecer as estruturas existentes.

Para abordar os problemas relacionados à coordenação, as estruturas em questão foram ligadas a uma entidade governamental de alto nível capaz de manter contactos com os ministérios governamentais “técnicos” e os vários actores envolvidos.

A prevenção de desastres uma componente crucial de gestão pública

Melhor ainda, a descentralização e processos de reforma que ainda estão a caminho na maioria dos países africanos não só constituíram um contexto institucional encorajante para o estabelecimento de estruturas a vários níveis - local, regional, provincial e nacional, mas também para a definição dos seus papéis, deveres, direitos, responsabilidades e recursos.

A consciencialização origina actividades através da formação e disseminação da informação que visam sensibilizar e mobilizar os cidadãos individuais e comunidades em várias fases do processo de prevenção de risco que têm sido também intensificadas com uma nova intervenção e aquisição dum equipamento moderno de detecção.

Em poucas palavras, a prevenção de desastres se tornou um componente crucial de gestão pública. Em alguns casos, foram integradas a prevenção de desastres e outras medidas relacionadas a desastres até mesmo na redução da pobreza de sectores ou planos de desenvolvimento sustentáveis e estratégias.

Realmente o sucesso da gestão de desastres naturais depende, na maioria dos países africanos, das políticas de desenvolvimento que não só instalaram a prontidão, mecanismos de detenção e mobilização de recursos, mas também mecanismos de redução da vulnerabilidade.

A mitigação de desastres também foi tomada em conta, e ajudou a avançar para uma « cultura de segurança », com uma população que está crescentemente atenta aos perigos ameaçadores, mais educada sobre os seus inimigos (perigos) e melhor

informada sobre os passos que eles têm que dar para se protegerem.

Os actuais desafios

Graças a tal dinâmica que ganhou impulso durante os últimos anos o planeamento e organização de operações de alívio de desastres naturais gradualmente se tornou uma prática estabelecida. Então, nós podemos ser induzidos a dizer que nós caminhamos continuamente ao encontro dos objetivos fixados no início da Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais (IDNDR).

Porém, apesar do testamento político de África achar soluções duradouras para desastres, e apesar dos esforços notáveis feitos pelos Governos com apoio de agências da Organização das Nações Unidas e outros parceiros bilaterais e multilaterais, os passos acima citados não puderam ainda ser reproduzidos em todos os países por causa dos seus custos financeiros e por causa do difícil acesso as áreas remotas e isoladas. Também eles foram limitados em termos de número e impacto: eles nem reduziram os impactos de desastres efectivamente nas pessoas e sistemas de produção, nem reduziram significadamente a vulnerabilidade de África.

Em qualquer dos casos, uma análise completa da respostas pós desastre mostra que alguns diagnósticos, medidas e estratégias estabelecidas precisam de ser melhoradas.

O caminho a seguir

Para se assegurar que os passos concretos e positivos realizados durante a Década Internacional não estejam perdidos e que a agenda acordada até então relativa a gestão de risco de desastres, como também os recentes e contínuos esforços da Estratégia Internacional para Redução de Desastre (NU/EIRD) da ONU, sejam frutíferos, e as metas e os objectivos acordadas devem ser seguidos resolutamente e atingidas com base no seguinte:

- Os Governos deveriam manter o impulso ganho actualmente em termos de dinâmica nacional ganhando toda a propriedade e forçando a aplicação das políticas iniciadas.
- Para reduzir o fardo extremamente pesado carregado pelas comunidades vulneráveis, programas contínuos precisam de ser abertos contando até com a valiosa contribuição das mulheres e da juventude. Melhor participação das mulheres precisa de ser promovida em todas as fases de gestão de risco de desastres, isto é, em todos os níveis de decisão tendo assim acesso ao processo de decisão bem como a participação plena na economia nacional.
- Deveriam ser ajudadas as comunidades locais a jogarem um papel chave no desenvolvimento, na adopção e implementação de políticas e medidas de prevenção de desastres. A Protecção é assunto de todas as pessoas; não pode ser reservada a uma única autoridade ou organismo. Então, deveriam ser encorajadas as comunidades e indivíduos a se protegerem, começando por utilizar a sua pouca a genuína capacidade para solucionar as crises locais localmente através de: conhecimento de condições locais, estabelecimento de rede formal/informal, etc. Porém, para

que as comunidades locais ganhem reconhecimento, deveriam começar por adquirir melhor conhecimento sobre os desastres e desenvolver mecanismos de adaptação.

A distribuição crucial de recursos

A mobilização internacional e coordenação feitas por agências da ONU - inicialmente pelo Secretariado da Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais e agora pelo NU/EIRD – tem ajudado os Governos a aumentar a coordenação no campo de prevenção de desastres e gestão de desastres. Porém, muito resta por ser feito, especialmente a satisfação das exigências da boa governação e transferência gradual de poderes para as entidades mais próximas e íntimas das populações vulneráveis. Então, por causa do desenvolvimento sustentável genuíno, é importante que a comunidade internacional continue moldando um sistema de gestão de risco de desastres e adaptar as estratégias para novos desenvolvimentos na arena global e as novas realidades humanitárias. Enquanto isso, é importante consolidar os esforços anteriores e presentes para prevenir desastres e salvar vidas humanas, é também importante que os pensamentos do passado bem como os actuais sobre a gestão de risco de desastres tenham como resultado propostas concretas relativas à distribuição de recursos. ■



inundações no Botsuana

Com vista a abordagens abrangentes de longo termo sobre a gestão de desastres na Nigéria

Doutor Olusegun E. Ojo

Assistente do Director,
Agência de Gestão de Emergência nacional (NEMA),
Abuja, Nigéria

Durante as últimas quatro décadas, eventos de perigo como terremotos, secas, inundações, tempestades, fogos e erupções vulcânicas pelo mundo causaram grande perda de vidas humanas e de meios de subsistência bem como a destruição do ambiente e infra-estruturas econômicas e sociais.

As mudanças para o desenvolvimento sustentável e redução de pobreza são ameaçadas severamente por desastres causados por perigos de origem hidro-meteorológica, geológica e ambiental, frequentemente ampliados pela actividade humana ou tecnológica.

Alguns bem intencionados e significativos projetos de desenvolvimento também aumentaram a vulnerabilidade e só tiveram sucesso em soluções a curto prazo e criaram lucros políticos para os decisores.

A falta de coordenação e dum desenvolvimento não sustentável gera riscos de desastres em lugar de promover crescimento sócio-econômico e capacidade de recuperação das comunidades.



Zona Geo-política	Estados
Zona Central Norte	Kaduna, Kogi, Plateau, Benue, Niger, Nasarawa, Kwara
Zona Este Norte	Borno, Yobe, Bauchi, Adamawa, Taraba, Gombe
Zona Oeste Norte	Sokoto, Kebbi, Zamfara, Katsina, Kano, Jigawa
Zona Este Sul	Abia, Ebonyi, Anambra, Imo, Enugu
Zona Sul Sul	Edo, Delta, Rivers, Cross River, Akwa-Ib im, Bayelsa
Zona Oeste Sul	Lagos, Ekiti, Osun, Ondo, Oyo, Ogun

Os Estados dentro de cada uma das seis zonas geo-políticas na Nigéria

Subida súbita em número e intensidade das inundações

Na Nigéria, as ocorrências de desastres e emergências aumentaram em frequência e intensidades na última década, especialmente nos tempos mais recentes.

Os derramamentos de óleo frequentes dentro do Delta de Níger (Nigéria Meridional) conduziram a danos irreparáveis as suas biosferas na zona da costa. A expansão do sector indus-

trial resultou em níveis crescentes de poluição industrial e resíduos.

O aquecimento global e o fenómeno como El Nino têm sido relacionados à subida súbita do número e severidade das recentes cheias em Jigawa, Kano (Nigéria Setentrional), Gombe (Nordeste da Nigéria) e na maioria dos Estados Meridionais. Como resultado, os Nigerianoss estão

crescentemente expostos a um maior risco de perigos naturais com a urbanização e alta incidência de pobreza coagindo as pessoas apesar dos regulamentos de urbanismo que lhes impedem de habitar nas planícies de inundação vulneráveis e encostas instáveis.

O uso descontrolado de madeira para consumo como combustível doméstico, as infestações de pestes

de pássaros como quella e de pássaros e gafanhotos no eixo Yobe-Borno (Nordeste da Nigéria) aumentam a ameaça de desertificação.

A taxa de crescimento da população é muito rápida e está criando igualmente uma feroz competição para a “escassez” de recursos, resultando assim na deterioração dos meios de subsistência, marginalização social, conflitos etno-religiosos, crimes, insegurança geral e instabilidade política. Alguns grupos de pessoas acreditam que vários conflitos etno-religiosos são o resultado da pressão sócio-econômica sobre os escassos recursos.

Crescente reconhecimento da necessidade de abordagens de longo termo

Agora, há um crescente reconhecimento por ambos os sectores tanto o público como o privado de que a forma de abordar o aumento galopante das perdas e custos é desenvolver abordagens abrangentes de longo termo sobre a gestão de desastres de origem humana/natural. As Autoridades Governamentais Locais e comunidades no país ainda estão a criar condições de institucionalização da gestão de desastres ou embarque em planos coordenados de redução de desastres.

As partes interessadas da comunidade que são os que normalmente sofrem directamente “o pior golpe” e que são os primeiros a responder nas emergências, deveriam ser e devem ser os factores a ter em conta na equação da gestão de desastres através da formação adequada, capacitação, esclarecimento público geral e educação colectiva de todo o cidadão. Isto é para habilitá-los a desempenhar um papel complementar importante nas instituições de emergência governamentais nas várias fases de emergência e gestão de desastres.

Para se tirar proveito deste potencial mas o mais breve possível, unidades

a nível comunitário não formados em resposta à emergência, NEMA (Agência de Gestão de Emergência Nacional), competentemente apoiada pelos estados e outras partes interessadas, teriam que levar o desafio promovendo a descentralização da coordenação das instituições de redução de risco de desastres ao mais baixo nível do governo (i.e. Autoridade Governamental Local), especialmente a nível de comunidade. Isto é com vista aos mandatos da Agência de Gestão de Emergência Nacional (NEMA) de médio e longo termos de mitigação e reabilitação de desastres. Isto, permitirá capacitar as comunidades de resistirem aos desastres e constituírem um ambiente sustentável para o benefício das pessoas.

A redução de risco de desastres um assunto de desenvolvimento

Os desafios para a redução do risco de desastres são essencialmente um assunto de desenvolvimento. Esforços individuais para proteger vidas e propriedades a nível da comunidade local poderiam ser muito significantes quando todos juntos e coordenados. Enquanto a assistência à emergência permanecer necessária em alguns casos, os Governos precisariam de encontrar urgentemente meios efectivos no qual uma pertinente participação holística e multi-sectorial de disciplinas profissionais e das partes interessadas contribuiriam para a redução do risco de desastres. Não há nenhuma negação de que a redução de desastres é mais barata e melhor que a cura. Devem ser concebidos políticas de redução de desastres e programas com a intenção de construir sociedades que são capazes de resistir aos perigos e assegurar que as actividades de desenvolvimento não façam aumentar involutariamente a vulnerabilidade das comunidades.

Para cumprir com estas metas requer-se compromisso político como também a necessidade de

mobilizar activamente e envolver as comunidades locais na conceptualização do programa e sua implementação. Medidas de redução de risco são muito prósperas quando elas envolvem directamente as prováveis pessoas a serem expostas aos perigos no processo de planeamento e de decisão.

É importante, promover a educação e capacitação para melhorar a compreensão das pessoas sobre os assuntos de desastres, e mobilizar habilidades indígenas apropriadas na comunicação dos riscos de desastres. O fortalecimento de instituições da comunidade através de legislação apropriada onde necessário, e o melhoramento das habilidades individuais afim de poderem compreender as profundas causas dos perigos iria a longo prazo reduzir os riscos.

A forte participação em acções preventivas e programas de saúde também é importante. Os líderes locais vindos dos sectores políticos, sociais e económicos da sociedade devem estar dispostos a aceitar a responsabilidade primária de protecção ou redução da vulnerabilidade das suas próprias comunidades.

O programa de apoio comunitário à redução de desastres

Então, em consideração aos outros mandatos da Agência de Gestão de Emergência Nacional (NEMA) de médio/longo termo no que diz respeito a mitigação e reabilitação de desastres, foi projectado um programa comunitário de apoio técnico colaborativo de redução de desastres. Este programa comunitário tem por objectivo:

- Elevar a consciência pública e providenciar educação;
- Capacitar localmente e fortalecer as instituições e a legislação; e
- Providenciar apoio técnico para os projectos piloto de mitigação de desastres e reabilitação nas Autoridades Governamentais Locais (LGAs)/comunidades seleccionadas em seis zonas geo-

políticas do país (veja a tabela na página anterior).

Em concordância com as metas acima, as seguintes actividades serão implementadas em colaboração adequada com as agências do Governo Federais apropriadas, organizações inter-governamentais (IGOs), Organizações Não-Governamentais (NGOs) e organizações de base comunitária (CBOs), e com a participação activa dos Estados interessados, Governos Locais e comunidades:

1. A capacitação extensa no país incidindo na construção e fortalecimento das Instituições de Gestão de Emergência Local.
2. A formação alargada de Treinadores em Mitigação de Desastres Comunitários e Estratégias de Reabilitação (6 seminários).
3. O esclarecimento público e Consciencialização Comunitária

para a formação de 12 Clubes Piloto de Emergência em escolas secundárias; Compilação de Materiais Literários sobre assuntos de Prevenção de Desastres e Reabilitação em 6 comunidades/ Autoridades Governamentais Locais.

4. A capacitação alargada para 6 Agências de Gestão de Emergência para facilitar a reprodução de projectos de base comunitária noutras Autoridades Governamentais Locais / comunidades.
5. Os Projectos de Mitigação/ Reabilitação demonstrativos para as comunidades vulneráveis seleccionadas.
6. A compilação do Guia de Avaliação de Campo e Manual de Formação Logística para as intervenções de gestão de emergência/desastres de base comunitária para uso geral por todas as partes interessadas.

7. O Programa de Documentação para Monitoramento e Avaliação (M&E) utilizando a tecnologia de informação multimédia (ISTO) para controlar os eventos e as actividades.

8. A compilação de um Diário Bienal de actividades de redução de desastres de base comunitária.
9. O Prémio Nacional Anual das Melhores Práticas em actividades de redução de desastres de base comunitária.

Para trazer a descentralização da redução de risco de desastres ao mais baixo nível comunitário na Nigéria, a Agência de Gestão de Emergência Nacional (NEMA) precisaria do apoio pertinente das partes interessadas, inclusive da NU/EIRD, localmente e internacionalmente.

Contacto: Doutor Olusegun E Ojo,
Director Assistente, NEMA, A Presidência,
Abuja, Nigéria,
olusegunfunmijo1991@yahoo.co.uk

PUBLICAÇÃO ACTUALIZADA

Uso do solo: risco & recompensas

PUBLICAÇÃO DA NU/EIRD

Sr. Andy Paige

Consultor da NU/EIRD
Cidade do Cabo, África do Sul

Uma brochura intitulada “Uso da solo: Risco & Recompensas” está para ser lançada. É a terceira na série de brochuras educacionais encomendada pela NU/EIRD África a *Umvoto Africa*, Empresa de Consultoria sobre Assuntos da Terra da África de Sul.

A série de brochuras procura proporcionar aos líderes

comunitários africanos guias práticos para implementar medidas apropriadas de redução de risco de desastres como um dos passos para se alcançar o desenvolvimento sustentável. As versões escolares destas brochuras têm sido produzidas também numa linguagem mais apropriada e conteúdo mais satisfatório aos alunos.

A brochura “Uso do Solo” procura apoiar e encorajar os líderes comunitários a avaliarem a maneira como as suas comunidades têm

usado o seu solo, e considerar os modos em que as boas práticas de uso do solo podem reduzir o impacto de desastres e podem melhorar as habilidades das comunidades na recuperação de desastres.

Os líderes comunitários são incitados, onde necessário, a introduzir práticas de uso do solo mais apropriadas e benéficas, e ao mesmo tempo, promover medidas pertinentes de redução de risco. Tais mudanças no planeamento do uso do solo e de que modo o solo poderá ser usado, de tal forma que com o passar

do tempo, conduzirá ao aumento da produtividade do solo, a redução de impactos dos desastres e a melhoria das condições de vida das comunidades.

A brochura descreve o papel que o solo desempenha no bem estar económico da comunidade e dá exemplos de degradação do solo devido a fraca ou a não existência de planeamento do uso do solo. Uma distinção é feita entre os desastres que surgem de perigos naturais que não podem ser prevenidos, e aqueles desastres induzidos pelo homem devido ao pobre e deficiente uso do solo.

O papel da redução de risco de desastres é destacado e os múltiplos aspectos de degradação do solo como a erosão, as pobres práticas de agricultura, o desflorestamento, a invasão de vegetação estrangeira,

urbanização, poluição e mineração são discutidos. A brochura também aborda os problemas associados a certas práticas de posse de terra e superpopulação. O papel crucial das boas práticas de uso de terra na redução de risco de desastres é também explicado.

A redução de risco de desastres também é um passo importante para se atingir a meta do desenvolvimento sustentável. Diminuindo o impacto ou severidade de desastres e melhorando a habilidade das pessoas para se recuperarem dos desastres, ajuda a quebrar o ciclo destrutivo de desastres cumulativos, e ajuda as comunidades a tornarem-se mais resistentes, o que pode jogar um papel importante na promoção do desenvolvimento sustentável e crescimento da comunidade. Vários exemplos de histórias de sucesso em África estão incluídos na brochura, para ilustrar até que ponto as boas práticas

de uso de terra são práticas e realizáveis.

Embora a brochura seja principalmente para ajudar os líderes comunitários ao nível de comunidade, os aspectos importantes de planeamento e uso da terra ao nível local e regional estão cobertos. Isto é visto, como um factor chave na mitigação dos impactos negativos de superpopulação e as más práticas de uso do solo que inevitavelmente conduzem a degradação da terra.

A brochura inclui apêndices que contém detalhes mais técnicos de acordos internacionais pertinentes e iniciativas, um glossário de termos comuns mais usados e uma lista de recursos de referência - que inclui uma pertinente lista de endereços electrónicos. ■

A Mulher Africana Um Recurso Para A Redução De Desastres “Sub-utilizado”

Sra. Alice Kirambi

Directora Geral, Agência Cristã de Parceria para o Desenvolvimento (ACPD),
Nairobi, Quênia

A mulher africana foi tornada vulnerável e por conseguinte vítima dos desastres. Todavia, ela fez e ainda tem o potencial de poder apoiar a prevenir e responder aos desastres com o seu conhecimento tradicional.

Os nossos antepassados eram habilitados e tinham conhecimentos sobre a previsão do tempo, e eram capazes de detectar quando poderiam ocorrer os desastres. Mas, por causa da intimidação, e a crença de que as

mulheres eram biologicamente “inferiores”, a mulher progressivamente deixou de ter interesse de se encarregar sobre os assuntos relacionados aos desastres.

As mulheres nunca foram incapazes

Vários estudos, concluíram que as mulheres nunca foram incapazes quando confrontadas com os desastres mesmo pelos desastres mais devastadores. Pelo contrário, elas mostram um enorme esforço e força, muita resistência e vasto conhecimento sobre as estratégias de sobrevivência, e de como lidar com os desastres. Contudo, as suas iniciativas e esforços são ainda invisíveis e por conseguinte não são levadas a sério. Como resultado, o seu potencial para o aproveitamento dos seus esforços com

vista a responder efectivamente a redução do risco de desastres e resposta aos desastres permanecem em grande medida subutilizados e subaproveitados.

Durantes as emergências, as mulheres salvam vidas humanas e são responsáveis pela criação da subsistência no período pós-emergência: elas são assim, um património e um recurso básico a considerar.

As tecnologias rudimentares e as habilidades marginalizadas e utilizadas pelas mulheres na construção de diques, que surgiram nas frequentes cheias bi- anuais em Budalangi (oeste do Quênia) contribuíram para mitigar o impacto das cheias e o risco

enfrentado pelo gado na região. Tal contribuição por parte das mulheres, se utilizada na íntegra, poderá apoiar substancialmente os esforços das comunidades na redução de desastres.

Embora, os desastres tenham sido definidos de diversas formas, por cientistas e agências especializadas, as posições comuns que ligam todas estas definições são duas: (1) os desastres são calamidades – naturais ou provocados pelo homem – que ocorrem e têm um grande impacto na vida humana e na sua subsistência; (2) a sua gravidade é tal que são necessárias medidas excepcionais para a sua resposta. Os desastres provocam um enorme sofrimento às famílias afectadas, assim é possível encontrar o lugar da mulher, especialmente dentro do sistema patriarcal que é comum em África.

O papel potencial da mulher

As mulheres estão entre as mais afectadas pelos desastres. Elas enfrentam uma tragédia dupla: a de ser incapaz de encarar/responder aos desastres e a de ser incapaz de gerir as realidades trazidas pelos desastres.

A metodologia dominante para lidar com desastres não oferece nenhum espaço à mulher uma vez que elas são vistas e consideradas como parte das vítimas para quem as soluções devem ser trazidas de fora, elas tornam-se assim, beneficiárias das intervenções trazidas pelos peritos e estrangeiros. Assim, a mulher africana, se desafiada e capacitada, poderia se considerar uma parte importante da solução..

Tem se tornado cada vez mais evidente que, as mulheres podem jogar um papel crucial na gestão do risco de desastres e situações de emergência, se elas tiverem o apoio necessário e as habilidades desenvolvidas.

Muito embora, o lugar e papel da mulher africana na resposta e mitigação dos desastres varie dependendo da natureza do meio



Mulheres deslocadas vítimas das cheias na Província Ocidental do Quênia

ambiente e/ou da metodologia, durante os desastres, as mulheres, se preocupam com a subsistência das suas famílias e pela segurança de seus filhos.

As mulheres têm por isso a consciência da ocorrência dos desastres no seu ambiente imediato, a geração mais velha possui o conhecimento tradicional e é capaz de prever a ocorrência de desastres. Contudo, as mulheres enfrentam alguns constrangimentos na mitigação dos desastres, devido à sua vulnerabilidade na comunidade resultante das pressões económicas e sociais. As capacidades das mulheres não são suficientes para uma efectiva redução do risco de desastres.

Considerar a dimensão do género na redução de desastres

A importância das questões de género nos programas de desenvolvimento é actualmente muito reconhecida e a análise do género é cada vez mais aceite não apenas como análise tecnocrata mas sim como parte integrante da planificação do desenvolvimento e seus resultados. Isto não é contudo verdade nos esforços globais de abordagem do risco de desastres. Existe globalmente, muito pouca compreensão dos aspectos do género no risco de desastres e vulnerabilidade.

Isto é em parte, atribuído ao facto de, muitos actores nesta área não estarem suficientemente sensibilizados no que diz respeito à carga desproporcional que as mulheres têm que assumir em casos de desastres. Felizmente, esta área atraiu uma vasta gama de interesses de pesquisa e muitos estudos isolaram os interesses e necessidades das mulheres nos desastres.

É também evidente, que as mulheres a nível popular tomam um papel importante e activo e fazem parte da liderança e são membros integrantes nas questões de desastres na comunidade, ultrapassando muita das vezes o número de homens, embora elas estejam formalmente pouco representadas ou ausentes nas posições cimeiras de tomada de decisão.

Reconhecimento as mulheres como sendo recurso

Com o clima de mudança e o aumento da intensidade do impacto dos desastres, os esforços das mulheres devem ser particularmente apoiados uma vez que, existem várias barreiras para a realização plena dos esforços da mulher. De entre estas barreiras, encontram-se a falta de recursos, tecnologias inadequadas e falta de controle sobre os factores estruturais tais como a terra e os produtos do mercado. Uma forma sustentável de abordar os

desastres tem a ver com o reconhecimento do papel da mulher como um recurso.

Os Governos, agências internacionais e a comunidade no geral devem colocar em prática as

estratégias que irão apoiar a remoção das barreiras e facilitar a realização das mulheres, o reconhecimento do seu potencial, a identificação das lacunas nos mecanismos de suporte às mulheres e fornecer apoio as mulheres.

Isto irá dar maior confiança e estima na mulher africana e reduzirá a sua dependência à ajuda e alívio de fora.■

DJIBOUTI: Aprovada a Estratégia Nacional para a Redução de Riscos de Desastres

Sr. Ahmed Mohamed Madar

O Ponto Focal Nacional para a Gestão de Desastres, República do Djibouti

A proposta da Estratégia Nacional para a Redução do Risco foi aprovada por todas as partes interessadas durante um seminário sobre a gestão de desastres, que teve lugar na cidade de Djibouti no dia 17 de junho de 2004.

O Ministro do Interior e da descentralização, Sua Excelência Sr. Abdoukader Doualeh Wais, presidiu a cerimónia de abertura. No seminário esteve presente o Ministro da Habitação e Planeamento Urbano e Regional. Também estiveram presentes o Chefe do Gabinete do Primeiro Ministro, o Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Djibouti, os representantes das missões diplomáticas acreditadas no Djibouti, as agências das Nações Unidas e organizações nacionais, regionais e internacionais.

Além destas dignidades, estiveram também presentes funcionários do governo dos vários ministérios que tem haver directa ou indirectamente com os desastres e membros do Comité Nacional da Gestão do Risco de Desastres do Djibouti.

Na cerimónia de abertura do seminário o Ministro do Interior e da

descentralização afirmou: “é um momento relevante para o nosso país ser dotado com os meios adequados para proteger a população contra os riscos de desastres. Com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Ministério do Interior e da Descentralização acaba de finalizar a proposta da Estratégia de Redução de Risco de Desastres. O Ministério do Interior e da Descentralização espera também estabelecer uma relevante e eficiente instituição para tratar os assuntos de gestão e coordenação da redução de riscos de desastres.”

O Ministro também disse: “Estou muito certo de que juntos seremos capazes de elevar a redução de riscos de desastres a uma área prioritária de acção com vista a um genuíno desenvolvimento sustentável...”.

No fim do seu discurso Sua Excelência Sr. Abdoukader Doualeh Wais expressou os seus sinceros agradecimentos ao Representante Residente da PNUD a Sra. Mbaranga, ao Coordenador Nacional do Projecto Sr. Ahmed Mohamed Madar, a Consultora Internacional Sra. Lucile Randrianarivelo e a todos os membros do Comité Nacional da Gestão do Risco de Desastres do Djibouti.



O Ponto Focal Nacional da EIRD, o Sr. Ahmed M. Madar e a Consultora Nacional, Sra. Lucile Randrianarivelo, na validação da Estratégia durante o seminário.

Durante o seu discurso a Representante Residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Sra. Mbaranga realçou a importância da Estratégia e prometeu o apoio das agências das Nações Unidas para a sua implementação.

Por sua vez, o Chefe do Gabinete do Primeiro Ministro, o Sr. Mohamed Ahmed Awaleh, enfatizou a estreita ligação existente entre a redução da pobreza e a redução do risco de desastres. Ele afirmou que o desenvolvimento dum Estratégia Nacional de Redução de Risco de Desastres também está considerado no documento da Estratégia de Redução da Pobreza no Djibouti (PRSP).

MADAGÁSCAR: Restaurado o sistema de aviso prévio e renovado o organismo de gestão de desastres

Sra. Gina Rakotoarimanana

CARE Madagascar,
Antananarivo, Madagascar

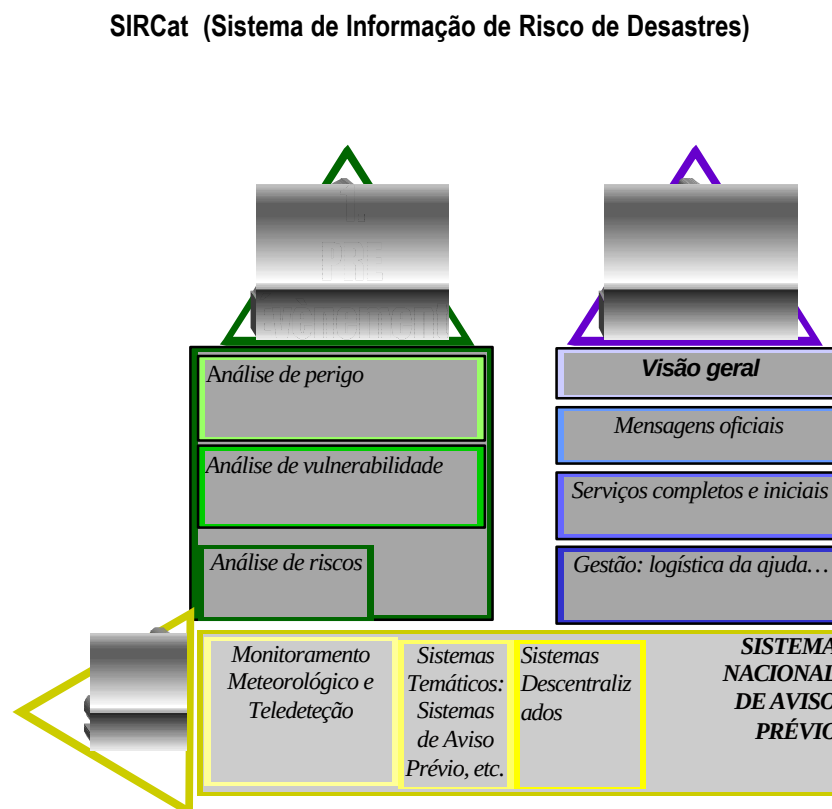
Pelo menos, um desastre natural ou induzido pelo homem atinge todos os anos Madagascar. Como a população desta ilha do Oceano Índico é altamente vulnerável, assim os perigos geralmente acabam sendo desastres.

Os perigos naturais e/ou induzidos pelo homem estão descritos no Documento sobre a Estratégia de Redução da Pobreza do país (PRSP) como um factor agravante da pobreza. E um «sistema exaustivo de informação» destaca-se na Estratégia Nacional do país sobre a Gestão de Risco de Desastres como uma resposta adequada para as necessidades de informação sentidas pelos actores locais da gestão de risco de desastres.

Uma unidade do sistema de informação de risco de desastres

Neste contexto, uma unidade de informação de risco de desastres conhecida como “SIRCat” (Système d’information sur les risques et les catastrophes – em francês) ficou operacional em 1999, estabelecidos pelo organismo de gestão de desastres nacional do Madagascar, o Conselho de Alívio Nacional (CNS em francês), com o apoio técnico da CARE.

O objetivo principal de SIRCat é providenciar uma informação simples e fácil de entender para: (1) os decisores realizarem facilmente o seu trabalho; (2) permitir aos actores de gestão de desastres (estabelecidos por



temas e zonas geográficas) de realizarem esforços mais focalizados; e (3) permitir as comunidades de adquirirem um melhor conhecimento dos seus ambientes.

A modelação de perigo e vulnerabilidade

Desde que o sistema “SIRCat” ficou operacional em 1999, este tem oferecido os seguintes produtos:

1. A modelação dos principais perigos como ciclones, secas, inundações e deslizamentos de terra.
2. A modelação da vulnerabilidade.
3. Os mapas de modelação de base que indicam a extensão

geográfica dos perigos e vulnerabilidade como também a extensão dos seus impactos.

4. O Sistema de Aviso Prévio Nacional (SAP em francês).

5. O Sistema de Informação Comunal (SIC em francês).

6. Os seguintes programas informáticos, “softwares” de computador que habilitam o Conselho de Alívio Nacional (CNS) de coordenar melhor as suas actividades de resposta/emergência:

- SUMA (Gestão do abastecimento), um programa informático de gestão de provisão desenvolvido pelo Sistema das Nações Unidas;

- MORC (Message officiel sur les risques et les catastrophes – Mensagens Oficiais sobre os Riscos de Desastres e Desastres), um software de gestão de mensagens que trata de mensagens da comunidade pós - eventos sobre a sequência e impactos dos eventos.
- EIMA (Enquête initiale multi-aléa – Initial Multi-Hazard Survey), um produto de avaliação pós perigo caracterizado por uma página de coleção de dados, um extrator de entrada de dados, um programa de processamento de dados e uma estrutura para a interpretação.

Em finalização o Documento Base do Sistema Nacional de Aviso Prévio

Estes produtos foram desenvolvidos de uma maneira participativa, envolvendo a parceria do governo e organismos não-governamentais em cada componente numa base associativa.

Por causa da sustentabilidade, os organismos envolvidos estabeleceram uma Comissão de Pressão para cada componente - ciclones, secas, inundações ou cheias, vulnerabilidade, etc., a capacitação é providenciada através das Comissões de Pressão.

O Documento de Base para o Sistema Nacional de Aviso Prévio foi desenvolvido a partir de Abril de 2003 envolvendo todos os ministérios governamentais chaves, bem como outras instituições chaves. Espera-se, que o Documento de Base seja aprovado dentro dos próximos meses e a instituição pertinente deverá fazê-lo cumprir - o Escritório do Presidente é a "âncora" da Instituição do Sistema Nacional de Aviso Prévio.

O organismo de gestão de desastres mais autónomo

Embora, seguindo os impactos de ciclones Elita e Gafilo este ano, o Conselho Nacional de Alívio (CNS) passou por alguma mudança. Em termos organizacionais, e em concordância com o Procedimento sobre a Gestão de Risco de Desastres de 2003, o Conselho já não é mais

uma Secretaria Permanente, sendo agora uma Secretaria Executiva - dotada de um novo pessoal e denominado "Escritório Nacional para Gestão de Risco de Desastres" (BGRC- agência de gestion des risques de catastrophe nacional). Isto significa aumento da autonomia em termos de decisão, acção e de recursos. A mudança foi aclamada por unanimidade pelos parceiros do Conselho Nacional de Alívio (CNS) como uma indicação da vontade política e compromisso político do governo e um passo à frente para uma maior transparência.

Ao nível da coordenação, o Conselho Nacional de Alívio (CNS) embarcou numa transferência genuína de poderes através dum contínuo processo de descentralização e coordenação encorajadora para os actores no campo.

E para a estação de ciclones de 2004-2005 (de Novembro a Abril todos os anos), o Conselho Nacional de Alívio (CNS) providenciou capacitação para consolidar o grande salto feito no aspecto da resposta/ emergência de gestão de risco de desastres.

UGANDA: Recentes actividades da Plataforma Nacional da NU/EIRD

Sr. Martin Owor,
Assistente do Comissário,
Gestão de Desastres,
Kampala, Uganda

A Plataforma Nacional da Estratégia Internacional de Redução de Desastres (NU/EIRD) do Uganda tem-se reunido uma vez por mês. As suas principais e recentes actividades compreendem:

1. A integração dos assuntos de redução do risco de desastres no Plano de Acção de Erradicação da Pobreza (PEAP) que é o quadro geral de desenvolvimento nacional do Uganda e constitui uma importante ferramenta de planeamento a médio-termo. O Plano de Acção de Erradicação da Pobreza (PEAP) também cria os documentos da Estratégia de Redução da Pobreza do país

(PRSP), guiando a formulação de políticas governamentais e implementação de programas através de abordagens sectoriais abrangentes para o planeamento e um sistema de governação descentralizado.

O Plano de Acção de Erradicação da Pobreza fornece um quadro geral envolvente que guia a acção pública para a erradicação da pobreza. O Plano de Acção de

Erradicação da Pobreza é um quadro geral na qual os sectores como saúde, educação, agricultura, transporte, comunicação e ambiente desenvolvem os seus planos detalhados. Ele quia a tradução de implicações de despesa em decisões de gastos concretos através dum quadro geral de Despesas de Médio Termo (MTEF) e orçamentos anuais.

2. O sucesso da integração dos assuntos de redução do risco de desastres no Plano de Acção de Erradicação da Pobreza debaixo de um novo pilar chamado “Segurança, Resolução de Conflito e pilar de Gestão de Desastres (Pilar de SCD).” Na essência, o Governo do Uganda priorizou a gestão de risco de desastres entre os seus esforços de desenvolvimento.
3. Uma reunião das partes interessadas organizada pela Plataforma Nacional da NU/EIRD do Uganda a 22 de Setembro de 2004, para assegurar que os assuntos de risco de desastres seja tomado em conta no processo de desenvolvimento orçamental do Governo Nacional e Local para o ano 2005/6.
4. O estabelecimento de três Grupos de Trabalho Sectoriais e dum Secretariado durante a reunião das partes interessadas do recente criado Pilar da Segurança, Resolução de Conflitos e de Gestão de Desastres (Pilar de SCD) e do Plano de Acção de Erradicação da Pobreza (PEAP):
 - a) O Grupo de trabalho do Sector de Segurança (S-SWG)
 - b) O Grupo de trabalho do Sector da Resolução de Conflitos e Edificação da Paz (CRPB-SWG)

- c) O Grupo de trabalho do Sector de Gestão de Desastres e Programas Especiais de Redução da Pobreza (DMSPRP-SWG).

Os objectivos dos três Grupos de Trabalho Sectoriais são os seguintes:

- a) Operationalizar as cláusulas do Pilar “Segurança, Resolução de Conflitos e pilar de Gestão de Desastres” (Pilar de SCD) no Plano de Acção de Erradicação da Pobreza (PEAP) revisto
- b) Desenvolver um plano de acção para implementar as cláusulas do pilar de SCD-PEAP (Plano de Acção de Erradicação da Pobreza)
- c) Apoiar a coordenação, monitoramento e avaliação das respostas do Governo, Organizações Não-Governamentais (NGOs) e sociedade civil de conflitos e desastres dentro do Uganda

- d) Ajudar no desenvolvimento de uma Política de Resolução de Conflitos Nacional

- e) Operationalizar as providências da Política de Pessoas Internamente Deslocadas

- f) Apoiar o desenvolvimento de uma Recuperação inclusiva, Reconciliação e programa de Desenvolvimento da região à norte do Uganda afectada pelo conflito.

5. O três novos Grupos de Trabalho Sectoriais têm se reunido duas vezes todos os meses e têm participado actualmente no processo de desenvolvimento do Orçamento Nacional que assegura que os assuntos de risco de desastres sejam tomados em conta em todos os planos e orçamentos dos sectores nacionais, especialmente os sectores da saúde, educação, agricultura, transporte e construção.



Mount Elgon in Uganda

COMORES: Finalizado o esboço do Plano nacional de prontidão de emergência & Plano de resposta

Sr. Hamidi Soule

*Ponto Focal Nacional do EIRD,
Moroni, Comores*

O Esboço do Plano Nacional de Prontidão de Emergência e o Plano de Resposta foram finalizados e adoptados durante o seminário ocorrido na capital das Comores, Moroni, a 14 de Outubro de 2004.

O evento aconteceu nas instalações do Fundo das Nações Unidas para a Criança (UNICEF), onde um seminário de gestão de desastres foi realizado para finalizar os seguintes documentos: Plano Nacional de Prontidão e Resposta de Emergência, o Plano «Karthala (Vulcano)», e o Plano «Ciclone». Também estava realçado, no programa de trabalhos um Relatório Nacional sobre a Prontidão e Resposta de Desastres Naturais.

Organizado com o apoio logístico e técnico do Sistema da Organização das Nações Unidas, estiveram presentes ao seminário pessoal técnico dos vários Ministérios como: Saúde, Desenvolvimento, Defesa e Segurança Territorial, quadros do Estado Maior do Exército e quadros das Estações Nacionais Meteorológica e Vulcanológicas de Monitoramento.

Os participantes ao seminário reveram o estado de prevenção de desastres no país, definiram várias estratégias e princípios orientadores e discutiram o desenvolvimento de planos de resposta sectoriais.

Também foi discutido, o processo de aprovação de tais planos.

Na parte final do seminário, os participantes finalizaram e aprovaram o Plano Nacional de Prontidão e Resposta de Emergência.

O Plano «Karthala (Vulcão)» que tinha sido desenvolvido durante um ano pelos quadros do Estado Maior do Exército - em colaboração com a Estação de Monitoramento do Vulcão de Karthala, foi também finalizado e foi anexado ao plano acima. Assim, foi também o Plano «Cyclone», plano já aprovado pelo Conselho de Ministros.

Nos dias seguintes, o documento final foi entregue ao Ministro da Defesa e Segurança Territorial para ser assinado e apresentado ao Conselho de Ministros.

Depois de ser aprovado pelo Conselho de Ministros, o Plano será submetido a um outro seminário nacional para aprovação. Espera-se que o Plano seja aprovado no final do ano.

O seminário acima fora realizado após um Seminário sobre a Capacitação Nacional e o Estabelecimento de uma Plataforma Nacional da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD) (ocorrido em Dezembro de 2003) e um Seminário Nacional em Prontidão e Resposta de Emergência nas Comores (ocorrido em Março de 2004) – durante a qual, uma versão do acima mencionado Esboço do Plano Nacional de Prontidão de Emergência e o Plano de Resposta, foram desenvolvidos.



Membros da Plataforma Nacional nas Comores da NU/EIRD

GANÁ: Seminário de redução de desastres incita a criação duma Plataforma nacional do EIRD

Brig (Rtd) J. Odei

Escritório Nacional de Gestão de Desastres
(NADMO)
Accra, Quênia

Os participantes ao Seminário Nacional sobre a Redução de Risco de Desastres que teve lugar no Gana apelaram para o estabelecimento duma Plataforma Nacional da Estratégia Internacional para Redução de Desastres (EIRD) como parte das suas recomendações de como fortalecer a gestão de desastres no país.



Cheia no Gana, 2002 (Foto: Kwalo A. Danso)

O seminário, ocorreu em Accra de 20 a 22 de Abril de 2004, na qual estiveram presentes 50 participantes de vários ministérios governamentais e organizações locais bem como organizações regionais e internacionais.

Este seminário foi organizado pela a Estratégia Internacional para Redução de Desastres das Nações Unidas, (NU/EIRD) África e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em colaboração com o Ministério de Interior do Gana e o Escritório Nacional de Gestão de Desastres (NADMO). Este foi o primeiro seminário nacional consultivo sobre a gestão de desastres realizada no Gana.

O seminário tinha como tema “Seminário Nacional sobre a Redução de Risco de Desastres para um Desenvolvimento Sustentável”. O seminário foi realizado principalmente para ajudar a desenhar ideias exequíveis de como

aumentar a redução de risco de desastres com vista a um desenvolvimento sustentável no Gana. Os objetivos do seminário eram (1) rever as políticas nacionais e actividades de gestão de desastres e de redução de risco de desastres, (2) compreender a redução do risco de desastres e arranjar formas de como integrá-la na gestão de desastres, (3) formar uma coligação de interesses para a redução de risco de desastres, e (4) alcançar um consenso de como avançar no futuro.

Medidas em curso para a redução de risco de desastres

Durante o seminário foram feitas várias apresentações que afinaram o tom das discussões e trabalhos de grupo com vista a facilitar o estabelecimento de uma Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável.

Emergiu do presente seminário que a ênfase actual do Escritório Nacional

de Gestão de Desastres (NADMO) é a coordenação, a prevenção, a formação, a criação e desenvolvimento duma consciência (por disseminação de informação), a geração de emprego, e a redução da pobreza. As medidas empreendidas para a redução de desastre incluem:

- Desenho de Planos de Gestão de Desastres a nível distrital, nacional e regional para assegurar a coordenação e implementação efectiva de medidas de prevenção, mitigação e prontidão de desastres.
- O desenvolvimento de um Plano Estratégico de Gestão de Desastres de três anos para indicar o rumo e a direção de capacitação, prevenção e gestão de desastres e a mobilização social.
- A facilitação de comitês técnicos que farão o planeamento e darão conselhos.

- O fortalecimento do fluxo de informação.
- O estabelecendo e apoio aos Grupos de Voluntários de Desastres (DVGs) para encorajar o envolvimento de toda a gente.
- A integração dos assuntos da redução de desastres nas políticas de desenvolvimento local e nacional para ajudar a prevenir e mitigar os impactos de desastres.

Como alcançar a coordenação e cooperação

Para se alcançar uma boa coordenação e cooperação, os participantes ao seminário sugeriram o seguinte:

- O Comando e controle deveriam possuir uma única fonte.
- Os grupos institucionais deveriam ser reunidos e unificados.
- Os recursos de todas as partes interessadas devem ser identificados e posteriormente usados para a redução de risco de desastres.

A mudança do enfoque da resposta à emergência para a redução do risco de desastres

Como o tema do seminário era “Seminário Nacional sobre a Redução de Risco de Desastres para o Desenvolvimento Sustentável”, o tema foi selecionado para essencialmente poder mudar o enfoque dos participantes para a redução de risco de desastres (DRR) e não permanecer na gestão de resposta à emergência. As seguintes medidas foram sugeridas com a finalidade de ajudar a mudança do enfoque em concordância com a Estratégia Internacional para Redução de Desastre (EIRD):

- 1.O desenvolvimento de uma Política Nacional sobre a Redução de Risco de Desastres inclusiva
- 2.Recomendações para a emenda da Lei N. 517 de 1996
- 3.Apoio legal para a imposição do cumprimento dos regulamentos

- sobre a Prevenção de Desastres
- 4.Recomendações para o estabelecimento de um Fundo Nacional de Alívio de Desastres
- 5.Recomendações para o estabelecimento de um Conselho de Gestão para deliberar políticas e aconselhar o Ministro de Interior
- 6.O fortalecimento da comunicação com todas as partes interessadas
- 7.A promoção de uma abordagem participativa sobre a gestão de desastres através de programas tais como a criação e aumento da consciência e a redução da pobreza.

Recomendações

Além de outras apresentações, foram também efectuadas discussões de grupo sobre vários assuntos que incluem: (1) As lacunas existentes na redução de risco de desastres (DRR) e na gestão de desastres (DM); (2) A contribuição das políticas, estratégias e quadro geral nacionais com o objectivo de abordar as lacunas identificadas; (3) O que é necessário fazer para aumentar urgentemente a eficiência da redução de risco de desastres bem como a gestão de desastres; (4) Os papéis de todas as principais partes interessadas na redução de risco de desastres e na gestão de desastres; (5) Como integrar a gestão ambiental na estratégia de redução de risco de desastres; (6) As prioridades para a integração da redução de risco no desenvolvimento sustentável; (7) A integração da governação na redução de risco de desastres com vista a um desenvolvimento sustentável; (8) A integração da implicação do género na redução do risco de desastres. Na parte final do seminário, que durou três dias, os participantes emitiram as seguintes

1. A reorientação da gestão de desastres para uma abordagem

de redução de risco de desastres, incluindo maior enfoque na prevenção e mitigação do risco de desastres e utilizando as situações de pós desastre (como por exemplo o alívio e os programas de reconstrução) como oportunidades para reduzir o risco provável do futuro desenvolvimento.

- 2.O aumento do conhecimento e da consciência dos princípios e práticas da redução de risco de desastres, dentro da comunidade de gestão de desastres, do governo, do público em geral, da comunidade científica e de outras partes interessadas na redução do risco de desastres.

3. A revisão e o fortalecimento do quadro geral institucional para a redução do risco de desastres (política integrada, legislação e programa) com o enfoque em:

- Formulação duma Política Nacional de Redução de Risco de Desastres integrada;
- Melhoramento da governação do sistema de gestão de desastres (reforma da política e estrutura e do mecanismo de supervisão para gerir a redução de desastres, inclusive a criação de um Conselho Nacional de Gestão de Desastres);
- Desenvolvimento de capacidades dentro do sistema de gestão de redução de desastres (formação, informação, rede informática, etc);
- Coordenação de responsabilidades dentro do sistema (incluindo a criação duma única estrutura de comando para administrar as operações durante as emergências);
- Reforço de financiamentos e dos recursos;
- Fortalecimento da submissão/imposição dos actuais regulamentos (incluindo a autoridade legislativa de inspecção para a execução e a imposição através da

- instituição encarregue pela redução de desastres).
4. Promova a integração de redução de risco de desastres no processo de desenvolvimento (política, programa, projeto, orçamento) a todos os níveis (distrital, nacional, regional), particularmente a integração da redução de risco de desastres nas intervenções de desenvolvimento do sector.
 5. Fortaleça o envolvimento e coordenação de papéis e responsabilidades das DMAs (agências de gestão de desastres) e de outras partes interessadas na redução de risco de desastres, incluindo:
 - A designação de pontos focais de redução de desastres nas agências de gestão de desastres;
 6. Aumento da geração e disseminação de dados de risco e informação sobre o perfil de desastres do Gana, riscos de desastres e opções de gestão de risco.
 7. Desenvolva educação e programas de formação sobre a redução de desastres, inclusive a formação profissional ao nível da educação terciária.
 8. Aumente o apoio através do desenvolvimento de Grupos Populares de Voluntários de Desastres (DVGs) como uma base para fortalecer o envolvimento das populações locais na redução do risco de desastres.
 9. A integração da consideração do gênero na política e programas de redução de risco de desastres.
 10. Estabeleça uma Plataforma Nacional do EIRD, utilizando os participantes ao seminário como sócios da fundação, e ampliando a participação na plataforma nacional de forma a incluir todas as partes interessadas sobre a redução de risco de desastres no Gana.
 11. Desenvolva um programa de acção para avançar em direcção a transformação do sistema de gestão de desastres. ■

GABÃO: Lançamento da Plataforma Nacional da NU/EIRD

NU/EIRD África
Nairobi, Quênia

O Gabão estabeleceu uma Plataforma Nacional da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD) durante um Seminário Nacional sobre a Gestão de Desastres, Capacitação & o Estabelecimento de uma Plataforma Nacional da NU/EIRD que teve lugar de 3 a 4 de Agosto de 2004, em Libreville capital do Gabão.

Este seminário foi organizado pelo Ministério da Solidariedade

Nacional, Assuntos Sociais e Bem-estar do Gabão com o apoio da NU/EIRD África. Ao seminário estiveram presentes 50 participantes de vários ministérios governamentais, agências da ONU e a Cruz Vermelha do Gabão.

Entre os participantes estavam presentes altas personalidades como o Sr. Gerard Mezui M'Ella (o Auditor do Governo), Sra. Josephine Rahandi Chambrier (o Prefeito do 4º Distrito de Libreville), Sr. Celestin Ndong Ngoua (o conselheiro especial para a comunicação do Vice-Primeiro-Ministro e Ministro do Planeamento Territorial) e Sra Marianne Moutsinga (a conselheira da Organização Mundial de Saúde).

Dois peritos internacionais asseguraram a supervisão técnica do

seminário: a Sra. Noro Rakotondrandria, da NU/EIRD África e a Sra. Nicole Rencoret, da NU/EIRD em Genebra.

Com vista a uma política nacional em gestão de risco de desastres

Na Abertura do seminário em nome do Ministro da Solidariedade Nacional, Assuntos Sociais e Bem-estar, o SR. Laurent Mengoua Angoue, Chefe do Gabinete do Ministro acima mencionado, referiu que o seminário fazia parte do processo de desenvolvimento duma Política Nacional sobre a Gestão de Risco de Desastres. Então, ele disse, que era uma prioridade principal do Governo do Gabão estabelecer uma Plataforma Nacional para a gestão de

desastres afim de ajudar a população a proteger-se contra os desastres. Ele também referiu que a Plataforma Nacional serviria como uma ponte entre o Governo, organizações internacionais e outros países da rede regional.

Também expressando-se durante a cerimónia de abertura, o Coordenador interino Residente da Organização das Nações Unidas no Gabão, Sr. Kristian Laubjerg que também é o Representante da UNICEF saudou a iniciativa do Governo por estabelecer uma Plataforma Nacional da NU/EIRD. Ele referiu que a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável em 2002, já tinha destacado que o desenvolvimento sustentável não pôde ser alcançado a menos que fossem tomados em conta os impactos dos desastres. Ele disse que o seminário deveria ajudar os participantes a entenderem melhor o assunto da integração da redução de desastres no planeamento e prática do desenvolvimento sustentável e nas estratégias de redução da pobreza.

O reforço da capacidade nacional

O objectivo global do seminário era aumentar a capacidade e habilidades nacionais em (1) prevenção de desastres e resposta, e (2) coordenação da gestão de desastres. Os seus objectivos específicos eram aumentar a compreensão do ciclo de gestão de desastres, gestão de risco de desastres; os papéis e responsabilidades da Plataforma Nacional, e introdução de ferramentas alternativas e métodos para aumentar a coordenação.

À luz destes objectivos, após a abertura do seminário foram feitas 13 apresentações que se circunscreveram nos seguintes tópicos:

(1) Revisão da situação: perigos naturais, desastres e riscos; (2) Perigos, vulnerabilidade e redução de desastres; (3) Revisão da gestão nacional de desastres: situação actual, dificuldades, e desafios

futuros; (4) O Plano de Organização de Alívio existente (Plano ORSEC em francês); (5) Estratégias de gestão de emergência e redução de desastres; (6) A emergência existente no Serviço de Assistência Médica (SAMU em francês); (7) Papel da Cruz Vermelha do Gabão na distribuição da ajuda; (8) Apresentação da *Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas* (NU/EIRD) e as tendências globais sobre a redução de desastres; (9) A NU/EIRD: implementação, funções e mandatos; (10) Passos chaves do processo de gestão de desastres; (11) A NU/EIRD e suas plataformas nacionais; (12) Campanha para o Dia Internacional de Redução de Desastres; (13) O papel dos meios de comunicação na gestão de desastres.

Aos participantes foram disponibilizados documentos sobre as apresentações acima referidas. Após as apresentações seguiram-se discussões plenárias durante as quais a maioria dos pontos levantados foram clarificados e as apresentações enriquecidas.

O existente sistema de gestão de desastres

No segundo e último dia do seminário, foram realizadas discussões de grupo, concentrando-

se na redução de desastres e coordenação da gestão de desastres.

Sobre a redução de desastres (Grupo 1), o grupo de discussão identificou as lacunas existentes na implementação das medidas de redução de desastres: falta de colaboração, falta de recursos (material, financeiro e humano) e ineficácia dos planos sectoriais (não impostos).

Para estas lacunas, o grupo sugeriu as seguintes soluções: estabelecimento duma estrutura independente ligada ao Gabinete do Primeiro Ministro; capacitação e coordenação de recursos humanos; estabelecimento dum fundo; colocação em funcionamento dum quadro geral legislativo; finalização e implementação de planos em curso; realização de actividades de educação, consciencialização e informação da comunidade para promover uma cultura de redução de desastres.

Relativo à coordenação de gestão de desastres (Grupo 2), embora tenham sido levantadas duas questões pertinentes nomeadamente a falta de coordenação e a falta de métodos de gestão de desastres, o grupo observou que existia no Gabão um sistema de gestão de desastres, com as suas próprias fraquezas e forças.



Sra. Solange Loubamono, membro da Plataforma Nacional do EIRD no Gabão

O grupo identificou as seguintes fraquezas no actual sistema de gestão de desastres:

- Não existência de medidas operacionais providenciadas pelo Decreto de Proteção Civil 248
- A designação do coordenador nacional para a gestão de desastres no sector do petróleo ainda não fora efectuada
- A legislação actual não é suficientemente feita cumprir
- A falta de recursos humanos, materiais e financeiros
- A fase experimental do Serviço de Assistência Médica de Emergência (SAMU em francês) só se limitou a cidade de Libreville
- O Centro Nacional de Transusão de Sangue (CNTS em francês) não se desdobrou completamente
- A Ajuda e alívio das vítimas de desastres não estão sendo planeadas numa base permanente
- As comunidades não estão preparadas; há falta de formação formal sobre a gestão de desastres; e há também falta de consciência colectiva

O grupo também identificou as seguintes forças existentes no sistema de gestão de desastres:

- O mapeamento de risco está completo. Este foi realizado pelo Ministério do Ambiente
- O Plano de Exposição de Risco foi debatido agora no Parlamento na base de um projecto-lei preparado pelo Ministério de Solidariedade Nacional, Assuntos Sociais e Bem-estar
- Existem planos especiais (marítimo, etc.) existentes em



Alguns participantes do seminário

alguns sectores governamentais

- Alguns recursos humanos estão disponíveis (força de defesa e segurança, Organizações Não-Governamentais (NGOs) e outros organismos da sociedade civil, Serviço de Assistência Médica de Emergência - SAMU, Brigada de Incêndios, etc.)
- Alguns recursos materiais e legais também estão disponíveis (legalmente reconhecido o sistema de requisição, etc.)

Recomendações

Com base nas apresentações feitas, discussões de grupo, lacunas identificadas e propostas de soluções acerca da redução de desastres, e as fraquezas e pontos fortes do sistema existente de gestão de desastres, os participantes emitiram as seguintes recomendações:

1. O estabelecimento, sob a tutela do Gabinete do Primeiro Ministro e Chefe do Governo, um

Conselho Nacional de Gestão de Risco de Desastres, um Secretariado formal que agirá como a Plataforma Nacional da NU/EIRD.

2. A adopção e promulgação, o mais cedo possível, da proposta de Lei sobre o Plano de Exposição ao Risco.
3. A designação de um Coordenador Nacional para o Secretariado do Conselho Nacional acima-mencionado sobre a Gestão de Risco de Desastres; o Coordenador Nacional em questão, terá como responsabilidade implementar a futura Política Nacional sobre a Gestão de Risco de Desastres.
4. Assegurar que os peritos do Gabão participem e sejam envolvidos em conferências e reuniões internacionais relacionadas à Gestão de Risco de Desastres. ■

A Plataforma Nacional da NU/EIRD lançada na República do Congo

NU/EIRD
Nairobi, Quênia

A República do Congo, estabeleceu a 7 de Agosto de 2004 a sua Plataforma Nacional da NU/EIRD durante um "Seminário Nacional sobre a Capacitação e o Estabelecimento duma Plataforma Nacional de Redução e Gestão de Desastres" que decorreu em Brazavile de 6 a 7 de Agosto de 2004.



Membros da Plataforma Nacional da EIRD da República do Congo

O Seminário Nacional sobre a Capacitação e o Estabelecimento duma Plataforma Nacional de Redução e Gestão de Desastres foi organizado pelo Ministério Congolês de Economia Florestal e Ambiente com o apoio técnico e financeiro da NU/EIRD África. A este seminário estiveram presentes 39 participantes oriundos dos departamentos governamentais, organismos nacionais e internacionais, organizações não-governamentais e associações bem como daqueles directamente preocupados com a gestão de desastres.

Solicitada uma melhor compreensão da redução de desastres

Na abertura do seminário à 6 de Agosto, o Sr. Gabriel Valère Eteka-Yemet, Chefe do Gabinete do Ministro da Economia Florestal e Ambiente o Sr. Henri Djombo, afirmou que o seminário tinha como objectivos principais (1) ajudar o Governo a capacitar-se e a ter competências para a redução e gestão de desastres e (2) estabelecer uma Plataforma Nacional da Estratêgi a Internacional de Redução de Desastres (EIRD). Realçando a importância

acordada pelo Governo do Congo, e o Ministério de Economia Florestal e Ambiente em particular, ele disse que o objectivo principal específico para o estabelecimento duma Plataforma Nacional era fortalecer a compreensão geral da gestão do risco de desastres.

Ele também disse que o Congo tinha que conquistar alguma vantagem da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, a ter lugar em Janeiro de 2005 em Kobe, Hyogo, Japão, ao apresentar o seu relatório nacional sobre a gestão nacional de desastres.

Discursando em nome do Sistema das Nações Unidas no Congo, O Coordenador Residente das Nações Unidas e o Representante Residente do PNUD, o Sr. Aurélien Agbénoncithe, falou sobre os antecedentes sobre o fenómeno da consciência comunitária internacional relativo aos desastres, acrescentando que a República do Congo tinha que fazer parte daqueles países de África que já têm uma Estratégia Nacional de Gestão de Desastres.

Depois de ter realçado a assistência da Organização das Nações Unidas aos Estados Membros neste campo particular, ele expressou o desejo

que a Plataforma Nacional a ser estabelecida deveria ser um instrumento dinâmico e eficiente para a formulação de políticas e mobilização de recursos para a integração dos assuntos de desastres na política e programas nacionais.

À vista um Comité Nacional de Redução e Gestão de Desastres

Os procedimentos começaram com apresentações sobre a redução de desastres e sobre a Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD) proferido pela Representante ao seminário da NU/EIRD África, Sra. Noroarisoa Rakotondrandria.

A apresentação acima, foi seguida pela apresentação do Sr. Bienvenu Michel Sander Ebaka, Director Nacional de Ajuda, Prontidão e Resposta aos Desastres da Direcção Geral da Cruz Vermelha Congoleza, que falou sobre a gestão de desastres no Congo. O Coronel Alphonse Stanis Gankia, Director da Organização da Ajuda & Estudos da Direcção Geral da Segurança Civil, falou acerca do Plano Nacional de Organização de Ajuda (ORSEC em Francês)

A apresentação final foi sobre a Campanha Mundial de Redução de Desastres e a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, a ter lugar em Janeiro de 2005 em Kobe, proferido pela Sra. Nicole Rencoret Oficial de Promoção e da Consciência dos Escritórios Principais da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD) em Genebra, Suíça.

As apresentações acima citadas foram seguidas de discussões em grupo acerca dos seguintes assuntos: (1) A redução de desastres: prevenção, mitigação e prontidão e (2) Coordenação da gestão de desastres.

Apartir dos grupos de discussão, emergiu claramente que os participantes recomendaram como

matéria de urgência, o estabelecimento dum Comité Nacional de Redução e Gestão de Desastres afim de acelerar o desenvolvimento duma Estratégia Nacional de Redução e Gestão de Desastres.

Recomendações

Os procedimentos dos grupos conduziram aos seguintes resultados que podem ser considerados como actividades a serem implementadas pelo proposto Comité Nacional de Redução e Gestão de Desastres:

- Fazer um recenseamento dos vários desastres e um inventário das fraquezas da política actual;
- Sugerir medidas a ser tomadas afim de poder reverter as tais fraquezas em pontos fortes, e identificar acções prioritárias a

serem tomadas na prevenção e gestão de desastres;

- Investigar as formas de maximizar os resultados;
- Definir o tipo de instrumentos e mecanismos necessários para coordenar a gestão de desastres; e
- Concluir um documento que tendo sido desenvolvido pelo Ministério da Economia Florestal e Ambiente, estabeleça o Comité Nacional de Redução e Gestão de Desastres.

No encerramento do seminário, o Director Geral do Ambiente felicitou os participantes pelo bom trabalho realizado e pela relevância dos resultados alcançados. Ele comprometeu-se a levar as preocupações apresentadas pelos participantes às relevantes autoridades. ■

QUÉNIA: Lançamento da Plataforma Nacional do EIRD

NU/EIRD

Nairobi, Quénia

No Quénia foi lançada a Plataforma Nacional do EIRD num Seminário Nacional de Lançamento da Plataforma Nacional de Redução de Risco de Desastres realizada em Nairobi de 18 a 20 de Agosto de 2004.

O seminário foi organizado pelo Ministério de Programas Especiais do Quénia (nos Escritórios do Presidente da República) - com o apoio da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas em África (NU/EIRD África), o seminário foi assistido por 45 participantes de vários departamentos governamentais e

agências, Organizações Não-Governamentais (NGOs), agências da Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações internacionais.

A meta do seminário era promover a cooperação multi-sectorial a vários níveis e colaboração para a redução de risco de desastres (DRR), e a integração da redução de risco do desastres (DRR) no planeamento, nas políticas e na implementação do desenvolvimento nacional.

2.3 milhões de quenianos afectados pela seca

Na abertura do seminário, o docente da Universidade de Nairobi em Gestão de Desastres, o Conferencista Doutor R.M. Ocharo que era o

facilitador do seminário disse que o Governo do Quénia tinha começado a mudar de resposta de desastres para a redução de desastres, de uma abordagem isolada de gestão de desastres para uma abordagem integrada que liga a redução de desastres aos assuntos de desenvolvimento. Por este propósito, disse ele, o Ministério de Programas Especiais do Quénia decidiu organizar este seminário nacional.

Falando em nome da ONU o Coordenador Residente, o Sr. Timmo Pakala do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) disse que os 2.3 milhões de pessoas afectadas pela seca no país, à fome serviu para recordar os gestores de desastres quão crucial e importante era investir recursos e dar mais atenção na prontidão da

comunidade para os desastres. Sobre a ajuda da ONU ao desenvolvimento, disse ele que o Sistema das ONU já se tinha comprometido a apoiar a Política Nacional de Gestão de Desastres do Quênia à todos os níveis.

Na abertura do seminário, o Vice-Ministro para os Programas Especiais do Quênia, Doutor Wilfred Machage, disse que a redução de desastres era uma questão inter-ministerial, inter-sectorial e inter-disciplinar, adicionando que o estabelecimento da Plataforma Nacional daria as oportunidades aos Ministérios Governamentais para integrar a gestão de desastres no seu planeamento de desenvolvimento e processo orçamentário. Ele desafiou os participantes a pensar de como o Quênia, como país, tinha usado os eventos passados de desastres para planear o futuro.

As várias políticas, legislação, estratégias e iniciativas desde 1965

Iniciando as apresentações o Secretário Permanente do Ministério dos Programas Especiais do Quênia, Sr. Mahboub Maalim, fez uma “Revisão Histórica das Políticas Nacionais, Legislação e Estratégias sobre a Redução de Risco de Desastres e Gestão de Desastres.” Depois de passar pelas várias políticas, estratégias e iniciativas implementadas desde a independência nacional, ele disse que o Governo actual estava a concentrar-se na coordenação de actores da gestão de desastres, acrescentando que isto não deve ser confundido com supervisão.

A apresentação acima foi seguida por uma apresentação sobre “Revisão de Iniciativas em curso sobre a Redução de Risco de Desastres e Gestão de Desastres” feita pelo Sr. Moses Ogola que afirmou, entre outros desenvolvimentos em curso que o Quênia tinha avançado nos esforços para a formulação de uma Política Nacional de Gestão de Desastres. Ele disse que o esboço da Política Nacional em Gestão de Desastres de

2004 já estava pronto e que seria seguido por um projecto-lei a ser submetido à apreciação no Parlamento.

Relativo à proposta da Política Nacional, o Secretário Adjunto do Ministério de Programas Especiais, o Sr. S.K Maina, fez uma apresentação intitulada “Actualização da Política Nacional de Gestão de Desastres.” Ele disse que a ênfase da política estava no desenvolvimento como uma medida para aumentar a capacidade das comunidades de resistir aos efeitos adversos dos desastres. Ele também disse, que a política não operou no vazio, adicionando que esta ligada aos outros programas e actividades nacionais, como planos de desenvolvimento nacionais. Entre outras coisas, a política recomenda o estabelecimento de uma Agência Nacional de Gestão de Desastres (NADIMA).

Os desafios para a redução de risco de desastres

A apresentação do Secretário Adjunto foi seguida por outra sobre a “Integração de Gestão de Desastres no Planeamento de Desenvolvimento” pelo Secretário Permanente do Ministério do Plano e Desenvolvimento Nacional, Sr. P.B. Ondieki que disse que a essência do planeamento era mover da situação reactiva para a situação proactiva e adicionou que deveria ser norma nos ministérios e no sector privado envolver o planeamento de desastres nos seus programas globais. Ele disse que um dos desafios do planeamento de desastres era integrar os programas de redução de desastres em actividades de desenvolvimento.

Depois de uma sessão plenária com as apresentações acima mencionadas, o Conselheiro Regional de Redução de Desastres da PNUD, o Sr. Ken Westgate, fez uma apresentação sobre a “Redução de Desastres— um Desafio para o Desenvolvimento Sustentável.” Ele disse que os desastres puseram o desenvolvimento em risco mas também algumas escolhas de

desenvolvimento poderiam gerar novos riscos de desastres. Ele disse que a meta final dos programas de gestão de desastres deveria ser uma programação sem costura entre a redução de desastres e o programa de trabalho de desenvolvimento e acrescentou que o desenvolvimento precisa de ser regulado de acordo com o seu impacto sobre os riscos de desastres e vice-versa.

A apresentação do funcionário do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) foi seguida pela apresentação da Oficial Senior Regional da NU/EIRD África a Sra. Feng Min Kan sobre as “Tendências Globais de Redução de Desastres e a Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD).” Ela recordou aos participantes que a redução de risco de desastres era um assunto de desenvolvimento, então a redução de risco era um negócio de todos nós. Ela explicou a criação e papéis das Plataformas Nacionais nos países e realçou que as suas exigências principais eram: (1) Uma visão clara e pragmática de redução de risco de desastres a nível nacional e da comunidade; (2) Uma forte propriedade nacional; (3) Uma consulta adequada identificando os problemas e áreas de prioridade; e (4) Compromissos fortes individuais e institucionais.

As lacunas identificadas

Depois das duas apresentações acima, o seminário embarcou em discussões de grupo durante as quais foram identificadas seguintes lacunas:

- Falta de uma política nacional de desastres e forte quadro geral institucional
- Politização da gestão de desastres
- Fraca capacidade de planeamento
- Falta de recursos adequados e baixa capacidade para implementar a redução de risco de desastres (DRR) e estratégias de gestão de desastres
- Escassas oportunidades

- Falta de compreensão do conceito de redução de risco de desastres (DRR)
- Falta de um inventário nacional de recursos disponíveis
- Lacunas na partilha vertical e horizontal de informação
- Execução ineficaz da legislação
- Fracasso no aproveitamento dos mecanismos de suporte testados da comunidade
- Fracasso na inspiração da participação da comunidade e propriedade
- Infra-estrutura pobre e fraca

Os participantes identificaram os seguintes factores que contribuem para as lacunas acima escritas:

- Falta de um órgão de coordenação
- Baixa priorização de desastres
- Dependência dos doadores
- Fracasso no entendimento claro do mandato das várias instituições
- Corrupção, cultura de impunidade, pobreza, etc.

Recomendações

No parte final do seminário foram feitas as seguintes recomendações:

1. Necessidade de vontade política
2. Enfoque mais no desenvolvimento
3. Dê poder as comunidades para participarem em actividades de redução de risco
4. Necessidade de pôr a funcionar uma política de gestão de desastres
5. Institua uma plataforma nacional
6. Capacite as instituições que lidam com a redução de risco e gestão de desastres
7. Aumente os recursos para as actividades de desastres— orçamento
8. Aumente participação da comunidade em actividades de redução de risco de desastres



Membros da Plataforma Nacional do EIRD no Quênia

9. Melhore a comunicação e fluxo de informação entre o governo, organizações e comunidades
10. Activação das estruturas existentes, por exemplo, os comités de distrito de gestão de desastres
11. Monitoramento e avaliação regular da situação de desastres
12. Desenvolva planos de contingência nacionais e distritais para todos os desastres

Medidas imediatas de reforço

- Aprovação da Política de Desastres e dando-a instrumentos legais apropriados para a sua implementação.
- Utilização de dados disponíveis em redução de risco de desastres.
- Empreenda a avaliação de risco, vulnerabilidade e de capacidade.
- Capacitação
- Envolvimento da consciência de desastres no sistema educacional.
- Criação de consciência.
- Mobilização de recursos e posicionamento estratégico.

Os participantes recomendaram que a redução de risco de desastres deva ser integrada no planeamento de desenvolvimento. Isto pode ser feito por:

- Capacitação econômica das comunidades e implementação da estratégia de recuperação econômica.
- Regulamento das operações das ONGs para se alcançar as metas de desenvolvimento mais eficazes - isto em troca reduzirá nos vários distritos os riscos de desastres
- Aumento dos sistemas de aviso prévio
- Assegurando que os projectos/ planos de desenvolvimento tenham uma componente de redução de risco de desastres com um orçamento completo.
- Projetos de desenvolvimento projetados de certa maneira a que eles não aumentem as chances de desastres (i.e. consequências não intencionais)
- Promova o desenvolvimento de infra-estruturas.
- Sensibilização da política e decisores políticos sobre a redução de risco de desastres
- Prioritização de redução de risco de desastres em documentos políticos.
- Adopção de directrizes de avaliação de risco de desastres.
- Adopção da formação em redução de risco de desastres em

instituições de formação do governo.

- Consistência na representação ministerial na plataforma nacional.

Para uma Política de Segurança de Incêndios

Como os objetivos específicos do seminário eram também oferecer um fórum não só para levar a cabo consultas extensas com os participantes dos ministérios, organismos da ONU e outras partes interessadas nas políticas nacionais sobre desastres naturais mas também em segurança de incêndios. Foi feita uma apresentação pelo Coordenador do Centro de Operação Nacional (NOC) responsável pela resposta de desastres, Rtd Col B. Wendo, sobre um esboço de uma Política de Segurança de Incêndios no Quênia.

Ele disse, que os incêndios que o Quênia tem experimentado são incêndios acidentais ou incêndios deliberados (incêndios premeditados), adicionando que os incêndios naturais causados por raios e lavas eram raros no Quênia.

Depois de mostrar algumas das lacunas existentes na gestão de incêndios, ele afirmou, que o Quênia teve que propôr uma Política de Segurança de Incêndios através duma revisão cuidadosa da legislação, códigos e regulamentos de incêndios existentes. O esboço da política proposta estabelece um organismo independente a ser conhecido como “Agência de Incêndios do Quênia”

O reformado Col Wendo disse que a visão era fazer do Quênia um país seguro aos incendios e a missão era promover uma cultura de segurança de incêndios no país.

Resoluções do seminário

Depois da apresentação acima, foram feitas discussões de grupo sobre a propostas da Política Nacional de Gestão de Desastres e Política de

Segurança de Incêndios. Ambos os grupos eram unânimes que o Quênia estava no caminho certo no que dizia respeito ao esboço das duas políticas. Depois de notar algumas lacunas e fazer sugestões sobre os esboços das duas políticas, os participantes do seminário de três dias decidiram que:

1. O Secretário Permanente no Ministério de Programas Especiais, Sr. Mahboub Maalim, escrevesse aos Secretários Permanentes de todos os Ministérios e aos dirigentes das organizações representadas no seminário a pedir-lhes que autorize a permanência dos funcionários presentes no seminário como membros da Plataforma Nacional que há pouco foi estabelecida.
2. Os ministérios e organizações estabeleçam unidades de desastres para aumentar o fluxo de comunicação e registo.
3. Os termos de referência da Plataforma Nacional serão feitos

fora e depois trazidos para discussão e será feita a sua confirmação e aprovação durante a próxima reunião de 9 de Setembro de 2004.

Foi decidido que a plataforma Nacional estabelecida, deveria começar o mais cedo possível, a preparação duma Estratégia Nacional para a Redução de Desastres do Quênia. ■

Nota: Os relatórios mais recentes dizem que a Plataforma Nacional teve encontros uma vez por mês, todos os meses, desde que fora estabelecida a 20 de Agosto de 2004. Logo após a sua criação, a Plataforma montou uma comissão de pressão para traçar os termos de referência da Plataforma e da comissão de pressão. Esta comissão também reuniu-se todos os meses. No encontro de 9 de setembro de 2004, a Plataforma Nacional finalizou a proposta da Política Nacional de Gestão de Desastres. A Política está agora com o Procurador Geral da República afim de ser levada como projecto-lei ao Parlamento para discussão e aprovação.



Visit of official to the Budalangi River in Kenya

BOTSUANA: Lançada Plataforma Nacional da NU/EIRD

NU/EIRD

Nairobi, Quênia

Um seminário nacional realizou-se em Gaborone, Botsuana, de 15 a 16 de Novembro de 2004 para o lançamento da Plataforma Nacional da NU/EIRD.

O seminário foi organizado pelo Escritório Nacional de Gestão de Desastres do Botsuana (NDMO), com o apoio da NU/EIRD África. A este seminário participaram 50 funcionários governamentais de diferentes ministérios e governos distritais, incluindo economistas, planeadores, geólogos e hidrólogos.

Os objetivos do seminário eram elevar a consciência entre os funcionários do governo no vínculo entre a redução de risco de desastres e desenvolvimento sustentável, e aumentar a coordenação e colaboração entre as diferentes partes interessadas no Botsuana.

Desastres, erodindo os benefícios da redução da pobreza

Na abertura do seminário, a Directora do Escritório Nacional de Gestão de Desastres do Botsuana (NDMO), a Sra. Joyce Mosweu acentuou que o seminário era importante e que devia ter sido realizado à mais tempo. Ela disse que era importante porque o seu propósito era a troca e partilha de ideias e informação e assim aumentar o conhecimento e consciência sobre o risco de desastres, redução da vulnerabilidade a desastres, gestão de desastres e as ligações entre todos estes e o desenvolvimento.

O seminário já devia ter-se realizado, disse ela, porque desastres atormentaram e ainda têm estado a atormentar o Botsuana. Ela referiu,



O Assistente do Coordenador Residente das Nações Unidas, Sr. Rebonyebatho B. Moaneng, e o Director Nacional da Gestão de Desastres, Sra. Joyce Mosweu no lançamento da Plataforma Nacional

que os desastres e os seus impactos exacerbaram a pobreza, a insegurança alimentar e o subdesenvolvimento, e os lucros erodidos dos esforços de redução de pobreza e os actuais descarrilados e planeados programas de desenvolvimento e adicionando os seus impactos ambientais têm ameaçado a base de crescimento e sustento de hoje e do futuro.

A necessidade de troca de paradigma

Falando em nome da ONU o Coordenador Residente, Sr. Rebonyebatho B. Moaneng enfatizou que desastres romperam o estado social, político, ambiental e económico de sociedades e países, acrescentando que eles tiveram um impacto a todos os níveis, desde o individual passando pelo nacional ao global. Ele disse também que era necessário por estas razões uma troca de paradigma no campo da gestão de desastres que integre o risco de desastres e gestão de desastres no processo de desenvolvimento, com vista a assegurar uma parceria activa com as comunidades.

A actual abordagem de responder a emergências e lidar com a reconstrução já não é muito pertinente, ele disse que a ênfase actual é na prevenção de desastres e que o seminário fora um passo na direção certa.

A revisão da política de gestão de desastres e estratégia

Durante os procedimentos, o oficial de informação, educação e consciencialização pública do Escritório Nacional de Gestão de Desastres do Botsuana (NDMO), Sr. David I. Mathe, analisou a política de gestão de desastres do país e sua estratégia. Ele disse que a Política Nacional de Gestão de Desastres foi aprovada por Directiva Presidencial em 1996. Ele referiu também que a política forneceu um quadro geral para a gestão de desastres no país. Ele acrescentou, que de acordo com a política, a gestão de desastres no Botsuana é aplicada às suas necessidades através da integração no desenvolvimento o que implica que nenhum elemento do contínuo

deveria ser considerado mais importante que outros.

Relativo à implementação da Política Nacional, uma estrutura ampla foi colocada à diferentes níveis sob a coordenação do Escritório Nacional de Gestão de Desastres do Botsuana, inclusive um Comitê Nacional em Gestão de Desastres, um Comitê Técnico Nacional de Gestão de Desastres e Comitês Distritais e de Aldeia de Gestão de Desastres. Ele disse também, que a abordagem do Botsuana sobre as operações de gestão de desastres foi postulado num alto nível de descentralização, baseado em iniciativas locais, com o pleno uso da capacidade existente a nível dos distritos e comunidades.

Em conclusão, ele referiu que a Política Nacional de Gestão de Desastres tinha sido feito em consistência com outras políticas e documentos de estratégias formuladas e que tinha sido concordado pelo Governo do Botsuana.

As lacunas existentes

A revisão da política nacional e estratégia foi seguida por apresentações da Cruz Vermelha do Botsuana e da NU/EIRD África. A apresentação da Cruz Vermelha foi sobre a sua resposta a desastres e actividades de redução de desastres no Botsuana em cooperação com o governo nacional e governos locais.

A apresentação da NU/EIRD, apresentada pela Oficial Senior Regional da UN/ISDR África Sra. Feng Min Kan, cobriu quatro áreas: 1) A Estratégia Internacional para Redução de Desastres e sua Implementação; 2) A ligação redução de risco de desastres com o desenvolvimento sustentável; 3) A Conferência Mundial em Redução de Desastre em Janeiro de 2005: Progressos e Desafios; e 4) Os Comitês Nacionais e Plataformas para Redução de Risco de Desastres.

As duas apresentações foram seguidas por discussões de grupo cujo o enfoque era a identificação de lacunas existentes na redução e

gestão de desastres e a publicação de recomendações para o prosseguimento na redução de risco de desastres e sua integração no desenvolvimento sustentável do Botsuana.

As lacunas identificadas incluem inadequada coordenação intersectorial a todos os níveis e consulta inadequada entre os diferentes interessados durante a formulação do projeto; falta de informação contínua, educação e consciência pública e disseminação de informação; falta de integração da gestão de desastres no planeamento do desenvolvimento; nenhuma medida em lugar para assegurar a efectividade da prontidão de desastres; e falta de legislação e planos de gestão de desastres a nível nacional e distrital.

Recomendações

Os participantes recomendaram o seguinte a seguir para a redução de risco de desastres e sua integração no planeamento do desenvolvimento e prática afim de ultrapassar as lacunas identificadas:

- A integração da gestão de desastres nos planos de desenvolvimento, inclusive nos planos de desenvolvimento nacionais, distritais/urbanos de desenvolvimento. E que durante o próximo meio-termo se reveja os actuais planos de desenvolvimento;
- Intensificar a informação, educação e consciência pública em assuntos relacionados a desastres e fortalecer a comunicação a todos os níveis;
- Estabelecer e fortalecer as relações entre os sectores/interessados que enfatizam a coordenação e consulta;
- Ponha em ordem os instrumentos/ mecanismos de monitoramento e avaliação que assegurem os sectores de prontidão afim de responder prontamente aos desastres;
- Preparar a legislação para a gestão de desastres até Dezembro de 2005;

- Conduzir um estudo que indique as áreas propensas a desastres, cartografá-las e avaliar a taxa de vulnerabilidade da comunidade;
- Melhorar o Escritório Nacional de Gestão de Desastres (NDMO) tornando-o num departamento maior e mais crescido com mais pessoal na sede e com representação a nível dos distritos;
- Capacitar as pessoas em liderança sobre a redução de desastres (os políticos, secretários permanentes, líderes distritais e líderes de comunidade); e
- Promover colaboração entre todos os interessados.

Um seminário pequeno e produtivo

O Ministro de Botsuana para os Assuntos Presidenciais e Administração Pública, Sr Pahndu C. Skelemani, encerrou o pequeno e produtivo seminário. O Ministro falou da importância do seminário particularmente á luz da incidência sempre crescente e da magnitude dos desastres no país.

Ele referiu que era melhor prevenir ou mitigar desastres que lidar com as suas conseqüências, e integrar a redução de desastres no planeamento do desenvolvimento procurando dar uma expressão concreta a esta meta. Com este fim, disse ele, o Escritório de Gestão de Desastres Nacional decidira organizar este seminário nacional para lançar a Plataforma Nacional para a implementação da Estratégia Internacional para Redução de Desastres, EIRD.

Na parte final do seu discurso, o Ministro expressou os seus agradecimentos pelo apoio dado pela NU/EIRD África e reassegurou ao NU/EIRD África o inteiro compromisso do Governo de Botsuana na efectiva redução de desastres e integração da redução de risco de desastres no planeamento do desenvolvimento sustentável. *(Veja o discurso integral na página 55).*

PRÉMIO SASAKAWA DAS NAÇÕES UNIDAS 2004 SOBRE A REDUÇÃO DE DESASTRES

O estudioso-activista colombiano ganha prestigioso prêmio de redução de desastres

Secretariado da NU/EIRD
Genebra, Suíça

O professor universitário, colombiano e investigador e também activista de redução de desastres, Doutor Omar Dario Cardona, foi laureado com o prestigioso Prémio Sasakawa da ONU, 2004 de Redução de Desastres.

A Cerimônia de Premiação teve lugar a 7 de Outubro de 2004, em Genebra, por ocasião da 10ª Sessão da Comissão de Pressão Inter-Agência da ONU para a Redução de Desastres (IATF/DR).

O Prémio foi estabelecido em 1986 através da Fundação Sasakawa (mais tarde denominada Fundação Nipónica) para premiar os indivíduos e instituições que no mundo têm contribuído com práticas inovadoras e com iniciativas excelentes, para reduzir o risco e vulnerabilidade de comunidades que estão expostas a perigos naturais.

O engenheiro de terremotos, o Doutor Cardona é professor e investigador na Universidade Nacional da Colômbia em Manizales (Colômbia Ocidental). O Prémio reconhece o seu longo empenho científico e promoção de políticas de redução de desastres e a procura constante de soluções técnicas para reduzir o risco e avaliar a vulnerabilidade. Além das suas actividades académicas, o



Doutor Omar Dario Cardona, laureado com o Prémio Sasakawa da ONU, 2004 de Redução de Desastres

Doutor Cardona contribuiu constantemente para o processo de tomada de decisões na Colômbia relativo à adopção de mecanismos de prevenção, como também expondo o assunto nos foros internacionais e regionais.

Ele é reconhecido internacionalmente pelas suas abordagens abrangentes no que diz respeito à vulnerabilidade e gestão do risco. Introduzindo o conceito de “Vulnerabilidade Sísmica Estrutural”, ele fez uma contribuição notável à redução de risco sísmico.

O Doutor Cardona foi nomeado pelo Sr. Ian Davis (Laureado Sasakawa de 1996), Doutor Yepes [o Director do Instituto Geofísico da Escola Politécnica Nacional do Equador (Laureado Sasakawa, 1992)] e a Associação Colombiana de Engenharia de Terremotos (AIS).

O júri do Sasakawa Prémio da ONU considerou o trabalho do Doutor Cardona uma contribuição de alta qualidade e de compromisso muito encorajante.

Certificados de Distinção foram premiados a:

Walter Hays (E.U.A.), um engenheiro sismólogo, Associado Senior do Instituto Global de Energia e Sistemas Ambientais, Universidade de Carolina do Norte em Charlotte e Diretor Executivo da Aliança Global para a Redução de Desastres (GADR).

O Doutor Walter Hays foi considerado elegível para um Certificado de Distinção devido ao seu permanente compromisso de levar a cabo a implementação de

vários programas de prevenção de desastres naturais, tanto no seu país de origem bem como internacionalmente.

O Doutor Walter Hays foi nomeado através do Instituto Global de Energia e Sistemas Ambientais da Universidade de Carolina do Norte em Charlotte

Gustavo Wilches-Chaux (Colômbia), advogado, filósofo e autor que tem promovido o governo local e o desenvolvimento da comunidade no que concerne à gestão de risco e desenvolvimento sustentável. Assim é distinguido em seu reconhecimento e avaliação das contribuições excelentes para a redução de desastres.

O Doutor Gustavo Wilches-Chaux foi considerado elegível para um

Certificado de Distinção devido a sua dedicação, e trabalho pioneiro na gestão de risco nas comunidades locais do seu país. Ele é autor de mais de 30 livros e artigos sobre a “Vulnerabilidade Global.” O trabalho do Doutor Wilches dá particular ênfase a formação, educação e capacitação a todos membros da comunidade.

O Doutor Gustavo Wilches-Chaux foi nomeado pela Corporación Grupo Vigias Salvando Vidas.

Certificados de Mérito foram premiados:

O Governo Local de La Paz (Bolívia)

A Municipalidade de La Paz foi considerada uma boa candidata para um Certificado de Mérito devido a

um programa contínuo muito interessante que incorpora vários aspectos como mecanismos de governação, gestão de risco, infraestrutura preventiva em áreas propensas a deslizamentos de terra e avalanches de lama, como também a capacitação institucional e formação. A passo e passo a implementação deste amplo programa constituirá uma contribuição para o “habitat” urbano sustentável sob a liderança do Presidente da Câmara Municipal altamente comprometido com a causa.

A Municipalidade de La Paz foi nomeada pelo Coordenador Residente da Organização das Nações Unidas na Bolívia.

A Comissão de Geociências Aplicadas do Sul do Pacífico, SOPAC (Fiji)

A Comissão de Geociências Aplicadas do Sul do Pacífico, (SOPAC) foi selecionada para receber um Certificado de Mérito devido a avaliação de seus valiosos esforços na promoção da redução de desastres nas suas comunidades com reconhecimento mundial. A SOPAC aumentou a compreensão da exposição de risco dos países das ilhas do Pacífico, suas sociedades e processo de desenvolvimento. Também é um exemplo compreensível de cooperação regional inter-institucional. A Comissão de Geociências Aplicadas do Sul do Pacífico, SOPAC foi nomeada pela Gestão de Emergência da Austrália (EMA).

O Processo de Nomeação para 2004 foi lançado a nível mundial em Janeiro de 2004. Trinta-quatro (34) candidatos de qualidade, representando a África, Ásia, Europa e as Américas - foram recebidos e avaliados completamente pelo Jurí Sasakawa independente da ONU em Setembro de 2004.■

O Prémio Sasakawa da ONU para a Redução de Desastres Administração, nomeação, seleção, lista de laureados,

Processo de Administração, Nomeação & de Seleção	Laureados
<i>O Prémio Sasakawa da ONU para a Redução de Desastres foi administrado por:</i> <i>O Departamento da ONU para os assuntos Humanitários (UNDHA) até 1988;</i> <i>O Secretariado da UNIDNDR (Década Internacional para Redução de Desastre Natural) de 1988 a 1999; e</i> <i>O Secretariado da NU/EIRD – sob a supervisão direta sub- Secretário Geral da ONU para os Assuntos Humanitários - desde Janeiro de 2000.</i> <i>O Secretariado da EIRD é assistido, no processo de seleção do laureado, por um Jurí composto de representantes selecionados na base duma distribuição regional pelo Administrador do Prémio, o Director do EIRD que é a entidade com poder de decisão final.</i> <i>O Jurí reuni-se uma vez por ano por um período de três ou quatro dias afim de tomar as suas decisões..</i> <i>O Prémio Sasakawa da ONU para a Redução de Desastres é premiado em todas as segundas quartas-feiras de Outubro, dentro do quadro geral do Dia Internacional de Redução de Desastres.</i>	2004: Doutor Omar Dario Cardona, Colombia 2003: Sra. Esther Anwi Tadzong, Camarões 2002: Prof. Doutor Serguei Balassanian, Arménia 2001: Global Fire Monitoring Centre, Alemanha 2000: Fondo para la Reconstrucción y el Desarrollo Social del Eje Cafetero (FOREC), Colômbia 1999: Prof. Mustafa Erdik, Turquia 1998: H.E. Sr. Ji Cai Rang, China 1997: Observatorio Sismológico do Sur-Occidente (OSSO), Colômbia 1996: Doutor Ian Davis, Reino Unido 1995: (Ninguém foi Laureado) 1994: Comissão Nacional de Emergência, Costa Rica 1993: Doutor Vit Kamik, República Checa 1992: Geophysical Instituto Geofísico Nacional Escola Politécnica, Equador 1991: Sr. Franco Barberi, Itália 1990: Sr. Julio Kuroiwa, Perú 1989: Comissão de Ajuda e Reabilitação, Etiópia 1988: Comité de ESCAP/Typhoon, Filipinas 1987: Ratu Kamisese Mara, Fiji

Dia Internacional de Redução de Desastres: Um dia da elevação da consciência do risco e perigo

Sra. Nicole Rencoret

Oficial da Promoção e da Consciência

Todos os anos, o Dia Internacional para a Redução de Desastres é comemorado nas segundas quartas-feiras do mês de Outubro.

Este ano de 2004, foi comemorado na quarta-feira dia 13 de Outubro, enfocando o tema: Aprendendo dos desastres de hoje para os perigos de amanhã.

O Dia Internacional de Redução de Desastres é fundamentalmente um instrumento para elevar a consciência pública e a compreensão acerca dos perigos e riscos de desastres, ambos são elementos vitais de qualquer

estratégia abrangente de redução de desastres. A consciência pública serve para transmitir os conhecimentos e informação que em última análise tem por objectivo fazer com que a redução de desastres seja um valor público aceite através da compreensão e participação popular.

Organizado anualmente pela NU/EIRD, a Campanha Mundial para a Redução de Desastres convida vários actores a interagir e a trazer mais pessoas para aprenderem acerca da redução de desastres. Isto traz ímpeto e culmina no Dia Internacional para a Redução de Desastres, que é celebrado internacionalmente por organizações mundiais, regionais bem como pelas comunidades locais.

Unindo as diversas experiências e iniciativas que têm tomado lugar por todo o mundo mais pessoas aprendem acerca da redução de desastres, o que por última análise poderão liderar a mudança de percepções e comportamentos.

Exemplos de actividades que tiveram lugar no dia Internacional para a Redução de Desastres compreende a educação comunitária, reuniões para desenhar mapas de risco, lições escolares para aprender o que fazer em caso dum evento de desastre, oportunidades de formação para os praticantes de redução de desastres e o desenvolvimento das políticas nacionais de gestão de desastres. ■

Mensagem sobre o Dia Internacional de Redução de Desastres

13 de Outubro de 2004

O Sr. Kofi Annan,
Secretário Geral das Nações Unidas

O tema do Dia Internacional de Redução de Desastres “aprendendo dos desastres de hoje para os perigos de amanhã” recorda-nos que a tarefa de aprendizagem apartir dos desastres diz respeito a todos nós.

Na consequência de desastre as Autoridades Governamentais, homens de negócio, grupos comunitários e indivíduos devem todos perguntar se acções apropriadas tais como aviso prévio, foram tomadas para salvar vidas e bens. Todos devemos estar decididos a não repetir os erros do passado. Todos nós deveríamos trabalhar conjuntamente para melhorar os canais de informação e tomada de decisão para que as comunidades estejam melhor preparadas caso os perigos nos assolem novamente.

Os jovens devem ser encorajados a aprender estas lições – na escola, na universidade, e através das redes comunitárias. Participando em actividades educacionais, engajando-se nos exercícios de mapeamento de risco e partilhando as boas práticas, os jovens podem aprender lições duradouras para toda a vida e ajudar as suas comunidades a tornarem-se mais resistentes aos desastres.

Ao nível global, existem muitas coisas por aprender, assim como fazer. A Conferência Mundial de Redução de Desastres a ter lugar em Janeiro do próximo ano, em Kobe-Japão dará aos decisores e peritos uma chance sem igual de inventariar o que eles aprenderam apartir da nossa experiência directa com os desastres, na última década, e providenciar orientações claras para a implementação destas lições.

Os terremotos, os hurricanes, as cheias, as erupções vulcânicas e outros desastres naturais constituem uma parte inevitável da nossa vida. O nosso grau de vulnerabilidade a eles não precisa de ser assim. Como nós observámos durante a recente estação de hurricanes nos Caraíbas, quanto mais preparadas as comunidades estiverem menos sofrerão da catástrofe.

Após o desastre ter assolado, a primeira tarefa dos elementos locais que dão resposta e seus apoiantes internacionais é trazer ajuda imediata às vítimas. Mas todas as pessoas envolvidas devem também estar certas, de aprender com o que aconteceu, ou com o acontecido e actuar de modo a preparar as comunidades a serem mais resistentes e a reduzir os riscos no futuro. Neste Dia Internacional da Redução de Desastres, deixai-nos rededicarmo-nos a nós próprios a esta missão.

Ásia Central: o recentemente estabelecido escritório da NU/EIRD realiza a sua primeira reunião consultiva regional

NU/EIRD Ásia Central

Dushambe, Tajikistão

A primeira Reunião Consultiva Regional sobre a Redução de Risco de Desastres nunca antes havida na Ásia Central realizou-se em Dushanbe, a capital do Tajikistão, de 1 a 2 de Dezembro de 2004. A reunião foi conjuntamente organizada pelo Governo do Tajikistão, o Projeto da Organização das Nações Unidas no Tajikistão sobre a Gestão do Risco de Desastres e o recentemente estabelecido Escritório Regional na Ásia Central da Estratégia Internacional de Redução de Desastres, NU/EIRD.

Nesta reunião consultiva participaram os funcionários governamentais de quatro países da Ásia Central (Kazakhstão, Kyrgyzstão, Tajikistão e Uzbekistão) e representantes do Escritório Humanitário da Comunidade Européia (ECO), Agência Suíça para o Desenvolvimento e Cooperação (SDC) e o Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, PNUD.

Para uma plataforma regional de redução do risco de desastres

Os objetivos da Reunião Consultiva Regional eram:

- Promover a cooperação regional e colaboração no campo da redução de risco de desastres;
- Integrar a redução de risco de desastres no planeamento de desenvolvimento, políticas e implementação, como parte do processo de preparação da Ásia



Delegados oficiais à Reunião Regional em Dushambe

Central para a 2ª Conferência Mundial para a Redução de Desastres (WCDD II) em Janeiro de 2005 e os resultados da Conferência Mundial;

- Discutir medidas urgentes necessárias para criar programas e planeamento de desenvolvimento sustentável.
- Criar uma Plataforma Regional para a Redução do Risco de Desastres e integrar especialmente a redução de risco de desastres nas políticas públicas, promoção de resposta de emergência de desastres e redução de risco de desastres a nível da comunidade e capacitação profissional;
- Consultar os participantes dos Governos da Ásia Central com o objectivo de estabelecer as prioridades regionais e criar uma base para uma Estratégia Regional para a Redução do Risco de Desastres.

A Reunião Consultiva começou com discursos os de abertura do Governo

de Tajikistão, da Organização das Nações Unidas no Tajikistão e NU/EIRD da Ásia Central, depois houve apresentações dos países (Kazakhstão, Kyrgyzstão, Tajikistão e Uzbekistão) e organizações (PNUD, SDC, ECOAM, NU/EIRD) sobre a redução de risco de desastres, enfatizando o progresso feito e as tarefas por realizar sobre a redução do risco de desastres.

A necessidade de aumento da cooperação regional

As apresentações reconheceram no geral que os impactos sociais e económicos dos desastres eram severos e que mais trabalho precisava de ser feito para abordar o aumento da ameaça de perigos. Neste contexto, foi sublinhada a importância e necessidade de aumentar a cooperação regional entre os países da Ásia Central, mais esforços para fortalecer a cooperação regional a ser construída ou ligada a iniciativas existentes.

Depois das apresentações, os participantes foram divididos em dois grupos de trabalho para discutir os seguintes tópicos:

1. Os principais perigos e áreas de prioridade necessárias na cooperação regional;
2. Os caminhos a seguir para a promoção da cooperação regional na redução do risco de desastres.

Os principais resultados

No fim das discussões de grupo de trabalho activas e muito produtivas, foram feitas mais de 25 recomendações, incluindo as seguintes recomendações principais:

1. A consulta regional entre os cinco países da Ásia Central (Kazakhstão, Kyrgyzstão, Tajikistão, Turkmenistão e Uzbekistão) deveria ter lugar duas vezes por ano, mas o local deveria girar entre os cinco países. O escritório na Ásia Central da NU/EIRD trabalhará como um secretariado para facilitar o fórum regional assegurando o acompanhamento desta iniciativa. Para a segunda reunião será anfitrião a Iniciativa Regional do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) baseada no Irão em cooperação com a NU/EIRD Ásia Central. Os esforços também deveriam ser feitos para estender a rede institucional e ligar à Iniciativa Regional Inter-estatal.
2. Os terremotos são uma ameaça comum a todos os países da Ásia Central. O fórum concentrar-se-á em duas acções concretas com o apoio dos doadores:
 - A legislação para a redução de risco de desastres deverá ser harmonizada e começando com a legislação dos terremotos e estabelecimento de códigos para a construção privada. O Tajikistão terá um papel fulcral no esboço da legislação e então partilhará e discutirá o esboço com os outros países. Foi

recomendado que os países organizassem duas reuniões para consultas as instituições nacionais para a finalização da legislação.

- O mapeamento de perigos sísmicos da Ásia Central deveria ser unificado através dum empreendimento comum das instituições de investigação científica e técnica.
3. A partilha de informação e conhecimento deveriam ser harmonizados e deveriam ser fortalecidos entre os países através da rede local e regional estabelecida no Irão, e estendida pelo Centro de Competência baseado em Dushanbe sobre a Gestão de Risco de Desastres (educação e materiais educacionais). Um banco de dados deveria ser desenvolvido sobre a redução do risco de desastres.
 4. A cooperação com os doadores deveria ser harmonizada a nível regional no campo da redução de risco de desastres.
 5. A assistência deveria ser providenciada para melhorar o monitoramento e os sistemas de aviso prévio nas construções mais vulneráveis (grandes represas e

reservatórios) na Ásia Central. A ajuda também deveria incluir a avaliação, priorização e consciencialização e formação da comunidade, provisão e instalação.

Os participantes reconheceram a importância de se alcançar completamente as Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDGs) na região e comprometeram-se a seguir as recomendações acima mencionadas.

O novo escritório regional da NU/EIRD na Ásia Central

É de notar, que o Escritório Regional da Estratégia Internacional de Redução de Desastres, NU/EIRD na Ásia Central está operacional desde à algumas semanas. O novo escritório está baseado em Dushanbe, a capital do Tajikistão, cobrindo cinco países da Ásia Central (Kazakhstão, Kyrgyzstão, Tajikistão, Turkmenistão e Uzbekistão), operando debaixo de um projeto em comum com a PNUD e OCHA (Escritório da ONU para a Coordenação dos Assuntos Humanitários).

Os cinco países da Ásia Central são todos propensos a uma variedade de desastres causados por perigos naturais. Os desastres naturais



O Sr. Radjabov, Vice Primeiro-Ministro, Ministro de Situação de Emergência e Defesa Civil do Tajikistão, Sr. Bijanov, Vice Primeiro-Ministro, Ministro de Situação de Emergência do Kasakistão e o Sr. Akhunov, Chefe Especialista, Ministério do Camara do Uzbekistão na Reunião Consultiva Regional de Redução de Risco de Desastres

afectaram quase 10 por cento da população total da região durante a última década. O impacto destes perigos naturais também foi agravado pela queda dramática nestes países dos Produtos Nacionais Brutos (GNPs), devido a perda significativa de transferências financeiras e tecnológicas da antiga União soviética.

Sendo um organismo inter-agências, preventivo e estratégico de promoção duma abordagem holística dos desastres, o NU/EIRD opera através de parcerias. O seu novo Escritório Regional procura trabalhar em conjunto com os

organismos governamentais, organizações inter-governamentais (IGOs), outras agências da ONU, Organizações Não-Governamentais (NGOs) e outros organismos da sociedade civil na Região da Ásia Central.

Comum à maioria das organizações internacionais que lidam com assuntos relacionados a desastres na região a meta primária é o poder de resistência aos perigos naturais mas também a cooperação. Também comum às muitas distinções culturais, sociais e políticas em sociedades da Ásia Central está o interesse crescente de partilha de

conhecimento, rede, estratégia comum e plataforma no campo de redução de desastres. Como também a NU/EIRD procura ajudar a melhorar o poder de resistência aos perigos naturais e a capitalização destas abordagens e interesses compartilhados permitiria fortalecer a capacidade nacional e regional de redução de desastres na região.

Os outros Escritórios Regionais da NU/EIRD estão localizados em San José, Costa Rica (para a América Latina e Região das Caraíbas) e Nairobi, Quênia (para a Região de África). Estão sendo feitos arranjos para colocar escritórios semelhantes na Europa e no Pacífico. ■

América Latina & Caraíbas: Hefes de Estado Dos Andes Endossam Estratégia de Redução de desastres

Sra. Elina Palm

*Oficial regional,
NU/EIRD Escritório Regional para a América
Latina e Caraíbas (LAC),
San Jose, Costa Rica*

Os Presidentes da Bolívia, Colômbia, Equador, Perú e Venezuela endossaram a proposta sobre a “Estratégia Andina para a Prevenção de Desastres e Resposta”.

A Estratégia é baseada em consultas multi-setoriais de cada país. Em concordância com o “Quadro Geral do EIRD sobre a Orientação e Monitoramento da Redução de Risco de Desastres”, contém recomendações detalhadas de política, informação, identificação de risco, monitoramento e avaliação do risco, capacitação institucional, e assistência mútua em situações de desastre. A Estratégia também identifica as actividades e programas

a serem desenvolvidas por sectores específicos.

O desenvolvimento da Estratégia foi dirigida pelo Comitê Andino recentemente-estabelecido para a Prevenção de Desastres e Resposta (CAPRADE), e patrocinada pelo PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento) e CAF (Corporação de Desenvolvimento Andino). O endosso da Estratégia é visto como um significativo desenvolvimento das políticas de redução de desastres na região.

Durante os últimos meses, o Escritório Regional da NU/EIRD para a América Latina e as Caraíbas (LAC) também envolveu-se activamente nas preparações para a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDD II) que terá lugar em Janeiro de 2005. Neste contexto, ele co-patrocinou

várias reuniões temáticas e regionais na região da América Latina e Caraíbas (LAC) em tópicos relacionados com a educação, comunicação, consciência pública e saúde (veja a caixa).

Uma consulta da política regional foi realizada pelo Governo do Equador, em colaboração com a Organização Pan-Americana de Saúde (PAHO), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a sede da NU/EIRD em Genebra. A esta consulta estiveram presentes uns 100 participantes de 17 países e organizações internacionais e regionais. A consulta serviu como uma oportunidade para compilar informações regionais para o esboço actual do documento do Programa a ser adoptado pela Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDD II), um esboço do programa fora apresentado ao 2º

Comitê de Preparação (PrepCom2) que se reuniu em Outubro de 2004.

As datas de origem da NU/EIRD da América Latina e Caraíbas (LAC) remontam desde 1992 durante a Década Internacional para a Redução de Desastres Naturais de 1990-1999, embora o Secretariado da NU/EIRD só fosse estabelecida no ano 2000 pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Fundado em San Jose, Costa Rica, e tendo como anfitrião a Organização Pan-Americana de Saúde (PAHO), o escritório regional trabalha juntamente com várias agências da ONU, organizações regionais, governos e organismos da sociedade civil procurando atingir a meta global de incorporar a redução do risco de desastres no desenvolvimento sustentável a todos os níveis.

Outros Escritórios Regionais da NU/EIRD estão em Nairobi, Quênia (para a Região de África) e Dushanbe, a capital do Tajikistão (para a Ásia Central). Estão sendo feitos também arranjos para o estabelecimento de escritórios semelhantes na Europa e no Pacífico. A sede de NU/EIRD está em Genebra. ■

América Latina & Caraíbas

Comunicação & Educação para a Redução de Desastres

Duas reuniões regionais de redução de desastres tiveram lugar na Guatemala e El Salvador, respectivamente sobre (1) A comunicação e as estratégias de informação pública para a redução de desastres, (2) A educação para a redução do risco de desastres.

A Reunião Regional sobre a Comunicação para a Redução de Desastre na Guatemala

Uma reunião regional sobre a “Comunicação e as Estratégias de Informação Pública para a Redução de Desastres” aconteceu na Guatemala, América Central.

À esta reunião participaram peritos de comunicação, autoridades nacionais e locais, cientistas e operadores dos meios de comunicação de 14 países latino americanos.

Outros participantes eram internacionais e regionais e instituições de doadores como o PNUD, UN-Hábitat, ACS (Associação de Estados dos Caraíbas, Trinidad e Tobago), CEPREDENAC (Centro de Coordenação para a Prevenção de Desastres Naturais da América Central), JICA (Agência Japonesa de Cooperação Internacional), SDC (Agência suíça para o Desenvolvimento e Cooperação) e DIPECHO (Escritório Humanitário da Comunidade Europeia para a Prontidão de Desastres).

O seminário foi uma oportunidade para compartilhar experiências e lições aprendidas sobre as estratégias de comunicação para a gestão de risco e redução de desastres, identificar áreas para a formulação de estratégias para a adopção a níveis nacionais e regionais.

O seminário também teceu recomendações específicas e objetivos a serem alcançados até 2015, para a inclusão em discussões na Conferência Mundial de Redução de Desastres (WCDR) em Janeiro de 2005. Foram definidas três áreas de importância:

- As políticas e as estratégias relacionadas a comunicação educacional e informação do público
- O papel dos meios de comunicação na redução de desastres

- O uso e compreensão da informação científica e pública.

A reunião foi juntamente organizada pela Organização Pan-Americana de Saúde (PAHO) / Organização de Saúde Mundial (QUEM), UNESCO, a Federação Internacional da Cruz Vermelha (IFRC) e NU/EIRD da América Latina e das Caraíbas, com o apoio do Centro de Formação da Agência de Cooperação Internacional Espanhola (AECI).

A Reunião Regional sobre a Educação para a Redução de Desastres em El Salvador

Uma reunião latino-americana e caribenha sobre a “Educação para a Redução de Risco de Desastres” teve lugar em El Salvador na América Central.

À esta reunião participaram 114 representantes de 17 nações do hemisfério, peritos educacionais, e de infra-estrutura escolar e funcionários de gestão de risco, autoridades públicas, organizações sub-regionais, regionais e internacionais, ONGs e líderes comunitários.

A reunião avançou com o Plano de Acção do Hemisfério (EDUPLAN) que compreende infra-estrutura física educacional, participação pública e aspectos académicos e faz recomendações concretas que enfatizam a importância da educação formal e informal, e afirmam a importância da educação na gestão de risco nas políticas educacionais nacionais.

A reunião foi apoiada pelo NU/EIRD, UNESCO, a Organização dos Estados Americanos (OAS), UNICEF, FUSAI (Fundação Salvadorenha para a Ajuda Integral), o Ministério do Ambiente e Recursos Nacionais de El Salvador, o Serviço Nacional de El Salvador para Estudos Territoriais, entre outras agências chave de cooperação.

Para mais informação sobre o NU/EIRD da América Latina e as Caraíbas (LAC), por favor visite o seguinte endereço: www.eird.org

O NU/EIRD & Redução de Desastres na Ásia: “A Parceria Asiática”

Sra. Takako Izumi,

*EIRD Ponto Focal - Ásia
Kobe, Japão*

A Ásia foi a região mais propensa à todos os tipos de perigos naturais. Durante o período de 1997-2001, acima de 40 por cento de todos os eventos registados no Banco de dados do CRED sobre Desastres Naturais (EM DATA) ocorreram na Ásia, pelo que faz com que a gestão de desastres na região seja um desafio pertinente.

A forte chuva, a chegada antecipada da estação de monção, o aparecimento atrasado das inundações, o aquecimento global, o desflorestamento e siltação, são considerados os factores principais que contribuem para a magnitude dos desastres. Além disso, com a rápida urbanização, a industrialização, e o aumento da densidade populacional concomitante nos centros urbanos, crescem e persistem os riscos de desastres e vulnerabilidade. Consequentemente, os desastres se tornam assuntos inevitavelmente importantes de desenvolvimento. Realmente os seus impactos na sociedade e economia impedem a realização dum desenvolvimento sustentável.

Enquanto isso, a redução de desastres não é mais um assunto regional mas sim um assunto de âmbito global. Lidar efectivamente com desastres e risco de desastres, numa compreensão mais holística do problema de desastres e assuntos relacionados é um imperativo. Além disso, a vontade política do governo, o seu compromisso e recursos, os mecanismos cooperativos organizados entre as partes interessadas, e a capacitação são pertinentes e necessárias.

“A parceria asiática”

Para aumentar a cooperação regional sobre a redução de desastres, o Secretariado da NU/EIRD, o Centro de prontidão de Desastres Asiático (ADPC, fundado na Tailândia), o Centro de Redução de Desastres Asiático (ADRC, fundado no Japão) tomou a iniciativa de lançamento duma parceria regional aberta para a redução de desastres denominada “Parceria Asiática.”

Realizada após consultas às Agências do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para a Prevenção de Crise e Recuperação (PNUD-BCPR) e a Comissão Económica e Social da Organização das Nações Unidas (ONU) para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), a meta da Parceria Asiática é concentrar-se em iniciativas essenciais para a redução de desastres e reunir parceiros regionais e nacionais cuja a contribuição colectiva gerará uma mudança positiva na região com respeito ao risco e redução da vulnerabilidade.

Esta parceria procura:

Promover a redução de desastres na região da Ásia conduzindo iniciativas estratégicas em países ou sub-regiões em parceria com outras entidades como o requerido por cada caso específico.

Apoiar o processo para a Segunda Conferência Mundial em Janeiro de 2005 sobre a Redução de Desastres, incluindo uma pesquisa a nível regional para providenciar productos para a revisão da Estratégia de Yokohama de 1994 e o desenvolvimento de um programa de acção para 2005-2015.

Criar um fórum para discussão, partilha de experiências e troca de informação para permitir que todos os sectores de sociedade civil sejam participantes activos..

Assegurar que as recomendações a adoptarem na Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres de 2005 sejam seguidos na região. *Cimentar* o caminho para que os desenvolvimentos adicionais na



Os impactos do Sismo de Hanshin-Awaji Kobe, Japão - 1995 (Fotografia: CFA)

região, inclusive a atracção de fundos para os projetos principais em áreas como educação, gestão de informação e rede regional.

A Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres de 2005

A Segunda Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR II) terá lugar de 18-22 de Janeiro de 2005 em Kobe, Hyogo, Japão, imediatamente depois da comemoração do 10º aniversário do Grande Terramoto de Hanshin-Awaji que atingiu Kobe e sua área vizinha

nas primeiras horas do dia 17 de Janeiro de 1995 e ceifou mais de 6,400 pessoas e feriu cerca de 40,000.

A Conferência é um evento de marco milenário que aumentará o perfil de redução de risco de desastres no planeamento e prática do desenvolvimento. A Conferência proverá uma oportunidade sem igual para promover uma aproximação estratégica e sistemática ao nível nacional abordando assuntos sobre a vulnerabilidade e redução do risco para perigos naturais. Além disso,

espera-se que guie e motive os governos e seus decisores políticos para prestar mais atenção a tais assuntos vitais, e identificar modos práticos para incorporar as medidas de redução de risco em acções de redução da pobreza.

Para informação adicional, por favor visite seguinte endereço na rede local da NU/EIRD sobre a Segunda Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR II): <http://www.unisdr.org/eng/wcdr/wcdr-index.htm> ■

Preparativos para a 2ª Conferência Mundial sobre Redução de Desastres (WCDR II)

1º Sessão do Comitê de Preparação (Prepcom 1) 6-7 de Maio 2004

Data & Local: 6 e 7 de Maio de 2004, Palácio das Nações, Genebra, Suíça.

Contexto: A reunião foi a 1ª de duas reuniões do Comitê de Preparação para a 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR II) que terá lugar em Kobe-Hyogo, Japão, de 18 a 22 de Janeiro de 2005. A convocação da Conferência Mundial foi decidida pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em Fevereiro de 2004 (Resolução 58/214).

Organizador: Estratégia Internacional de Redução de Desastres (NU/EIRD) na qualidade de Secretariado da Conferência Mundial.

Programa de trabalho

- Rever a organização e os

- preparativos significativos
- Aprovar o programa de trabalho da Conferência
- Propôr as regras de procedimentos para a Conferência
- Negociar dois documentos sobre os resultados da conferência para serem submetidos para adopção a na 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR II): (1) “Declaração Política” (com uma visão estratégica de reduzir o risco e vulnerabilidade aos perigos naturais e tecnológicos no período 2005-2015); e (2) “Documento do Programa” (com elementos de medidas políticas a implementar a visão estratégica projectada na “Declaração Política acima mencionada”). *Nota: foi indicado uma revisão da implementação da Estratégia de Yokohama de 1994 para um Mundo mais*

Seguro e que o seu Plano de Acção providênciasse conhecimentos básico e experiências a estes documentos.

Participantes: Uns 200 participantes inclusive representantes de 103 países (dos quais 25 de países africanos), Missões Permanentes da Organização das Nações Unidas (ONU), agências da ONU, organizações inter-governamentais e organizações não-governamentais.

Oficiais eleitos

O Sr. Embaixador Hernán Escudero (Equador): Presidência (também preside a Agência do Comitê de Preparação)

O Sr. Embaixador Shigeru Endo (Japão): Co-presidência

O Sr. Seyed Mohammad Sadati Mejad (Irão): Relator

A Declaração de abertura

O presidente da Agência do Comitê de Preparação, O Sr. Embaixador Hernán Escudero (Equador), abriu a Sessão referindo-se a 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR II) como um marco milenário na elevação do perfil internacional da redução de risco de desastres como uma componente integrante do desenvolvimento sustentável. Ele disse, que a Conferência providencia uma chance para refletir sobre o progresso realizado desde a adopção da Estratégia de Yokohama em 1994, e que poderia promover uma abordagem mais colaborativa e coerente para a redução do risco e vulnerabilidade.

Os resultados

- Propostos oficiais eleitos para a Sessão pela Agência do Comitê de Preparação.
- Programa de trabalho adoptado sem emenda.
- Regras propostas de procedimento para o processo de preparação e para a 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR II) adoptado provisoriamente e dependente das consultas entre os Estados Unidos da América e a União Europeia, e o texto entre parênteses permanecerá assim até se atingir um acordo final. *(Veja explicação na nota de rodapé abaixo)*

- Credenciamento e participação de ONGs e outros grupos principais no processo de preparação.
- Prazo final para se submeter a informação e contribuições nacionais (dos relatórios), até 15 de Junho, mas poder-se-á aceitar a submissão dos relatórios depois daquela data.
- Alcançado acordo abrangente sobre os resultados da Conferência; consultas informais a serem realizados até a 2ª Sessão.
- Relativo ao processo consultivo entre 1º e 2º Sessões do Comitê de Preparação (PrepComs1 e 2), o Secretariado deve distribuir o documento revisto sobre o assunto, integrando todos os comentários e recomendações do IATF/DR (Comissão de Pressão Inter-agência da ONU sobre a Redução de Desastres) e 1º Sessão do Comitê de Preparação (PrepCom1), nos fins de Maio de 2004.
- Conferência em rede informática "Online" sobre as Conclusões da revisão de implementação da Estratégia de Yokohama e dos futuros objetivos a ter lugar de 15 de Junho a 16 de Julho de 2004.

- Esboço revisto e anotado, perfil e o plano da revisão da implementação da Estratégia de Yokohama incorporando informações da 1ª Sessão do Comitê de Preparação (PrepCom1), consultas e revisão contínua da implementação da Estratégia de Yokohama, a ser completado a 9 de Agosto de 2004.
- Consultas ao Grupo de Apoio do IERD (um fórum para compartilhar experiências) e instruções específicas com Missões Permanentes em Genebra e Nova Iorque a ter lugar durante o mesmo período (em 9 Agosto).

2º Sessão do Comitê de Preparação (PrepCom2) a ter lugar em Outubro (data a ser determinada). *[relatório do PrepCom2 abaixo]*

Observações finais

O Sr. Embaixador e Co-Presidente Shigeru Endo expressou a sua satisfação acerca do progresso feito durante a Sessão, considerando o apertado calendário antes da Conferência Mundial (devido ao início a 18 de Janeiro 2005). Os Estados Unidos América observou que os delegados não concordaram formalmente com os objetivos e metas da Conferência Mundial. ■

2ª Sessão do Comitê de Preparação (Prepcom 2) 11-12 de Outubro de 2004

Data & Local: 11 e 12 de Outubro de 2004, Palácio das Nações, Genebra, Suíça.

Contexto: A reunião foi a 2ª de duas reuniões do Comitê de Preparação para a 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR II) que terá lugar em Kobe-Hyogo, Japão, de 18 a 22 de Janeiro de 2005, em

concordância com a Resolução da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas de Fevereiro de 2004 sobre a convocação de uma Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres em 2005. A 1ª Sessão do Comitê de Preparação (PrepCom1) aconteceu na mesma jurisdição de 6 a 7 de Maio de 2004 (veja relatório acima da PrepCom1).

Desde a 1ª Sessão do Comitê de Preparação (PrepCom1), foram levadas a cabo actividades de entre as sessões e foram incluídas reuniões regionais e temáticas pertinentes na Ásia, África, e América Latina e Caraíbas. Estas actividades contribuíram em idéias e recomendações para o WCDR. O Secretariado preparou uma

compilação dos resultados destas reuniões.

Organizador: Estratégia Internacional de Redução de Desastres (NU/IERD) na qualidade de Secretariado da Conferência Mundial.

Programa de trabalho: A 2ª Sessão do Comité de Preparação (PrepCom 2) teve como tarefa continuar a abordar alguns dos assuntos abordados na 1ª Sessão do Comité de Preparação (PrepCom 1) e preparar a Conferência Mundial. *(Veja resultados da PrepCom 1, relatório).*

Participantes: Mais de 400 participantes inclusive representantes de 106 países (dos quais estiveram presentes 27 países africanos), Missões Permanentes da Organização das Nações Unidas (ONU), agências da ONU, organizações inter-governamentais e organizações não-governamentais.

Oficiais eleitos

O Sr. Embaixador Hernán Escudero (Equador): Presidência (também preside a Agência do Comité de Preparação), O Sr. Embaixador Shigeru Endo (Japão): Co-presidência, O Sr. Seyed Mohammad Sadati Mejad (Irão): Relator.

Resumo

Na base da da 1ª Sessão do Comité de Preparação (PrepCom1) e das actividades inter-sessões, a 1ª Sessão do Comité de Preparação (PrepCom 2) considerou a nova versão do esboço do Programa de Acção.

Espera-se que a discussão sobre a Declaração Política comece após algum progresso que se tenha feito e alcançado no Programa de Acção.

Além disso, os delegados abordaram o seguinte: credenciamento de ONGs e outros

grupos principais no processo de preparação e na 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDRII); as regras provisórias de procedimento no processo de preparação e na 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDRII); o formato proposto e programa de trabalho do esboço da 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDRII); e um esboço de documento “Proposta de Mecanismo de Parcerias no Contexto da 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDRII).” Os delegados também escutaram o relatório sobre o processo de preparação da 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, e discutiram a revisão de esboço da implementação da Estratégia de Yokohama.

A Declaração de Abertura

O Presidente da Agência de Comité de Preparação, o Sr. Embaixador Hernán Escudero (Equador), inaugurou a Sessão. Apontando os recentes desastres ao redor do mundo.

Ele disse que estes acontecimentos reforçaram a necessidade da 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres o que deveria produzir resultados viáveis, práticos e concretos. Ele sugeriu que o Programa de Acção proposto concentrasse-se na redução de perdas resultantes dos desastres e integração de preocupações de risco de desastre em programas e planos de desenvolvimento sustentável, e instituições de desenvolvimento, mecanismos para capacitação e poder de recuperação das comunidades face aos perigos naturais.

Os resultados

- Proposta de organização de trabalho do Comité de Preparação aprovada pelos delegados.

- Pedido de cinco (5) organizações novas intergovernamentais para participar na 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDRII) endossadas.
- Aceites as aplicações para o credenciamento de 55 Organizações Não-Governamentais (NGOs) e outros grupos principais.
- Relativo as regras provisórias de procedimento para o Comité de Preparação e a 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, nenhum acordo ainda foi alcançado, apesar das mudanças propostas na 1ª Sessão do Comité de Preparação (veja Nota de rodapé 1). Consultas por continuar entre as partes interessadas, e o secretariado terá de informar o mais rápido possível os resultados alcançados.
- Progresso feito nos arranjos para a disseminação de informação sobre a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres para os governos, meios de comunicação e outros grupos interessados.
- Aprovado o formato proposto da 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDRII) (com 3 componentes – segmento intergovernamental, segmento temático e fórum público).
- Relativo ao esboço do documento “Proposta de Mecanismo de Parcerias no Contexto da 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDRII)”: O presidente Escudero disse que 36 pertinentes parcerias foram registadas na Comissão da ONU para o Desenvolvimento Sustentável (CSD), adicionando que todas as novas parcerias foram encorajadas a registar-se no CSD.
- O esboço de programa de trabalho proposto, inclusive o estabelecimento de um Comité Principal como parte de sua organização de trabalho, foi

adoptado sem comentário adicional ou emenda.

- As “recomendações” de revisão do esboço de Estratégia de Yokohama a ser examinado como alternativas de conclusões. “Conclusões” a serem revistas, e alinhavadas cuidadosamente com o texto de esboço do Programa de Acção. Nem todas as declarações do documento de revisão estão refletidas no esboço do Programa de Acção devido a restrições de espaço impostas pelas políticas de tradução da ONU.
- Relativo ao esboço de Programa de Acção - cujos comentários foram feitos por 50 delegações sobre uma vasta gama de assuntos (inclusive objetivos e calendários, compromissos e obrigações, requisitos para a

apresentação de relatórios, ligações com outros processos multilaterais e acordos, assuntos financeiros, capacitação, assuntos regionais, sistemas de aviso prévio, âmbito de discussões da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR), partilha de informação e outros assuntos), os delegados concordaram em estabelecer um Comitê de Redação que irá se responsabilizar pela continuação do trabalho de esboço do Programa de Acção.

- Os termos de referência para o Comitê de Redação a serem finalizados através da Agência do Comitê de Preparação.
- O Sr. Marco Ferrari (Suíça) foi selecionado para a Presidência do Comitê de Redação.

- Comitê de Redação a ser ilimitado, a data da primeira reunião será determinado pelo Presidente Ferrari.
- As discussões do Comitê de Redação serão baseados no novo esboço do Programa de Acção que incorporará comentários recebidos da 2ª Sessão do Comitê de Preparação (PrepCom2). O esboço revisado circulará pelos delegados antes do primeiro encontro do Comitê de Redação.
- O Comitê de Redação deve também considerar o esboço da Declaração Política.
- O Comitê de Redação deve-se reunir regularmente em Genebra até sexta-feira de 14 de Janeiro de 2005.
- A terceira e última sessão do Comitê de Preparação (PrepCom 3) terá lugar em Janeiro de 2005 numa data a ser determinada.



Invasão criquets na África do Oeste em 2004

Observações finais

O Director Salvano Briceno da NU/EIRD agradeceu os delegados pelas suas contribuições. Ele expressou a esperança de que a 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres seja produtiva, expressiva e significativa.

O Presidente da Agência de Comitê de Preparação, o Sr. Embaixador Cadeira Escudero forneceu uma avaliação dos resultados da 2ª Sessão do Comitê de Preparação (PrepCom2), e notou que a terceira e última Sessão do Comitê de Preparação (PrepCom 3) terá lugar em Janeiro de 2005 - a uma data a ser determinada. ■

DIA INTERNACIONAL PARA A REDUÇÃO DE DESASTRES

13 de Outubro de 2004

Lançamento da competição de desenho e composição para as crianças africanas

As crianças africanas e adolescentes estão concorrendo numa competição de Composição e desenho relacionada a redução de desastres. A competição foi lançada em várias escolas e comunidades em África durante o Dia Internacional para a Redução de Desastres marcada para 13 de outubro de 2004. O prazo final para as entradas estava marcado para o dia 30 de Novembro de 2004 e os prémios serão decididos a 13 de Dezembro de 2004.

A competição tem por objectivo promover a redução de desastres entre as crianças que estão entre as mais vulneráveis aos desastres. Os esforços realizados pelas crianças e adolescentes para entender a redução de desastres, também irão promover uma compreensão semelhante entre os membros mais velhos das suas famílias e comunidades ao longo e depois deste processo.

As autoridades nacionais responsáveis pela redução de desastres convidarão as crianças a submeterem os seus trabalhos de arte (desenho e/ou composição) sobre o seguinte tema: “Aprendendo dos desastres de ontem para os perigos de amanhã.” Isto lhes permitirá partilhar as suas experiências de prevenção/redução de desastres e/ou gestão de desastres.

Qualquer pessoa de nacionalidade africana possuindo uma idade abaixo de 17 anos e vivendo em África eram elegíveis para participar, desde que eles não fossem familiares directos de funcionários ou empregados da NU/EIRD (Estratégia Internacional de redução de Desastres) ou de alguma Agência da ONU (Organização das Nações Unidas).

Duas categorias com base na idade foram fixadas para cada actividade: Idades abaixo de 7 anos (1ª Categoria) e Idades entre os 7 a 13 anos (2ª Categoria) para o Desenho; Idades compreendidas entre os 11 a 13 anos (1ª Categoria) e Idades entre os 14 a 16 anos (2ª Categoria) para a Composição. Os assuntos da competição são: (1) A compreensão da redução de desastres, (2) A proteção ambiental; (3) A água e os riscos; e (4) O papel das crianças na gestão de desastres.

As composições não deveriam exceder a 700 palavras. Os desenhos não deveriam ser maiores que o tamanho A4 (210mm por 290mm ou 8 ½” por 11”) e deveriam ser dados um título. Aos concorrentes é permitido virar o seu papel de desenho horizontalmente e verticalmente, os meios sugeridos de pintura foram a pintura a óleo, lápis, aguarelas, canetas marcadoras, carvão ou acrílico. A arte de computador não será aceite e todo o trabalho deve ser à mão livre e original.

Serão anunciadas duas categorias de vencedores: os Vencedores dos países e Vencedores de África.

Os melhores três Vencedores dos Países (em cada uma das quatro categorias de actividade/idade) serão anunciados a 13 de Dezembro de 2004 em cada país. 12 Vencedores do País emergirão então em cada país. Os seus artigos serão publicados em jornais nacionais e serão enviados para a Estratégia Internacional de Redução de Desastres (NU/EIRD) para serem

selecionados para publicação em África e/ou no resto do mundo. Par cada Vencedor do 1º Lugar do país será oferecido um prémio.

Quatro Vencedores de África (1 por cada categoria de actividade/idade) será selecionado pela NU/EIRD África fora dos acima 12 Vencedores por país. A NU/EIRD África anunciará os nomes dos quatro Vencedores de África em 13 de Janeiro de 2005. Os seus artigos serão publicados pela NU/EIRD em África e/ou no resto do mundo. A cada um dos quatro vencedores de África será oferecido um prémio pela NU/EIRD África.

República Democrática do Congo

As actividades seguintes foram celebradas para marcar o Dia Internacional para a Redução de Desastres na República Democrática do Congo a 13 de Outubro de 2004:

- Marcha de crianças, jovens e outros
- Diversos discursos com o objectivo de promover um melhor entendimento da redução de risco de desastres
- Exibição de fotografia sobre os impactos de desastres naturais
- Competição de Desenho e Composição para cidadãos nacionais com idade inferior a 17 anos

Relativo à Competição de Desenho & Composição, a seleção dos vencedores do país está em curso no país.

Djibouti

O Djibouti comemorou o Dia Internacional para a Redução de Desastres a 13 de Outubro de 2004. O evento foi marcado pelo lançamento da Plataforma Nacional do NU/EIRD do Djibouti da acima mencionada Competição de Desenho & Composição juntamente com o Ministério de Educação do Djibouti. O Ministério de Educação selecionará as 10 melhores candidaturas entradas de cada categoria e os submeterá a um Comitê de Selecção Nacional constituído por oito membros (4 da Plataforma Nacional do NU/EIRD e 4 do Ministério de Educação). A

selecção final acontecerá no dia 25 de Novembro de 2004. Os resultados serão anunciados imediatamente no dia 9 de Dezembro de 2004 depois de um Seminário Nacional sobre gestão financiado pelo Comando Central dos EUA.

Madagáscar

Por ocasião do Dia Internacional para a Redução de Desastres marcada em Madagáscar no dia 13 de Outubro de 2004, o Ministério do Interior e o Ministério da Educação de Madagascar lançaram conjuntamente a 20 de Outubro de

2004 a acima mencionada Competição de Desenho & Composição. A selecção final terá lugar a 20 de Novembro de 2004.

Maurícias

O Ministério de Educação das Maurícias foi contactado pelo Escritório do primeiro-ministro (que é actualmente o responsável pela redução de risco de desastres no país) para lançar a Competição de Desenho & Composição por ocasião do Dia Internacional para Redução de Desastres em África no presente ano. Mais informação estará disponível a você nas nossas próximas edições. ■

As Actividades da NU/EIRD em 2004 & Prioridades para o ano 2005

Com base no progresso e nos impactos realizados em 2002 e 2003 e na clara compreensão de quem deve fazer o quê, e onde sobre a redução de desastres em África, assim como a necessidade de fazer o balanço entre a combinação necessidades e fundos disponíveis, o Programa Regional da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD) em África – também conhecido como NU/EIRD África - em 2004 continuou realizando o seu trabalho através do trabalho em rede, cooperação e coordenação com a maioria das partes interessadas em África na base duma abordagem catalítica.

Esta abordagem ajuda a promover o “sentido de propriedade nacional” sobre o processo de redução de desastres, isto está sendo não só a chave para o sucesso da implementação da Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD), mas também devido ao custo-efectividade – sobre

um enorme continente caracterizado por limitados recursos humanos e financeiros.

Em concordância com a visão tornada conhecida na exposta “*Estratégia para um mundo mais seguro no século XXI: Redução de Desastres*”, o objectivo geral do Programa Regional da EIRD em África é contribuir para salvaguardar vidas e bens através do melhoramento da gestão de risco e cultura de prevenção de desastres.

As prioridades em 2004

Para promover ou adoptar o “sentido de propriedade nacional” do processo de redução de desastres, a NU/EIRD África continuou a proporcionar uma assistência à medida para o estabelecimento de plataformas nacionais. Ao mesmo tempo, a NU/EIRD África esforçou-se em promover parcerias com as plataformas nacionais da EIRD já estabelecidas através dum apoio

mútuo nas iniciativas de redução de desastres. As principais prioridades da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas em 2004 foram as seguintes:

- Facilitar a criação de ambientes que permitam ou possibilitem fazer algo;
- Aumentar a consciência de risco de desastres;
- Encorajar as consultas e promover a cooperação e colaboração;
- Abordar as principais preocupações do género em matérias de redução de desastres;
- Advogar a estreita ligação entre a redução de desastres e a erradicação da pobreza em direcção as Metas de Desenvolvimento do Milénio.
- Facilitar a preparação regional de África para a Segunda Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres a ter lugar em Janeiro de 2005.

As actividades realizadas e em curso

Sob a liderança do Director do Secretariado da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD) e com o apoio dos colegas do Escritório Geral de Genebra, a NU/EIRD África foi capaz de consolidar as suas relações de trabalho construtivo com as organizações regionais e sub-regionais, e realizar algum progresso tangível (palpável) na implementação do Programa Regional da EIRD em África. Em concordância com as áreas de prioridade, a NU/EIRD África tem focalizado seis prioridades que estão abaixo mencionadas.

Prioridade 1: Facilitando a criação de ambientes que possibilitem fazer algo (políticas nacionais, legislação, estratégias, quadros gerais institucionais, capacidade humana e recursos financeiros através da advocacia, assistência técnica, partilha de informação e troca de conhecimentos ou informação).

- Todo o processo de orientação da Estratégia Regional para a Redução de Desastres em África;
- Orientação do processo em curso relacionado a Acção do Programa de África;
- O seminário sobre os terremotos que conduziu a formação do grupo de peritos de África;
- O seminário sobre os Meios de Comunicação em Nairobi;
- O estabelecimento das plataformas nacionais em mais países (em acréscimo aos já existentes como Djibouti, Madagascar, Uganda e Comores), Botsuana, Congo, Gabão, Gana e Quênia juntando-se a rede mundial de plataformas nacionais que fazem parte da implementação global da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas;
- A ajuda para o estabelecimento do Grupo de Trabalho sobre a

Redução de Desastres em África.

Prioridade 2: Aumento da consciência do risco de desastres (criação duma maior consciência geral sobre o risco de desastres através da advocacia, produção de boletins informativos, equipamentos de informação e materiais educacionais, e profunda análise do impacto dos desastres sobre o desenvolvimento sócio-económico).

- Jornal bi-anual – sobre a Redução de Desastres em África que está disponível nas línguas inglesa, francesa e portuguesa;
- A extensão da partilha de informação e a disseminação através da rede electrónica e dos escritórios nacionais do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), tradução de boletins informativos/revistas, em adição a língua francesa.
- A produção e disseminação de brochuras para a advocacia sobre a ligação entre redução de risco de desastres e desenvolvimento sustentável para os líderes comunitários e escolas acerca de:
 1. A Água e o Risco em África;
 2. O Uso da Terra – Risco de Desastres e Recompensas;
 3. A Protecção Ambiental e a Redução do Risco de Desastres;
 4. A Governação, a Redução do Risco de Desastres e o Desenvolvimento Sustentável;
 5. O Alívio da Pobreza e a Redução do Risco de Desastres;
 6. As melhores práticas de Redução de Risco de Desastres.
 7. O Encontro Safari sobre as Cheias;
 8. O Encontro Safari sobre as Secas.

A Campanha sobre o Dia Internacional sobre a Redução de Desastres: A NU/EIRD e os

Governos Nacionais lançaram um concurso de arte para as crianças de idades compreendidas entre os 4 a 16 anos de idade, no dia 13 de Outubro de 2003. O objectivo da competição é expandir a consciência das crianças e suas experiências em matéria de desastres.

Prioridade 3: O encorajamento de consultas e a promoção da cooperação e colaboração (iniciando e encorajando consultas a vários níveis e dimensões sobre matérias específicas relacionadas à redução de desastres através de reuniões formais e informais a nível nacional, subregional e continental)

Apoio à Reunião do Grupo de Peritos sobre os Perigos de Terramotos em África e que os encorajou a formar um órgão de aconselhamento para apoiar iniciativas regionais sobre a redução de desastres.

Foi organizado um seminário sobre os Meios de Comunicação e Redução de Desastres em Nairobi juntamente com a “In Went” com o objectivo de aumentar a compreensão dos jornalistas sobre a Redução de Risco de Desastres e sua integração no desenvolvimento sustentável, com a finalidade de mobilizá-los para promoverem a nova e endossada Estratégia de África sobre a Redução de Risco de Desastres.

A facilitação e a coordenação do *Seminário Regional em Conacri*. A NU/EIRD África e a Organização Educacional, Científica e Cultural (ISESCO) organizaram um Seminário Regional para os Países Francófonos da África Ocidental, em Conacri, Quiné. O Seminário Regional sobre a Redução de Desastres era designado para os oficiais seniores dos governos. Estiveram presentes ao seminário 19 participantes oriundos de 9 países nomeadamente Mali, Mauritania, Camarões, Senegal, Quiné, Chade, Tunísia, Marrocos. O Seminário Regional foi um fórum

para se realizar consultas adicionais aos participantes de todos os países Africanos acerca do esboço da Estratégia Regional para a Redução do Risco de Desastres e nas áreas prioritárias para o programa regional sobre a redução de desastres a ser desenvolvido; O objectivo era aumentar a consciência do risco de desastres e seus impactos no desenvolvimento, promover o apoio a Estratégia Regional Africana sobre a Redução de Desastres, bem como, discutir a importância da integração da Redução do Risco de Desastres no planeamento de desenvolvimento nacional.

A coordenação do Grupo de Trabalho sobre a Redução do Risco de Desastres em África.

Apoiou a formação e funcionamento do órgão “Grupo de África sobre a Redução de Desastres” e reforçou a colaboração e coordenação entre as partes interessadas.

A Primeira Reunião do Grupo de Trabalho teve lugar em Johannesburg, África do Sul de 26 a 27 de Abril de 2004. A reunião foi orientada pelo Sr. Foday Bojang, oficial senior para as políticas da União Africana. Nesta reunião discutiram a Revisão do Relatório e o esboço da Estratégia sobre a Redução do Risco de Desastres para África, os Termos de Referência e como organizar a sua associação. Foi sugerido que o núcleo de membros do Grupo de trabalho deviam ser as sete Comunidades Económicas Regionais (REC's) da União Africana, a União Africana, o Secretariado da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), o Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a NU/EIRD África e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Outras organizações podem ser convidadas a reunião se for necessário.

A Segunda Reunião do Grupo de Trabalho Africano foi marcada para o dia 3 de Junho de 2004 e realizada em Jojobanesburg, África do Sul. Os participantes concordaram nos Termos de Referência e na

organização da associação, como fora proposto na anterior reunião. O programa de trabalho poderia incluir a Promoção da Estratégia Regional de África para a Redução de Desastres e as directrizes de nível nacional, sub-regional e regional da integração da redução do risco de desastres na prática e planeamento do desenvolvimento e no apoio da participação de África e nas opiniões para a próxima Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, em Kobe, no Japão, nos dias 18 a 22 de Janeiro de 2005.

A Terceira Reunião do Grupo de Trabalho teve lugar de 9 a 10 de Dezembro de 2004. Os participantes discutiram o Programa de Acção relacionado a Estratégia Regional de África sobre a Redução de Desastres que fora recomendado pelos Chefes de Estado durante a última Cimeira que teve lugar em Adis Ababa, Etiópia, em Julho de 2004.

Apoio a União Africana /Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (UA/NEPAD) – Conduzida a reunião consultiva regional sobre a gestão do risco de desastres
O apoio da NU/EIRD África a União Africana/Secretariado da NEPAD foi possível mudar o foco sobre a resposta de desastres e segurança alimentar para focalizar na gestão do risco de desastres; e dum plano de desenvolvimento de curto prazo para um plano de desenvolvimento dum programa de gestão de desastres de longo prazo, que inclui uma revisão do processo de redução de desastres, desenvolvimento da estratégia e desenvolvimento do programa. Este apoio também gerou mais interesse e apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) pelas iniciativas conjuntas em curso entre o Secretariado da NEPAD e a NU/EIRD.

A rede da NU/EIRD África a nível nacional, sub-regional e regional. A extensão da rede com as agências das Nações Unidas e as organizações regionais e sub-regionais ajudou a

reforçar a partilha de informação e troca de conhecimento sobre a redução de desastres. Desde o lançamento da sua revista bi-anual, a Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD) tem recebido um crescente número de pedidos de cópias, um aumento do número de contribuições em forma de artigos, interesses institucionais e contribuições.

O reforço da coordenação e colaboração com as principais partes interessadas regionais através duma activa participação nos vários eventos relacionados a redução de desastres (a nível nacional, sub-regional e regional) foi também observada.

Prioridade 4: A abordagem dos assuntos do género na redução de desastres (promoção dos assuntos do género na redução do risco de desastres e o aumento da consciência da diferença do género no impacto dos desastres.

O seminário sobre o *Género e a Redução de Risco de Desastres* foi organizado e facilitado. O referido seminário tinha como objectivo a abordagem das preocupações e necessidades do género e a promoção da participação activa das mulheres na Redução do Risco de Desastres.

Foi apoiado um *estudo regional sobre o Género e a Redução de Desastres em África* e foram também facilitados vários pequenos estudos de caso.

Foi apoiada a participação da *mulher Africana no Seminário sobre a Igualdade do Género e Gestão do Risco de Desastres* que teve lugar em Hawaii e forneceu elementos para a Conferência Mundial através da NU/EIRD.

Prioridade 5: A advocacia da ligação entre a redução de desastres e erradicação da

pobreza através do MDGs (realizando estudos profundos em áreas pobres de África e desenvolvendo directrizes de como ligar a redução de desastres com a erradicação da pobreza, baseado no conhecimento profundo ganho através dos estudos planeados).

Foi iniciado e apoiado o desenvolvimento da Estratégia Regional de África sobre a Redução de Desastres conjuntamente com a União Africana/NEPAD e a AFDB.

Foi iniciado, apoiado e coordenado o desenvolvimento de directrizes para a integração da Redução do Risco de Desastres no Desenvolvimento Sustentável em adição ao conjunto de brochuras produzidas, mencionadas na prioridade 2.

Prioridade 6: A facilitação da preparação regional de África à Conferência Mundial em 2005 sobre a Redução de Desastres (Facilitando a revisão continental de África em curso em cooperação com os Governos Nacionais, organizações governamentais regionais e sub-regionais e o sistema das Nações Unidas. A NU/EIRD África também utilizará esta revisão como uma oportunidade para engajar mais os governos e comunidades na gestão de desastres.

Foi organizado a Consulta Regional de África como uma preparação dos países Africanos para a Conferência Mundial de Redução de Desastres, o que resultou nas Recomendações de Johannesburg sobre a Redução de Risco de Desastres.

Foi facilitada a preparação dos Relatórios Nacionais para a Revisão da Estratégia de Yokohama e o plano de Acção (34 de 53 países forneceram o relatório a NU/EIRD) e a participação de África 1º e 2º Sessões do Comitê de Preparação (PrepComs1 e 2).

As prioridades em 2005

Apoiar a Política e Estratégia de Desenvolvimento

Os Governos Nacionais têm a responsabilidade chave de criar a cultura de prevenção nos países. Assim eles devem demonstrar os seus compromissos através do providenciamento de políticas nacionais e estratégias sobre a redução de desastres a sua população e o envolvimento de todas as partes interessadas em todos os processos.

A Advocacia e o Aumento da Consciência na Redução do Risco de Desastres

O aumento da consciência é muito crítico para o sucesso na redução de desastres. Uma boa compreensão pública sobre a redução de desastres pode ajudar a aumentar a efectividade do sistema de aviso prévio e a implementação das políticas nacionais. Em África as comunidades mais vulneráveis não têm acesso a informação e não estão conscientes dos seus riscos de desastres. É necessário que todas as populações possam compreender que a redução de desastres é um processo de desenvolvimento.

Promover a Partilha de Informação e de Troca de Conhecimentos

Em África, a informação e o conhecimento sobre a redução do risco de desastres existe em certa extensão no meio de certos grupos da população, mas sistemas de partilha de informação no meio dos diferentes grupos para apartir de diferentes profissões quase não existe (ou dificilmente existe). Além disso, só uma pequena percentagem de Africanos têm acesso aos modernos instrumentos de comunicação tal como “e-mail”, internet, telefone e fax e um enorme número de pessoas tanto jovens como velhos não sabem nem ler nem escrever naquelas línguas oficiais usadas nos seus respectivos países. Assim, promover a partilha de informação e a troca de conhecimentos torna-se um grande desafio, mas muito importante e necessário em África para o sucesso do desenvolvimento sustentável.

A forja de rede, parceria e a coordenação na integração da

redução de risco de desastres no desenvolvimento

A redução de risco de desastres é um assunto de intersecção de varias áreas de desenvolvimento. O processo de redução de risco de desastres caminha de mãos dadas com o processo de desenvolvimento sustentável. Por consequente, a redução de risco de desastres é uma responsabilidade partilhada entre todas as partes interessadas nas diferentes áreas e nos diferentes níveis. A redução do risco de desastres não só necessita duma colaboração e cooperação multi-sectorial e multi-disciplinar, mas ela também necessita de consultas a vários níveis e coordenação, apartir do nível regional ao sub-regional e apartir do nível nacional ao local. O sucesso para a integração da redução do risco de desastres depende largamente da transparência, uma substantiva e saudável cooperação e colaboração entre todas as partes interessadas tanto do desenvolvimento como da redução da gestão de desastres. ■

Oeste & Norte de África: Os gestores de desastres falantes da língua francesa apelam para um fundo regional para a redução de desastres

NU/EIRD

Quênia, Nairobi

Os gestores de desastres do oeste e norte de África de 10 países falantes da língua francesa recomendaram o estabelecimento de um fundo regional para a redução de desastres a nível da Comunidade Económica Regional (REC).

Esta foi uma das recomendações feitas pelos funcionários seniores do governo a frente da gestão de desastres do Benine, Camerões, Chade, Guiné, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Marrocos e Tunísia durante um Seminário Regional sobre a Redução de Desastres para os países falantes da língua francesa que teve lugar em Conakry, Guiné, de 7 a 10 de Setembro de 2004.

O seminário regional foi conjuntamente organizado pela Organização Educacional, Científica e Cultural islâmica (ISESCO) baseada no Marrocos e a Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas para a África (NU/EIRD África). Este teve lugar sob a supervisão logística da Organização Educacional, Científica e Cultural islâmica (ISESCO) e a supervisão técnica da NU/EIRD África - representada pela oficial de Programas Sra. Noro Rakotonrandria.

O seminário de quatro dias procurou: (1) aumentar a consciência de riscos



Abertura oficial do seminário em Conakry, Quiné

de desastres e seus impactos no desenvolvimento sócio-económico, e (2) promover a integração da redução de desastres no planeamento do desenvolvimento, nas políticas e na implementação nos países a Oeste e Norte de África falantes da língua francesa.

O seminário foi projectado para os funcionários governamentais seniores de países falantes de língua francesa que estão na posição de influenciar os decisores políticos de seus países e fazer estratégias com decisões práticas para a implementação de políticas de redução de desastres a nível nacional. Ao seminário estiveram presentes 19 participantes de 10 países do Oeste e Norte de África falantes da língua francesa.

Os procedimentos permitiram aos funcionários do Governo de partilhar a informação e experiências sobre a redução de desastres, conhecer o progresso realizado, discutir como apoiar os

esforços sub-regionais de redução de desastres, identificar as áreas de acção para a próxima década incluindo os preparativos em curso para a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres em Janeiro de 2005, e discutir medidas urgentes a tomar para integrar a redução de desastres no alívio urgente da pobreza, gestão de recursos de água, adaptação as mudanças climáticas, uso do solo e planeamento e proteção ambiental.

Recomendações

No fim do seminário, os participantes emitiram as seguintes recomendações sobre os seguintes tópicos:

1. *Integração da redução do risco de desastres no desenvolvimento sustentável*
 - Desenvolver políticas de redução de desastres nacionais
 - Harmonizar estruturas de redução de desastres

- Sensibilizar os decisores políticos sobre a redução do risco de desastres
- Formular políticas de redução de risco de desastres e priorizar a sua integração no planeamento do desenvolvimento
- Pôr em funcionamento a legislação e estruturas que podem estar na forma de uma Plataforma Nacional da NU/EIRD
- Levar a cabo a identificação de risco e avaliação de impacto
- Desenvolver programas e projetos sobre a redução de risco de desastres
- Identificar indicadores de risco

2. Mobilização e compromisso político

- Levar a cabo a educação e comunicação, bem como a formação para os decisores políticos, as autoridades locais e a população em geral
- Promover o envolvimento da sociedade civil, meios de comunicação e parceiros de desenvolvimento

3. Cooperação regional

- Realizar um inventário de todas as convenções, acordos regionais e sub-regionais sobre a redução de risco de desastres
- Levar a cabo um estudo comparativo sobre a legislação e leis sobre a redução de risco de desastres
- Harmonizar as estratégias nacionais com a Estratégia Regional de África para Redução de Desastres
- Providenciar formação sobre a redução do risco de desastres
- Estabelecer um centro de monitoramento de risco de desastres nacional e sub-regional que também pode servir como um centro de informação e recursos para a sub-região
- Desenvolver um programa de formação e comunicação sub-regional a ser financiado pelos Estados Membros dos países falantes da língua francesa da



Participantes do Seminário

Organização Educacional, Científica e Cultural islâmica (ISESCO) e parceiros de desenvolvimento.

4. Implementação da Estratégia Regional de África para a Redução de Desastres

- Criar ou pôr operacionais as instituições nacionais com responsabilidades sobre a redução de risco de desastres
- Pôr em funcionamento um fundo regional para a redução de risco de desastres a nível da Comunidade Económica Regional (REC)
- Mobilizar e associar as comunidades científicas e técnicas internacionais e africanas para a redução de risco de desastre
- Desenvolver a redução de risco de desastres como um assunto escolar e introduzir nas escolas e nos currículos universitários
- Capitalizar o conhecimento tradicional e as habilidades sobre a redução de risco de desastres

Os participantes também recomendaram as seguintes acções como assuntos prioritários:

- Adquirir assistência técnica dos parceiros, especialmente da NU/EIRD, para a implementação da Estratégia Regional de África para a Redução de Desastres
- Promover a Estratégia a todos os níveis

- Celebrar condignamente o Dia Internacional para a Redução de Desastres a 13 de Outubro de 2004.

Avanços conseguidos por algumas comunidades económicas regionais

É de notar que várias comunidades económicas regionais africanas como o IGAD (Autoridade Inter-governamental de Desenvolvimento para os países do Leste e Corno de África), SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral) e IOC (Comissão de Oceano Índico) tomou alguns passos adiantados no que diz respeito a redução de risco de desastres.

Por exemplo, o IGAD em Julho de 2004 estabeleceu um Comité Sectorial Ministerial/Comissarial da Região sobre a Gestão de Risco de Desastres (veja página seguinte) e um Painel Consultivo Técnico Regional sobre a Gestão de Risco de Desastres como parte dum processo que começou ganhando impulso, quando os Chefes de Estado da região endossaram a estratégia regional para a redução de risco de desastres.

ECOWAS (Comunidade Económica dos Estados do Oeste de África) e ECCAS (Comunidade Económica de Estados da África Central) também estão planeando aumentar o seu envolvimento na gestão de risco de desastres. ■

Primeiro Encontro do IGAD de Ministros/Comissários responsáveis pela Gestão de Risco de Desastres

7 - 9 Julho 2004, Nairobi, Quênia

A Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento¹ (IGAD) lançou a 9 de Julho de 2004 dois órgãos regionais de gestão de risco de desastres: (1) O Comité Sectorial de Ministros/Comissários para a Gestão do Risco de Desastres, e (2) Um Painel Técnico e Consultivo de Gestão do Risco de Desastres. (ver item na página ...)

O evento teve lugar durante “O Primeiro Encontro do IGAD de Ministros/Comissários responsáveis pela Gestão de Risco de Desastres que decorreu de 7 a 9 de Julho de 2004 em Nairobi – Quênia.

Participaram no encontro seis Ministros/Comissários, Altos Quadros Ministeriais do Governo, o Secretário Executivo da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD), o Substituto do Director Regional da USAID/REDSO (Escritório para os Serviços de Desenvolvimento Económico Regional) para a África Austral e África Oriental, e também, por mais de 25 peritos de gestão de risco de desastres da região do IGAD (Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento - Comunidade Económica Regional, REC, para os Países do Este e Corno de África).

Os discursos de abertura foram feitos pelos Ministros, pelo Secretário Executivo do IGAD, pelo substituto do Director Regional da USAID/REDSO (Escritório para os Serviços de Desenvolvimento Económico Regional) para a África Austral e África Oriental, Comissários e Altos



Oficiais durante a cerimónia de abertura do seminário

Quadros do Governo bem como por altos funcionários representantes de Ministros dos diferentes países responsáveis pela gestão de risco de desastres.

A seguir apresentamos resumos das declarações feitas:

Resumo das declarações de abertura

Sua Excelência Njenga Karume, Ministro Keniano de Estado (Programas Especiais) Escritório do Presidente – o discurso foi lido pelo Vice-Ministro o Doutor Wilfred G. Machage: ... “É meu desejo que, os resultados do encontro de hoje constituam a base para o posicionamento da região na Conferência Mundial de Redução de Desastres que terá lugar em Kobe, Japão, em Janeiro de 2005, e que o mesmo sirva para harmonizar as actividades de redução de risco de desastres na região.

É também meu desejo que os resultados do Documento sobre a Estratégia Regional para África sobre a Redução do Risco de Desastres que decorreu recentemente em Johannesburgo tenham sido considerados.”...

Sua Excelência Tenente - General Moses Ali, Primeiro Vice-Primeiro Ministro do Uganda e Ministro para a Prontidão aos Desastres e Refugiados... “O Departamento do [Uganda] para a Prontidão aos Desastres [e Refugiados do Escritório do Primeiro Ministro], em Dezembro de 2003, depois de três anos de debates acesos e “lobbies” a fim de convencer os planificadores do Governo a incorporarem os Programas de prontidão aos desastres e gestão de conflitos no Quadro Conceptual de Planificação do Desenvolvimento Nacional colocaram como a terceira prioridade de entre os cinco pilares. Fundamentalmente, isto

significa, que a gestão de desastres é agora reconhecida como um instrumento chave para o desenvolvimento Uganda.”...

Sua Excelência Doutor Wilfred G. Machage, Vice-Ministro Queniano (Programas Especiais) do Escritório do Presidente: ...

“...A estratégia adoptada pelo Governo [Queniano] é a de ser pro-activo em vez de ser reactivo...Algumas das acções e programas implementados pelo Governo de forma a atingir uma efectiva e apropriada redução de riscos de desastres incluem ... o estabelecimento, em 1998 de um Centro Nacional de Operação de Desastres que faz o monitoramento de possíveis situações de emergência que podem se transformar em desastres através da manutenção e guarnição durante 24 horas por dia e sete dias por semana; a revisão da Lei e Política Nacional de Gestão de Desastres e a formulação da Política Nacional de Segurança de Incêndios; assim como o lançamento da Plataforma Nacional de Redução de Desastres agendada para o mês de Agosto de 2004, período em que será finalizada a Política Nacional de Gestão de Desastres e Segurança de Incêndios.” ...

Doutor Attalla H. Bashir, Secretário Executivo do Secretariado do Autoridade Inter-Governamental para o

Desenvolvimento IGAD: “...Cheias ocorreram recentemente no Djibouti e como o nosso secretariado está lá baseado, testemunhamos de perto, a devastação causada pelas cheias em termos de perdas de bens e vidas humanas. Uma vez que não existia nenhum mecanismo de financiamento, nem fundos disponíveis, não reagimos para além de enviar mensagens de compaixão e condolências as pessoas afectadas.

Isto deve mudar agora com “O Primeiro Encontro do IGAD de Ministros/Comissários responsáveis pela Gestão de Risco de Desastres” através do estabelecimento de uma estrutura a nível político e técnico



Sua Excelência Doutor Wilfred G. Machage, Vice-Ministro Queniano (Programas Especiais) do Escritório do Presidente

para lidar com problemas desta natureza.

Suas Excelências, podem tomar agora uma decisão crítica para que os Estados Membros da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) sejam os primeiros a apoiar pessoas afectadas pelos desastres na nossa região. Tal como diz o ditado, a caridade começa em casa, os Estados Membros do IGAD devem se posicionar para responder com antecedência aos apelos de emergência, muito antes de estes serem lançados para o resto do mundo!”...

Sr. Deragon Haile-Melekot, Comissário, Comissão de Refugiados e Alívio – Eritreia (ERREC): ... “A minha delegação acredita que a região do IGAD não é apenas propensa a riscos de desastres. Ela é também dotada de uma vasta gama de dons naturais que são essenciais para a prevenção e gestão de desastres. A criação de mecanismos de melhoria da colaboração é um requisito essencial...”

A minha delegação acredita que o risco de desastres pode ser minimizada, se não mesmo evitado, através do fortalecimento dos esforços nacionais e solidificação

efectiva da colaboração regional e internacional dos mecanismos de resposta aos desastres, nas intervenções de prevenção e mecanismos conjuntos e fortes de resposta...”...

Sr. Simon Mechale, Comissário, Comissão de Prevenção e Prontidão aos Desastres (DPPC), Etiópia: ... “Para facilitar as operações da Comissão de Prevenção e Prontidão aos Desastres [DPPC], vários sectores e “task forces” Grupos de Pressão (aviso prévio, alimentação, saúde e nutrição, água e saneamento, e agricultura), foram constituídos e postos em funcionamento. Estes são coordenados pela Comissão de Prevenção e Prontidão aos Desastres - e liderados pelo Grupo de Gestão de Crises.

Em tempos, as actividades de angariação local de fundos eram apoiados pelo Comité Nacional composto por figuras públicas provenientes de vários sectores, tais como religiosos, Governo, Organizações Não-Governamentais e da Câmara de Comércio.

A operação global, conta sempre que necessário, com o apoio e direcção do Comité Nacional de Resposta e Prevenção de Desastres presidido pelo Vice Primeiro-

Ministro. Estruturas Similares foram instituídas a vários níveis administrativos ...

A Comissão, e o Governo da Etiópia, têm gerido de forma efectiva os desastres e seus efeitos através da acumulação de experiências esforços de colaboração e transparência. Estamos convencidos que ainda existe muito a ser feito para reforçar e ligar a gestão e resposta à Emergência com os esforços de desenvolvimento do país.

Isto mostra que a Etiópia possui alguma experiência relevante para partilhar com os outros Estados Membros do IGAD.” ...

O Secretário Permanente do Djibouti, Sr. Badrid Ali, Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional - falando em nome do Ministro do

Interior e Descentralização do Djibouti: ... “... Não nos falta poder para lutarmos contra os eventos extremos da natureza e desastres provocados pelo homem.

Experiências a nível mundial, mostram que existem formas de reduzir o impacto dos desastres na economia, meio ambiente e comunidades...

O meu país concluiu recentemente a Estratégia Nacional de Gestão de Riscos de Desastres.

A seguir, será o estabelecimento de uma estrutura capaz, efectiva e eficiente que se responsabilizará pela coordenação e gestão do risco de desastres.” ...

Major-General Elhadi Mohammed Ahmed, Ministério do Interior, Sudão – falando em nome do

Ministro Sudanês do Interior: ... “A nível nacional, o Sudão tem um conselho de Defesa Civil, que é um mecanismo de resposta antecipada a riscos de desastres. Este Conselho é composto por 15 ministros e um número de Directores Executivos, este conselho joga um papel importante na coordenação e apoio durante a ocorrência de algum risco de desastre no país.

Temos no país instituições bem estabelecidas para efeitos de formação. A primeira é o Colégio de Desastres na Universidade de Rebat e a segunda, é o “ Instituto de Desastres da Universidade Internacional Africana.” ... ■

¹ Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento – Comunidade Económica Regional (REC) para os países do Este e Corno de África .

Discurso de Encerramento do Sr. Phandu C. Skelemani,

Ministro do Botsuana para os Negócios Presidenciais e
Administração Pública

Seminário para o Estabelecimento duma Plataforma Nacional para a
Implementação da Estratégia Internacional para a Redução de
Desastres (EIRD) no Botsuana
15-16 de Novembro de 2004
Gaborone, Botsuana

“ O Seminário para o estabelecimento duma Plataforma Nacional foi realmente sobre a integração das estratégias de redução de desastres no planeamento de desenvolvimento. A importância deste passo não pode ser demasiadamente enfatizado, particularmente tendo em conta a

incidência e magnitude sempre crescente de desastres no Botsuana.

Estes desastres incluem as secas, os incêndios as florestais, as inundações, as epidemias de doenças humanas e animais, as infestações de pestes e outras. Em muitos lugares do nosso país estão actualmente sofrendo de escassez de água e ameaça de seca. Todas estas

escassezes e ameaças exigem esforços colectivos e combinados para fazer a redução de risco de desastres parte integrante do nosso planeamento. Nós temos que estar sempre prontos para todas as possíveis eventualidades, se nós queremos assegurar o nosso futuro como Nação.

Os desastres podem atingir diferentes

partes do país ao mesmo tempo ou em momentos diferentes. As intensidades também podem ser diferentes. É claro que, frequentemente os desastres surgem de repente e sem prevenir. É então necessário para o processo de planeamento responder adequadamente a tudo isto como também assegurar que estão criadas as necessárias capacidades de resposta. Isto requer colaboração multi-sectorial. Esta colaboração precisa de desenvolver estratégias custo-efectivas, especialmente como o Orçamento Nacional está sob adicionada pressão por causa do HIV/AIDS e outras preocupações de desenvolvimento.

Os desastres causam severas perturbações às vidas das pessoas e meios de subsistência e leva bastante tempo para as pessoas restabelecerem as suas vidas e reabilitarem as infra-estruturas. Por exemplo, o impacto das inundações de 1999/2000 ao longo do país foi calculado de ter resultado em perdas de cerca de 100 milhões de dólares americanos. 18,000 casas foram afectadas por 13 fatalidades. Isto foi em adição ao desenvolvimento sócio-económico global do país que foi protelado já que alguns recursos tiveram que ser desviados para o trabalho de ajuda e reconstrução do país.

É melhor prevenir ou mitigar desastres que lidar com as suas consequências. A integração da redução de desastres no planeamento do desenvolvimento procura dar expressão concreta a esta meta. Por esta razão, o Escritório Nacional de Gestão de Desastres decidiu organizar este seminário nacional para lançar a Plataforma Nacional para a Implementação da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres.

Neste seminário, os participantes analisaram os desastres anteriores, fraquezas e pontos fortes das nossas diferentes estratégias de gestão afim de fazer melhorias. Nós estaremos melhor capacitados para afinar as nossas estratégias, programas e processos operacionais como um resultado. Os participantes também estarão numa melhor posição de entender os riscos de desastres relacionados às suas diferentes responsabilidades.

Eu espero, que o seminário destaque a relação entre a redução de desastres e o desenvolvimento sustentável. Se nós não contermos ou gerirmos os efeitos dos desastres, nós comprometeremos seriamente o desenvolvimento sustentável.

O seminário também mostrou algumas das complexidades da redução de desastres. Os efeitos são multi-facetados. As secas afectam o abastecimento de água, a produção agrícola, a renda dos

fazendeiros e pode até mesmo afectar o comércio interno e externo. Isto, é porque a colaboração inter-sectorial é absolutamente crucial. As estruturas nacionais de gestão de desastres precisam do apoio e cooperação de todos os sectores para poder cumprir efectivamente os seus mandatos.

O Governo do Botsuana está inteiramente comprometido com as estratégias de redução de desastres efectivas e integração destas no planeamento do desenvolvimento. Com o apoio da NU/EIRD e a comunidade internacional, nós podemos evitar as consequências adversas de desastres aos níveis nacionais e regionais, e construir um caminho sólido para o desenvolvimento sustentável.

Nós contamos com as vossas preciosas contribuições na remoldagem e reactivação da nossa política de gestão de desastres, **estratégia e programas**.

Informação dos Países Africanos à Conferência Mundial de 2005 “excelente”

Sr. Haris Sanahuja

Secretariado da NU/EIRD
Genebra, Suíça

Os relatórios nacionais sobre o estado da redução de desastres provenientes de todo o mundo chegaram ao NU/EIRD durante os últimos meses. Foram recebidos mais de 100 relatórios nacionais, dos quais 34 relatórios eram de países africanos.

Isto, surge de um olhar rápido ao número de relatórios nacionais recebidos como informação nacional para à 2ª Conferência Mundial em 2005 sobre a Redução de Desastres (WCDD II) que terá lugar em Kobe-Hyogo, Japão, de 18 a 22 de Janeiro de 2005.

No princípio deste ano, o Secretariado da NU/EIRD convidou as autoridades nacionais e plataformas de redução de desastres do mundo inteiro a fornecer informação nacional em forma de relatórios nacionais afim de identificar as necessidades e desenvolver recomendações para consideração nas futuras políticas a discutir nesta 2ª Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres.

Os 35% de relatórios de África são de excelente qualidade

O pedido do Secretariado da NU/EIRD resultou numa resposta significativa, em termos quantitativos e qualitativos, com mais de 100 relatórios nacionais recebidos de tão longe. A contribuição de África é excelente, com 34 relatórios nacionais que compreendem mais de 35% do total dos relatórios nacionais submetidos (veja distribuição e lista de países no gráfico e caixa abaixo).

No conjunto dos relatórios nacionais há uma variedade de contribuições que dependem das abordagens dos países. Alguns países privilegiaram consultas com um largo espectro de intervenientes envolvidos na redução de risco de desastres.

Outros, como o Senegal e África do Sul, juntaram a sua informação aos esforços coordenados feitos por um ministério governamental ou uma unidade de gestão de desastres em consulta com outros departamentos, Organizações Não-Governamentais (NGOs) e sociedade civil.

Noutros casos, como a Etiópia e Quênia, foram expressos os esforços nacionais junto a participação do Sistema da Organização das Nações

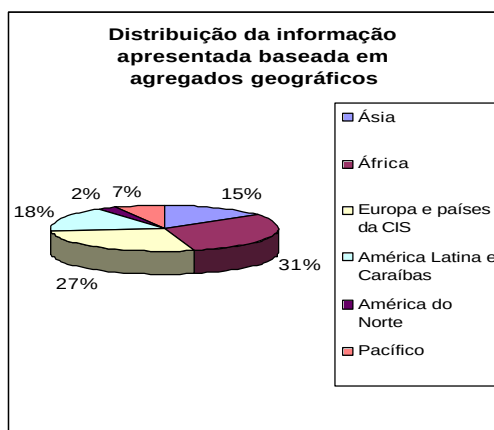
Unidas (ONU). Com algumas excepções, a qualidade global dos documentos foi alta e forneceu uma boa perspectiva de cada componente do relatório.

Os pontos relevantes nos relatórios nacionais dos países africanos

Alguns dos pontos relevantes da informação fornecida pelos países africanos estão compilados no texto a seguir.

O compromisso político e os aspectos institucionais

- A expressão de compromisso político para a redução de risco de desastres que não resulte necessariamente em implementação.
- A falta de recursos financeiros, humanos ou técnicos e capacidades inadequadas geralmente citadas como obstáculos tangíveis. A legislação existente em forma de decretos e leis e as políticas nacionais ou as estratégias citadas pela maioria dos países africanos.
- As políticas nacionais ou a legislação criada ou actualizada em muitos países desde 1994, mas o processo ainda em



Lista dos Países Africanos	
1. Algéria	18. Malawi
2. Angola	19. Mali
3. Burkina Faso	20. Mauritânia
4. Botsuana	21. Maurícias
5. Burundi	22. Marrocos
6. Camarões	23. Moçambique
7. Chade	24. Namíbia
8. Comores	25. Ruanda
9. R.D. Congo	26. Somália
10. Congo	27. Senegal
11. C. do Marfim	28. África do Sul
12. Djibouti	29. Sudão
13. Etiópia	30. Suazilândia
14. Quênia	31. Tunísia
15. Gabão	32. Uganda
16. Gana	33. Zâmbia
17. Madagáscar	34. Zimbábue

andamento para a maioria de casos.

- A Década Internacional para Redução de Desastres Naturais (IDNDR) 1990 - 1999 explicitamente mencionada pelo Botsuana e Marrocos como “o ponto decisivo” para a criação de uma legislação nacional ou de comités.
- O melhoramento da coordenação entre os Governos, Organizações Não-Governamentais, academia, meios de comunicação e sociedade civil, contudo, isto é ainda um desafio para alguns países africanos. Nesse contexto, as Plataformas Nacionais onde elas existem, parecem fornecer mecanismos efectivos para o aumento da coordenação multi-sectorial.
- A África do Sul, com os centros de gestão de desastres e os foros de aconselhamento de gestão de desastres a nível provincial e a nível de municipalidade, fornecem bons exemplos de promoção do governo local como principal responsável para a implementação da redução de risco de desastres.
- O número de boas práticas de redução de risco de desastres em relação as actividades de desenvolvimento fornecidos por países como Comores, Djibouti, Etiópia, Costa do Marfim, Maurícias, África do Sul e Uganda. Embora expressas em especificações diferentes, a redução do risco de desastres faz parte dos documentos da Estratégia de Redução da Pobreza (PRSPs), Avaliação Universal dos países (CCAS), Quadro Geral de Assistência ao Desenvolvimento da ONU (UNDAF), Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDGs). Por exemplo, a redução de risco de desastres no Djibouti é identificado como assunto de prioridade na Avaliação Universal dos Países (CCA), incluído na Estratégia de

Redução da Pobreza (PRSP) e considerado assunto pertinente no Quadro Geral de Assistência ao Desenvolvimento da ONU (UNDAF).

A identificação do risco, avaliação, monitoramento e aviso prévio

- O reconhecimento crescente por um número significativo de países africanos que os riscos de desastres estão ligados aos problemas ambientais e assuntos essenciais ao desenvolvimento sustentável, não resolvidos.
- O mapeamento de zonas de risco em muitos países africanos são o resultado da colaboração do Governo com as agências científicas, académicas, instituições de pesquisa a nível central e local.
- A vulnerabilidade e avaliação da capacidade muitas vezes são mencionadas como resultados dos esforços comuns. As avaliações anuais anunciados pela informação nacional é empreendido frequentemente por Governos, Organização das Nações Unidas, Organizações Não-Governamentais, e em poucos casos pelo sector privado.
- Os relatórios nacionais do Botsuana, República Democrática do Congo, Uganda destacam uma grande preocupação para com os riscos tal como o HIV/AIDS (SIDA).
- A necessidade duma abordagem mais sistemática na análise do impacto sócio-económico e ambiental foi destacado pelo Gana e Madagáscar.
- Muitos países africanos reivindicam ter sistemas de aviso prévio que, de facto, parecem ser sistemas de alerta bastante simples com capacidades limitadas para coleccionar, analisar e distribuir informação. A Etiópia e as Maurícias anunciaram avanços na efectividade dos seus sistemas de aviso prévio.

A gestão do conhecimento

- A gestão de informação identificou como crucial para pesquisa contínua, o planeamento nacional, monitoramento de perigos, em todos os aspectos relativos à redução de risco de desastres.
- O diálogo entre as instituições nacionais académicas e de pesquisa que especialmente aparecem evidentes onde existem os comités nacionais.
- Os diferentes tipos de programas de formação anunciados como estando disponíveis na maioria de países mas informação igualmente combinada com pedidos persistentes de fortalecimento de capacidades de formação. Foi expressa a disponibilidade do Marrocos em poder actualmente dar graus académicos com a orientação em redução de risco de desastres nas suas Instituições de Ensino Superior.
- A importância do conhecimento tradicional muito visível na informação fornecida pelos países africanos onde este tipo de conhecimento é, até certo ponto, ainda transmitida dumas gerações para as outras gerações.
- Muitos relatórios nacionais dão alguns exemplos e ideias excelentes sobre a consciência pública. Por exemplo, a Argélia dissemina mensagens para a maior parte das zonas mais remotas do país usando o drama.

As aplicações e instrumentos de gestão de risco

- Os instrumentos para a gestão de risco proliferaram especialmente com o reconhecimento da gestão dos recursos naturais e ambientais.
- A gestão de bacias hidrográficas e zonas húmidas para reduzir os riscos de inundação, o desflorestamento para controlar os deslizamentos de terra e o controle de secas via conservação de ecossistemas aparecem como as aplicações mais comuns.
- A existência de experiências de redes de base comunitária e

iniciativas de parcerias foram mencionadas pelo Uganda.

- O uso de seguros parece difícil de implementar na maioria dos países africanos. Compensação monetária e distribuição de sementes adotadas como forma de recuperação tentando produzir um instrumento alternativo temporário para as políticas de seguros.
- As medidas técnicas, como as técnicas de controle de inundação, os projectos de praia, as práticas de conservação do solo e a resistência aos terremotos

constituem a maioria dos exemplos dados.

A prontidão e a resposta efectiva

- A informação da maioria dos países africanos refere a existência de planos de contingência de desastres a nível nacional e local.
- A protecção civil parece desempenhar um papel especialmente activo na prontidão de desastres requerendo habilidades especializadas e mobilização pública.
- A participação da comunidade na prontidão de desastres e resposta

provam ser bem reconhecidas, enquanto o envolvimento das Organizações Não-Governamentais é mais predominante em países de renda baixa.

- O número de constrangimentos destacados na coordenação de resposta aos desastres bem como as limitações de recursos humanos e financeiros foram comumente mencionados.
- A necessidade de fortalecer as capacidades afim de melhorar os mecanismos de coordenação constitui um desafio comum. ■

A Comunidade de Gestão de África de Desastres fez Recomendações à Conferência Mundial de 2005

NU/EIRD

Nairobi, Quênia

Uma Consulta Regional de África sobre a Redução de Desastres teve lugar em Johannesburg, África do Sul de 2 a 3 de Junho de 2004, organizada pela Comissão da União Africana (UA), o Secretariado da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) e a Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas em África (NU/EIRD África).

Participaram na Consulta sobre a Redução de Desastres representantes de instituições de gestão de desastres, e ministros responsáveis pela gestão de desastres de 25 países de África.

Também participaram representantes da União Africana (UA), Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD), Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), a Comunidade Económica dos Estados da África Central (ECCAC), Mercado



Os representantes dos países na Consulta Regional de África em Johannesburg

Comum para o Este e Sul de África (COMESA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização Mundial de Meteorologia (WMO), Programa Mundial para a Alimentação (PMA), Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (UNEP), o escritório de Genebra das NU/EIRD e as NU/EIRD/África, bem como um número selecionado de consultores de África de desenvolvimento.

A consulta, tinha como objectivos: (1) aprovar o esboço da Estratégia Regional de África para a Redução de Desastres a ser submetida à conferência Ministerial Africana sobre o Meio Ambiente (AMCEN) e os Chefes de Estado e de Governo da União Africana, e também, (2) contribuir para a preparação da segunda Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCRII) que terá lugar em Kobe-Hyogo, no

Japão, de 18 a 22 de Janeiro de 2005.

A consulta, teve lugar depois do Encontro de Peritos Africanos sobre a Redução de Desastres que teve lugar no mesmo local de 31 de Maio a 1 de Junho de 2004, com vista a finalizar o esboço da Estratégia Regional de África para a Redução de Desastres elaborada pela União Africana e pela Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD) com o apoio do Banco Africano de Desenvolvimento e das NU/EIRD África.

Depois da aprovação do esboço da Estratégia Regional de África para a Redução de Desastres, as discussões durante a consulta centraram-se na preparação da Conferência Mundial.

No fim dos dois dias de consulta, e com base no esboço da Estratégia Regional de África, os delegados fizeram algumas recomendações

conhecidas como as “As Recomendações de Johannesburg”, que são consideradas o contributo de África para a preparação da Conferência Mundial.

As recomendações enfatizam a necessidade de:

- Compromisso político e melhores arranjos institucionais como prioridade.
- Melhoria da identificação de risco e avaliação e fortalecimento do aviso prévio.
- Melhorar a gestão do conhecimento, a consciencialização e educação pública.
- Integração da redução do risco a desastres na reabilitação e reconstrução.
- Reforçar a prontidão aos desastres, os planos de contingência e o envolvimento comunitário.

- Cooperação Regional e Internacional como uma componente chave para *melhorar o conhecimento, a motivação e capacidade*. (Ver o texto integral das “Recomendações de Johannesburg” no quadro abaixo).

Deve ser anotado, que poucos dias antes, a 27 de Maio de 2004, 18 países Asiáticos reuniram-se em Pequim, República Popular da China, durante a Conferência Internacional sobre a Redução de Desastres. O evento foi organizado com o apoio do Secretariado da Estratégia Internacional de Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD) e no fim da reunião foi emitida uma declaração conhecida por “Declaração de Pequim para a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres de 2005”. ■

As Recomendações de Johannesburg (3 de Junho de 2004)

1. Compromisso Político e melhores arranjos institucionais para a redução do risco de desastres como prioridade regional, sub-regional, nacional e sub-nacional com uma base organizacional forte de implementação.

Direcções estratégicas propostas para aumentar o comprometimento político na redução dos desastres:

- Fortalecer “lobbies” e advocacia para o comprometimento político, responsabilidade e transparência.
- Fortalecer o quadro institucional para a redução de desastres a todos os níveis.
- Aumentar a alocação de recursos para a redução do risco de desastres.
- Fortalecer as capacidades das Comunidades Económicas Regionais (CERs) para facilitar a implementação da proposta Estratégia Regional de África.
- Harmonizar os termos e políticas na redução do risco de desastres.
- Desenvolver as plataformas nacionais para a redução do risco de desastres.
- Fortalecer a descentralização das intervenções do risco de

desastres.

- Aumentar a participação pública na planificação e implementação de intervenções do risco de desastres.
- Aumentar a sensibilidade do género nas políticas, legislação e programas de redução do risco de desastres.
- Promover o aumento da cooperação e coordenação entre os países.

2. Melhor identificação e avaliação do risco de desastres e fortalecer o aviso prévio

Direcções estratégicas propostas para melhorar a identificação e avaliação do risco de desastres:

- Melhorar a qualidade da informação e dados sobre o risco de desastres.
- Melhorar a identificação, avaliação e monitoria dos perigos, vulnerabilidades e capacidades.
- Fortalecer os sistemas de aviso prévio, instituições, capacidades e recursos de base, incluindo os sub-sistemas de observação e pesquisa.
- Melhorar a troca de informação e comunicação entre os parceiros na identificação e avaliação de riscos.
- Considerar as questões de género e melhorar a integração de

processos de coordenação da avaliação e intervenções em todos os programas de desenvolvimento.

3. Melhor gestão do conhecimento, consciencialização pública e educação para a construção de uma cultura de comunidades resistentes aos desastres

Direcções estratégicas propostas para aumentar a gestão do conhecimento sobre a redução do risco de desastres

- Melhorar a geração de informação (estatística e dados).
- Aumentar o acesso à e disseminação de informação.
- Melhorar as comunicações sobre a redução do risco a desastres.
- Desenvolver inventários e a troca de boas práticas.
- Desenvolver e fortalecer a educação, instituições de formação técnica sobre a redução do risco a desastres.
- Desenvolver uma agenda clara de pesquisa e expandir a pesquisa sobre redução do risco de desastres.

As direcções estratégicas propostas para aumentar a sensibilização do público e a educação sobre o risco a desastres são :

- Melhorar a informação, disseminação e comunicação.
- Promover a integração do risco de desastres na educação a todos os níveis.
- Expandir o papel dos media na promoção da cultura prevenção.
- Fortalecer o papel das autoridades tradicionais e locais e incorporar a sua experiência nas acções locais e nacionais .
- Fortalecer o papel da mulher, da juventude e de outros grupos principais na redução do risco a desastres.

4. Integrar a Redução do Risco de Desastres na reabilitação e reconstrução incluindo em situações pós-conflito

Direcções estratégicas propostas para lidar com os desafios enfrentados pelos países que acabam de sair de grandes perigos naturais e situações de conflito incluem:

- Assegurar que os programas reintegrando pessoas internamente deslocadas (IDPs), retornados e ex-combatentes à vida civil sejam sustentáveis e que as movimentações massivas da população não constituam um risco adicional ao desenvolvimento.
- Abordar questões da terra e degradação ambiental.
- Assegurar que a reabilitação das infraestruturas destruídas incorpore considerações sobre a redução de risco de desastres.
- Incluir a redução do risco a desastres no estabelecimento de programas de desenvolvimento rural e, abordar a questão da pobreza absoluta
- Utilizar as oportunidades de recuperação para desenvolver capacidades e programas para reduzir o impacto dos perigos naturais.
- Apoiar os Governos em situações pós-conflito nos esforços de desminagem, como componente integrante dos projectos de desenvolvimento.

5. Fortalecer a prontidão aos desastres, planos de contingência e envolvimento da comunidade na redução do risco de desastres

Direcções estratégicas propostas para integrar a redução do risco a desastres na planificação de contingências e envolvimento da comunidade, incluindo a gestão da emergência:

- Fazer advocacia para a inclusão da redução do risco a desastres em todas as estratégias de desenvolvimento a nível local, nacional, sub-regional e regional.
- Preparar e disseminar directrizes para a integração da redução do risco a desastres na planificação e actividades de desenvolvimento .
- Facilitar a orientação da prontidão à gestão da emergência com vista à redução do risco a desastres.
- Facilitar o fortalecimento da planificação de contingências e de medidas de gestão da emergência.
- Integrar o conhecimento tradicional e indígena e mecanismos de subsistência nas políticas de redução de desastres
- Assegurar os processos de consulta às comunidades.

6. A Cooperação regional e internacional como componente chave para aumentar o conhecimento e capacidade e motivação necessárias a nível nacional e local para apoiar os países de África

Direcções estratégicas propostas para a cooperação internacional para apoiar os esforços nacionais para integrar a redução do risco a desastres:

- Fornecer apoio sistemático aos países de África para apoiar as iniciativas de redução do risco a desastres, particularmente através da criação de capacitação e assistência técnica e financeira.
- Estabelecer uma componente de redução de risco a desastres em todos os programas de desenvolvimento e de assistência humanitária para proteger os ganhos no desenvolvimento e ao mesmo tempo assegurar que estes programas não contribuam para a acumulação de riscos.
- Ao Secretário Geral das Nações Unidas, para assegurar o cometimento pelas Nações Unidas de abordar e apoiar os esforços dos Estados Membros para integrar a redução do risco de desastres nos programas das Nações Unidas de uma forma coordenada em África.
- Assegurar que as instituições de desenvolvimento internacional e as instituições de cariz financeiro incluam a redução do risco a desastres em todas as suas actividades como meio de assegurar o investimento e ganhos no desenvolvimento de África.
- Levar a cabo estudos sociais e análises de custo do impacto dos desastres no desenvolvimento em África, assim como análises das poupanças feitas através de investimentos sobre a redução do risco de desastres.



A voz de África à

PrepCom 1

Genebra, 6 e 7 de Maio de 2004,
1ª sessão do Comité de Preparação para a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres em Janeiro de 2005

Representados 25 Estados africanos

A 1ª Sessão do Comité de Preparação para a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR) em Janeiro de 2005, teve lugar em Genebra, Suíça, de 6 a 7 de Maio de 2004. Na sessão estiveram presentes cerca de 200 participantes, compreendendo representantes de 25 países africanos.

Declaração geral em nome do Grupo Africano no início dos procedimentos

O Marrocos observou o alto grau de vulnerabilidade dos países africanos. O Marrocos apelou: aos governos africanos para priorizarem a redução de desastres; a integração de políticas de desastres nos processos de planeamento de desenvolvimento nacional; o estudo dos efeitos de desastres no tráfico humano; o estabelecimento de mecanismos de parceria na redução de desastres; a promoção da propriedade nacional na redução de desastres; e a criação

de um fundo internacional para ajudar os países em desenvolvimento na gestão do risco de desastres e resposta.

Os elementos propostos como resultados do programa da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR):

... **O Congo** pediu ajuda para os países em desenvolvimento produzirem programas nacionais de acção...

... **As Maurícias** em nome dos Estados em Desenvolvimento das Pequenas Ilhas (SIDS), enfatizou que a revisão da Estratégia de Yokohama deveria estabelecer fundos de emergência e esquemas de seguros. As Maurícias acentuaram um largo espectro de eventos de clima a serem considerados, e sublinhou os obstáculos para a sua reabilitação. As Maurícias destacaram a necessidade de melhorar os códigos de construção, previsão de desastres, uso do solo e planeamento da zona costeira e o aumento da capacidade das unidades de desastres nacionais. As Maurícias também anotaram a necessidade de: melhorar a compreensão das causas e efeitos de perigos no nível nacional e regional; fortalecer o poder de recuperação da comunidade combinando o conhecimento tradicional com o

conhecimento científico e técnico; facilitar as parcerias com as agências internacionais; e além disso, investigar os esquemas de seguro e de resseguro de custo-efectivo...

... **A África do Sul** encorajou todos os governos africanos a participarem nas duas reuniões regionais a terem lugar em Johannesburg e a prepararem os relatórios nacionais para a implementação da Estratégia de Yokohama. A África do Sul sublinhou também a vulnerabilidade da maioria da população africana para os perigos e a inter-relação entre o impacto de desastres, saúde ou ameaças ambientais...

... (segundo o comentário da Indonésia de que o resultado da Conferência também deveria consignar a prevenção de desastres e resposta,) o Marrocos apontou para um novo diálogo nacional em prevenção de risco, e pediu insistentemente para que a Organização das Nações Unidas (ONU) priorizasse a prevenção de desastres. **O Marrocos** pediu o estabelecimento dum mecanismo de financiamento que permita os países em desenvolvimento de montar programas nacionais pertinentes e fortalecer as capacidades institucionais e legais. O Marrocos apelou para uma convenção internacional em prevenção de desastres e gestão de risco, e enfatizou a importância dos planos operacionais de emergência e a elevação da consciência pública. O Marrocos expressou a esperança de que a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR) gere conclusões tangíveis...

... **O Congo** apelou que o problema de tráfico humano fosse referido no documento...

A Reacção aos documentos sobre os elementos propostos como resultados do programa da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres

A Secretariado observou que as visões divergentes em objectivos globais precisarão de ser abordados nos próximos meses. No acompanhamento deste assunto

relativo à Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR), disse-se que o Secretariado está trabalhando com as agências parceiras, inclusive parceiros da Comissão de Pressão Inter-Agência sobre a Redução de Desastres da ONU (IATF). No calendário proposto, o Canadá preferiu receber o esboço do documento revisto antes de Agosto e salienta que é um período de férias. Apoiado pelo Bangladesh, Tailândia e Costa Rica, preferem realizar consultas informais dos resultados antes da segunda reunião do Comitê de Preparação. **A África do Sul** sugeriu que negociações informais pudessem acontecer depois da segunda sessão

do Comitê de Preparação, se necessário. O Canadá disse que as consultas previamente marcadas só deveriam abordar assuntos da preparação. A Costa Rica disse que o prazo final para se submeter os relatórios nacionais de 15 de Junho 2004 era pouco tempo, mas apoiou a ideia do Canadá de que o esboço revisto deveria circular antes de Agosto.

Os relatórios nacionais sobre a redução de desastres como parte das contínuas preparações da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres
... **O Marrocos** apelou ao Programa das Nações Unidas para o

Desenvolvimento (PNUD) para fornecer ajuda financeira e técnica aos países em desenvolvimento para poderem preparar os seus relatórios nacionais.. O Secretariado informou aos delegados que o PNUD já tinha concordado em fazer isto.

Notando que, muitos países em desenvolvimento não cumpriram o prazo final para submeter os seus relatórios nacionais, **a África do Sul** pediu insistentemente ao Secretariado para incluir todas informações no documento sobre os elementos do programa. ■

A voz de África à

PrepCom 2

Genebra, 11 a 12 de Outubro, de 2004

2ª sessão do Comitê de Preparação da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres em Janeiro de 2005

28 Estados africanos (e a União Africana (AU)) representados de entre os 122 estados e 62 organizações

A 2ª Sessão do Comitê de Preparação da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres(WCDR)que decorrerá em Janeiro de 2005, teve lugar em Genebra, Suíça, de 11 a 12 de Outubro de 2004, estiveram presentes cerca de 400 participantes, incluindo representantes de 28 países africanos.

Declarações gerais

... **O Marrocos** expressou a esperança de que a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR) produza um quadro Geral para a cooperação internacional em prevenção de desastres que poderia tomar a forma

de uma convenção multilateral. O Marrocos também propôs que a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres avalie qualquer negligência potencial do quadro geral da ONU para a Convenção sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC) com respeito a redução de desastres, e estabeleça um fundo especial para financiar actividades que apoiem a prevenção de desastres nos países mais vulneráveis. ...

... **O Sudão**, em nome do Grupo Africano, observou que o Plano de Implementação de Johannesburg, POI, [da Cimeira Mundial em Desenvolvimento Sustentável de 2002] apela a acções de assistência a África lidando efectivamente com desastres induzidos por perigos naturais e conflitos, dentro do quadro geral da Nova Parceria para o Desenvolvimento de África (NEPAD). O Sudão prestou atenção as recomendações Africanas de Johannesburg e a Estratégia Regional de África para a Redução de Risco de Desastres e indicou o apoio do Grupo africano para um estudo sobre

a viabilidade de uma convenção internacional sobre a redução de risco de desastres; aumento do apoio ao EIRD; transferência de tecnologia e ajuda financeira para os países em desenvolvimento; o reforço de capacidades para observação e aviso prévio; e o estabelecimento de um mecanismo de seguimento depois da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR). ...

... **A Argélia** prestou atenção para a Nova Parceria para o Desenvolvimento de África, NEPAD, e a sua estratégia de redução do risco de desastres, pelo que requer apoio internacional. A Argélia pediu insistentemente para que a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR) fortaleça as capacidades financeiras e tecnológicas dos países em desenvolvimento estabelecendo um mecanismo de financiamento para a prevenção de desastres. A Argélia também apoiou uma rede regional ou sub-regional para facilitar a troca de informação, e defende a criação de um observatório global para monitorar e estudar os desastres.

O Congo apresentou a necessidade de se entender a vulnerabilidade específica dos países, integrar a resposta de desastres e estratégias de redução da pobreza e metas de desenvolvimento, e identificar as lacunas da política e prioridades. O Congo pediu ajuda técnica, formação e troca de informação sobre as boas práticas como meio de reduzir a vulnerabilidade. ...

Sobre o formato proposto da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres:

... O Reino Unido, com a Austrália e Argélia, apoiaram uma sugestão do IATF [Comissão de Pressão Inter-Agência sobre a Redução de Desastres da ONU – órgão da NU/ EIRD que elabora políticas] de reduzir o número de sessões temáticas programadas para a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR). ...

A Papua-Nova Guiné acentuou a necessidade de se deixar de lado o tempo para as discussões regionais durante a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, para assegurar que as necessidades específicas dos (Estados em Desenvolvimento das Pequenas Ilhas) SIDS estejam refletidas nos resultados da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres. ... **O Uganda** enfatizou a importância das discussões regionais programadas para o WCDR, e apoiou a comunicação das políticas nacionais e ligações entre as plataformas sub-regionais e regionais.

Sobre o esboço de programa de acção para 2005-2015 [na qual comentaram 50 delegações]

As ligações com outros processos multilaterais e acordos

Vários países, inclusive o Reino Unido, Alemanha, Suécia, Bangladesh e Nigéria, aderiram aos resultados da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR) com processos de desenvolvimento mais largos. Estes incluíram as Metas de Desenvolvimento do Milénio (MDGs), Plano de Implementação de

Johannesburg (JPOI), e a Declaração de Johannesburg. A República Dominicana sugeriu inclusive uma referência à Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Combate a Desertificação.

Moçambique prestou atenção para as ligações com a Convenção das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (UNFCCC), sugerindo que se pudesse fornecer oportunidades para parcerias com instituições financeiras e agências de desenvolvimento. ...

Assuntos financeiros

... Bangladesh disse que compromissos feitos na Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR) deveriam ser acompanhados com recursos para os implementar, e sugeriram que se esboçasse uma secção separada para a mobilização financeira. **O Quênia** e a Bolívia expressaram a esperança de apoio adicional para os países em desenvolvimento depois da Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres, e o Camboja argumentou que o apoio dos doadores para a redução de desastres deveria ser garantido como uma prioridade.

... **A Zâmbia** apelou as instituições públicas e privadas bem como aos investidores a ajudarem os países em desenvolvimento a construir as suas capacidades sobre a redução de desastres.

... **O Uganda** e o Nepal enfatizaram as necessidades particulares dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e pediram a inclusão no texto o apoio aos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) como um objetivo no esboço do programa de acção. O Uganda observou a necessidade de fortalecer as plataformas nacionais dos Países Menos Desenvolvidos (LDCs) e o papel do EIRD nesta consideração. O Nepal acentuou a importância de apoiar os países em desenvolvimento na mobilização de recursos e ajudá-los na redução de risco de desastres.

Capacitação

Notando que as capacidades dos países de arcar com os desastres podem variar significativamente, **o Marrocos** apoiou ao fortalecimento

das capacidades dos países em desenvolvimento e propôs reuniões intergovernamentais periódicas após a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR) para monitorar o progresso da implementação. ...

... **A Nigéria** apoiou a partilha de conhecimentos técnicos com os países em desenvolvimento, e cooperação entre as organizações regionais gerando e partilhando informação sobre a gestão de risco de desastres...

Assuntos regionais

... **o Sudão** apoiou o enfoque na cooperação regional e sub-regional na prevenção de desastres e mitigação do seu impacto. Sublinhando a necessidade de seminários regionais e sub-regionais, o Sudão também expressou a vontade de ser anfitrião deste tipo de eventos...

Sistemas de aviso prévio

... A República Tcheca, a Colômbia, a Nova Zelândia e a Nigéria concordaram que o esboço do texto deveria prestar maior atenção aos sistemas de aviso prévio. A Nova Zelândia e a Grécia adicionaram que os sistemas de aviso prévio eram críticos para os aspectos técnicos de redução de risco de desastres ...

Partilha de informação

O Canadá, a Suécia e o **Quênia** disseram que a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR) deveria concentrar-se na partilha de melhores práticas e deveria ter uma abordagem mais prática. ...

Outros assuntos

Entre os outros assuntos discutidos relativos ao esboço do programa de acção, a África do Sul e a Zâmbia propuseram que a Conferência Mundial sobre a Redução de Desastres (WCDR) refletisse o impacto significativo da pandemia de HIV/AIDS (SIDA) em África e sobre o poder de recuperação a desastres das comunidades.

A África do Sul também sugeriu a inclusão dos componentes de redução de risco de desastres em programas de reconstrução pós-conflito. ■

Chefes de Estado de África Discutem Estratégia de Redução de Desastres e Recomendam Programa de Acção

NU/EIRD África

Nairobi, Quênia

Os Chefes de Estado e do Governo receberam positivamente a Estratégia Regional para a Redução de Desastres em África que foi adoptada pela Conferência Ministerial Africana sobre o Ambiente (AMCEN), e recomendou o desenvolvimento dum Programa de Acção com base na Estratégia.

Isto emergiu da Cimeira de Chefes de Estado e Governos da União Africana (UA) que teve lugar em Addis Abeba, Etiópia, em Julho de 2004.

O seu esboço tinha sido finalizado por peritos de redução de desastres africanos, com apoio dos peritos internacionais e parceiros de desenvolvimento, durante uma Reunião de Peritos (a 31 de Maio a 1 de Junho de 2004) e uma Consulta Regional Africana sobre a Redução de Desastres (a 2 de Junho de 2004) realizada em Johannesburg, África do Sul.

Iniciativa da AU/NEPAD com apoio de AfDB, NU/EIRD África

A Estratégia, também conhecida como a Estratégia Regional de África para a Redução de Desastres UA/NEPAD, foi desenvolvida pela Comissão da União Africana (UA), o Secretariado do NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento de África), com o apoio da NU/EIRD África, o Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB), o Banco Mundial e PNUD/BCPR (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Agência para Prevenção de Crise e Recuperação).



Chefes de Estado e Governos da União Africana

Peritos de mais de 15 países africanos, Comunidades Económicas Regionais (RECs) e organizações especializadas assistiram à Reunião de Peritos.

A racionalidade por detrás da Estratégia é contribuir para o alcance do desenvolvimento sustentável e erradicação da pobreza facilitando a integração da redução de risco de desastres no desenvolvimento. O seu objectivo principal é dar uma direcção política para a implementação de iniciativas regionais, sub-regionais e nacionais sobre a redução de desastres.

As suas orientações estratégicas são: (1) Aumento do compromisso político para a redução de risco de desastres; (2) Melhoramento da identificação e avaliação de riscos de desastres; (3) Fortalecimento da gestão de conhecimento sobre a redução de risco de desastres; (4) Aumento da consciência pública de redução de risco de desastres; (5) Melhoramento da governação das instituições de redução de risco de desastres; e (6) Integração da redução de risco de desastres na gestão de resposta à emergência.

Relacionado programa de acção em desenvolvimento

O esboço da Estratégia de então também foi revista na Consulta Regional Africana sobre a Redução de Desastres. O esboço final resultante foi apresentado, para endosso, a 10ª Sessão da Conferência Ministerial Africana (AMCEN) que submeteu por sua vez a Cimeira da União Africana em Julho de 2004.

Enquanto isso, o Programa de Acção está sendo desenvolvido. Porém, assegurar que ele informe e também combine com o Programa Global de Trabalho suposto ser o resultado principal da 2ª Conferência Mundial em Redução de Desastres em Kobe (Japão) de 18-22 de Janeiro de 2005, a sua versão final estará somente disponível depois da Conferência Mundial. ■

LESTE & CORNO DE ÁFRICA: Orgão de decisão política regional, lançou o Painel Técnico Consultivo

Os países do Leste e Corno de África, membros da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD), estabeleceram um Comité Sectorial Regional de Ministros/Comissários para a Gestão do Risco de Desastres e um Painel Técnico Consultivo Regional de Gestão de Risco de Desastres.

Os dois organismos regionais foram formalmente lançados durante uma reunião da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) em que participaram os Ministros/Comissários encarregados pela gestão do risco de desastres (DRM), que teve lugar de 7 a 9 de Julho em Nairobi, Quênia.

A “Primeira” reunião de ministros da IGAD encarregues pela gestão do risco de desastres

A reunião foi assistida por seis Ministros/Comissários, altos funcionários Governamentais (representando os ministros dos seus países encarregues da gestão de risco de desastres) e mais de 25 peritos de gestão de risco de desastres provenientes da região da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento-Comunidade Económica Regional, REC, para os Países do Este e Corno de África (IGAD). Presentes à cerimónia de abertura esteve o Diretor Regional Suplente de USAID/REDSO (Escritório de Serviços de Desenvolvimento Económico Regional) para a África Oriental e Austral, Sra. Nancy Hardy, e os membros do Corpo Diplomático.

Os seis Ministros, Comissários e altos funcionários Governamentais



Vice-Ministro o Doutor Wilfred G. Machage (em segundo da direita)

eram: Sua Excelência o Primeiro Vice-Primeiro Ministro do Uganda e Ministro para a Prontidão aos Desastres e Refugiados o Tenente-General Moses Ali, Sua Excelência Doutor Wilfred G. Machage, Vice-Ministro Queniano (Programas Especiais) do Escritório do Presidente, Comissário, Sr. Deragon Haile-Melekot, Comissão de Refugiados e Alívio – Eritreia (ERREC), Comissário, Sr. Simon Mechale, Comissário, Comissão de Prevenção e Prontidão aos Desastres da Etiópia (DPPC), o Major-General Elhadi Maomé Ahmed do Ministério do Interior do Sudão e o Secretário Permanente do Djibouti, Sr. Badrid Ali do Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional do Djibouti. *(Veja excertos dos seus discursos na página 61).*

Este encontro foi “a primeira” reunião de ministros/Comissários da IGAD encarregues pela gestão do risco de desastres organizada pelo IGAD.

Nos dias 7 e 8 de Julho de 2004, os peritos trabalharam em assuntos relativos ao esboço dos termos de referência para o Comité Sectorial Regional de Ministros/Comissários para a Gestão do Risco de Desastres e para o Painel Técnico Consultivo Regional de Gestão de Risco de Desastres. No dia 9 de Julho de 2004, os Ministros e Comissários discutiram e adoptaram os termos de referência, os quais irão ser submetidos à Assembléia dos Chefes de Estado e de Governo da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento com vista ao seu endosso.

A Protecção da propriedade

Falando no dia 7 de Julho de 2004, durante a cerimónia de abertura da reunião de três dias o Doutor Attalla H. Bashir, Secretário Executivo do Secretariado da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento, IGAD afirmou:

“A implementação do programa de [Gestão de Risco de Desastres Regional do IGAD] não só requer

apoio financeiro e compromisso, mas também o mais importante é a necessidade do estabelecimento de mecanismos regionais tanto de nível técnico como de nível político. Um comité ao nível mais alto, Ministerial/Comissarial, deveria estar na “vanguarda” durante as fases de implementação do programa. Isto ajudaria a assegurar a propriedade do programa e o seu desenvolvimento contínuo e sustentado através duma abordagem de consenso. É então extremamente importante que um Comité Sectorial de Ministros/Comissários para a Gestão do Risco de Desastres e um Painel Técnico Consultivo de Gestão de Risco de Desastres sejam estabelecidos ao nível regional.”

O Programa de Gestão de Risco de Desastres do IGAD foi desenvolvido na base da Estratégia Sub-Regional de Prontidão de Desastres do IGAD aprovado pelos Chefes de Estado e de Governo da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) em Novembro de 2000.

O IGAD inicialmente estabelecido para tratar assuntos de seca e desenvolvimento

É de notar, que a Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) foi inicialmente estabelecida para tratar assuntos relacionados à seca e ao desenvolvimento da região.

Este organismo foi revitalizado em 1996 e seu mandato foi largamente expandido. O mandato da IGAD que fora expandido compreende a coordenação e a harmonização das políticas nas áreas de desenvolvimento socio-económico, agrícola, proteção ambiental e assuntos políticos e humanitários.

Uma série de desastres naturais e artificiais e outros desafios urgentes que a região da IGAD tem enfrentado necessitou a compreensão pelos líderes políticos da região que era preciso uma cooperação mais integrada.

Declaração final

No término da reunião regional de três dias, foi feita uma Declaração.

Um resumo da Declaração é apresentada a seguir:

No prosseguimento das providências do estabelecimento do Acordo da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) e convencidos da necessidade de montar um órgão de nível político responsável pela gestão do risco de desastres, é por este meio estabelecido um Comité Sectorial Regional a nível de Ministros/Comissários.

Os termos de referência do Comité Sectorial Regional de Ministros/Comissários serão os seguintes

- a) Estabelecer um Painel Técnico Consultivo Regional de Gestão de Risco de Desastres (DMTAP) provenientes das instituições nacionais de gestão de risco de desastres que providenciarão aconselhamento ao Secretariado da IGAD e manterão contactos com a [Gestão de Risco de Desastres do IGAD] Unidade de Gestão do Programa.
- b) Estabelecer uma [Gestão de Risco de Desastre do IGAD] Unidade de Gestão do Programa (PMU) como uma sub-secção ou unidade da Divisão de Assuntos Políticos e Humanitários, afim de ajudar no desenvolvimento da gestão do risco de desastres na região.
- c) Assegurar o estabelecimento de um ponto focal nacional em cada Estado Membro como o contacto principal com o Secretariado da IGAD.
- d) Assegurar a facilitação do estabelecimento e fortalecimento em cada Estado Membro do desenvolvimento de estratégias de prontidão de desastres e do processo de planeamento de contingência.
- e) Orientar o Secretariado da IGAD acerca dos mecanismos apropriados para desenvolver estratégias e planos compatíveis e harmonizar as actividades trans-fronteiriças em áreas de alto risco.
- f) Assegurar e facilitar o desenvolvimento e implementação de políticas nacionais e legislação sobre a gestão de risco de desastres.
- g) Assegurar e facilitar o mandato de IGAD para o estabelecimento duma estrutura e mecanismo de colaboração regional com a finalidade de fortalecimento, cooperação e “networking” entre o IGAD as instituições de gestão de desastres e os outros parceiros.
- h) Promover o desenvolvimento e fortalecimento da rede do sistema de informação de aviso prévio nacionalmente e regionalmente entre os Governos, Organizações Não-Governamentais e instituições privadas para que os decisores possam utilizá-los para o propósito de formação e pesquisa.
- i) Assegurar a incorporação e implementação de formação e programa de consciência educacional para o público em geral e para escolas sobre as estratégias e planos de gestão de risco de desastres a níveis nacionais e regionais.
- j) Designar o Secretariado do IGAD para desenvolver e facilitar os cursos de formação padronizados para a região sobre a gestão de risco de desastres.
- k) Apoiar e facilitar as agências nacionais para participarem em conferências, simpósios e seminários que pertençam a gestão de risco de desastres.
- l) Promover o estabelecimento de diretrizes para uma melhor avaliação das necessidades, mobilização de recursos e concentração de maiores esforços nos beneficiários da região do IGAD.
- m) Estabelecer um fundo regional para resposta aos desastres dentro do Secretariado da IGAD.
- n) Encorajar os Estados Membros a estabelecer um fundo/recursos da reserva nacional para resposta aos desastres.

- o) Assegurar o estabelecimento de um comité ministerial intersectorial de gestão de risco de desastres nos Estados Membros.
- p) Designar, quando apropriado, um país que presida por fases o IGAD e ou o Secretariado do IGAD para representar fora os Estados Membros do IGAD na região e internacionalmente.
- q) Designar o Secretariado do IGAD para desenvolver um mecanismo e funções dum centro de coordenação regional que é um repositório e canal de informação, para facilitar a coordenação e ajuda aos Estados Membros na resposta aos desastres.
- r) Rever e emendar o Programa de Risco de Desastres do IGAD se e quando necessário.
- s) O Comité Sectorial Regional de Ministros/Comissários para a Gestão do Risco de Desastres reunir-se-á uma vez por ano e tantas vezes quanto fôr necessário para se atingir os objetivos do Programa de gestão de Risco de Desastres.



Peritos da IGAD na redução do desastre

Termos de Referência para o Painel Técnico Consultivo Regional de Gestão de Risco de Desastres

O Painel Técnico Consultivo Regional de Gestão de Risco de Desastres terá as seguintes responsabilidades:

- Rever e avaliar o plano de trabalho da Unidade de Gestão do Programa.
- Dar aconselhamento técnico e orientação para a correcta harmonização do Programa de actividades.
- Identificar as áreas de alto risco e desenvolver acordos/protocolos mútuos de colaboração e ajuda trans-fronteiriça para aprovação pelo Comité Sectorial Ministerial e posterior ratificação pela Cimeira/ Assembleia da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD).
- Apoiar a Unidade de Gestão do Programa a formular pacotes de formação padronizados sobre a gestão de risco de desastres e rever a aptidão e conveniência dos programas de formação.
- Providenciar apoio e proteção técnica as instituições de gestão de desastres nacionais.
- Ajudar a Unidade de Gestão do Programa a desenvolver mecanismos padronizados para a gestão de risco de desastres e aconselhar a sua implementação efectiva e monitoramento.
- Rever e informe sobre o progresso da implementação do Programa.
- Providenciar aconselhamento no mecanismo de mobilização de recursos.
- Ajudar o Secretariado da Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD) na preparação de relatórios para o Comité de Sectorial Ministerial Regional sobre o Programa de Gestão de Risco de Desastres e actividades a ela relacionadas.
- Ajudar a Unidade de Gestão do Programa a implementar todas as decisões do Comité Sectorial Ministerial Regional e a levar a cabo outras tarefas e actividades relacionados quando solicitadas.
- O Painel Técnico Consultivo Regional reunir-se-á uma vez por ano e tantas vezes quanto forem necessárias para se atingir os seus objetivos. ■

Perspectiva Do 14º Fórum Sobre O Clima No Grande Corno De África

Sn. Zachary Atheru

ICPAC,
Nairobi, Quênia

A perspectiva do 14º Fórum sobre o Clima do Grande Corno de África teve lugar 23 a 26 de Agosto em Nairobi, Quênia, com a finalidade de formular consensus de gestão para a estação chuvosa na região, que vai de Setembro a Dezembro de 2004. A seguir é apresentado o texto integral da Declaração do Fórum.

Resumo

Existem grandes probabilidades das próximas chuvas estarem acima do normal no Grande Corno de África (GHA) durante a estação chuvosa de Setembro a Dezembro de 2004.

Altas probabilidades de chuvas próximas do normal a acima do normal são indicadas para as seguintes áreas: o nordeste do Sudão, norte da Eritreia, Djibouti Meridional, Etiópia Central e Ocidental e Sudão Meridional, a maior parte das áreas do sudoeste do Uganda, a maior parte do Ruanda Ocidental, a maior parte do Burundi, Tanzânia Ocidental e Nordeste, parte costeira meridional e ocidental do Quênia, e a Somália Oriental.

O Sudão Central, Etiópia do Norte e do Sudeste, Somália Ocidental, a maior parte do Quênia do Norte, o nordeste e sudoeste do Uganda, o noroeste e a parte oriental do Rwanda, o Burundi Oriental como também a Tanzânia Meridional, Central e Noroeste aumentaram as probabilidades de terem chuvas perto de normal a abaixo de normal.

Pode ser recordado, que algumas partes da região têm experimentado condições de seca durante os últimos meses. As próximas condições de

chuva normal projetadas para a próxima estação podem não ser suficientes para erradicar os impactos dos défices de chuva acumulados que persistiram nas áreas acima mencionadas.

Também deveria ser notado, que eventos episódicos violentos de curta duração e inundações súbitas são comuns em muitas áreas da sub-região, especialmente nas zonas áridas e semi-áridas até mesmo durante as estações com condições de chuva abaixo do normal.

A perspectiva só é relevante para escalas de tempo sazonais e áreas relativamente grandes. Podem acontecer variações locais e de mês a mês. Temperaturas a superfície do mar mais quentes que as normais (SSTs) foram observadas no Oceano Índico e equatorial, central e oriental assim como também no Oceano Atlântico meridional.

Porém, temperaturas mais frias que as normais foram observadas (SSTs) a noroeste do Oceano Índico mas, estas temperaturas estão projetados a tender para as condições próximas das normais durante o seguinte período de previsão. Os resultados do modelo de *Previsão Meteorológica também indicam que existem altas probabilidades para que as temperaturas da superfície normal do mar estejam mais quentes que as temperaturas normais (SSTs), isso é frequentemente chamado de El Niño, que poderia desenvolver-se no Oceano Pacífico central equatorial*. Tais condições podem não afectar o clima da sub-região no início da estação, mas poderão atingir sérios impactos no fim do período de previsão.

Por exemplo, alguns dos eventos anteriores de El Niño foram

associados com as fortes chuvas que aconteceram entre o período de Novembro a Fevereiro. As actualizações da previsão meteorológicas serão fornecidas pelos Serviços Meteorológicos Nacionais (NMSs) e o Centro de Previsão e Aplicações de Clima IGAD¹, (ICPAC – antigo Centro de Monitoramento de Secas em Nairobi, DMCN). Os usuários são deste modo fortemente aconselhados a manter boas relações e estar em contacto com os seus Serviços Meteorológicos Nacionais (NMSs) para a interpretação, melhores detalhes, a actualização e a orientação adicional desta perspectiva.

O Fórum sobre a Perspectiva do Clima

De 23 a 26 de Agosto de 2004, o 14º Fórum sobre a Perspectiva do Clima foi convocado em Nairobi, Quênia, pelo ICPAC (antigo Centro de Monitoramento de Secas de Nairobi) em colaboração com o Serviço Nacional Meteorológico e Hidrológico (NMHSs) e parceiros para formular uma orientação de consenso sobre a estação de chuvas durante o período de Setembro a Dezembro de 2004 no Grande Corno de África (GHA). O fórum revelou o estado do sistema de clima global e suas implicações no clima sazonal da sub-região.

Entre os factores principais tomados em conta estavam as temperaturas da superfície do mar observadas e previstas (SSTs) no Oceano Pacífico tropical e noutro lado do Oceano Atlântico tropical e também do Oceano Índico.

Os usuários da agricultura e da segurança alimentar, gestão de desastres, saúde, pecuária, recursos hidrológicos e meios de

comunicação, entre outros sectores, foram os participantes activos do Fórum. Os usuários formularam as implicações potenciais da Perspectiva durante a estação de Setembro a Dezembro de 2004 e desenvolveram estratégias de mitigação para os respectivos países e sectores.

A Metodologia

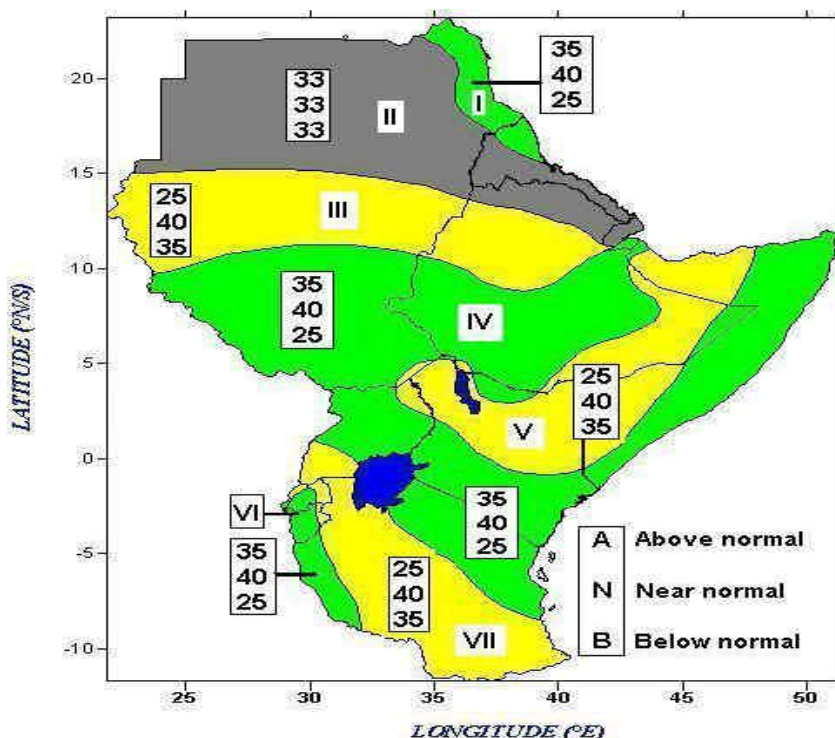
O fórum examinou as correntes e as anomalias esperadas de SST no Oceano Pacífico como também no Oceano Índico e no oceano Atlântico

junto com outros factores que afectam o clima da sub-região. Estes factores foram avaliados usando o binário oceano-atmosfera, modelos de Dinâmica Regional de Clima e modelos estatísticos empíricos como também uma interpretação especializada.

A capacidade actual de previsão sazonal inter-anual permite a previsão de médias espaciais e temporais e pode não considerar completamente os factores físicos e dinâmicos que influenciam a variabilidade do clima regional e nacional.

Os peritos estabeleceram as distribuições de probabilidade para indicar a probabilidade de chuvas acima, próximo ou debaixo do normal para cada zona (veja o Mapa). Sobre a chuva normal é definido como dentro do terço mais húmido das quantidades de chuvas registadas em cada zona; próximo do normal é definido como o terço da chuvas registadas e centradas ao redor do mediano climatológico; e debaixo da chuva normal é definido como dentro do terço mais seco das quantidades de chuva. A climatologia refere-se a uma situação onde quaisquer das três categorias tem chances iguais de acontecer.

Consenso de Perspectiva de Clima durante os meses de Setembro a Dezembro de 2004 no Grande Corno de África



Zona I: Aumento da probabilidade próximo a acima da chuva normal no nordeste do Sudão e Eritreia do Norte.

Zona II: Climatologia é sugerida no norte do Sudão, na maior parte da Eritreia, e Djibouti como também no extremo norte da Etiópia.

Zonas III: Aumento da probabilidade próximo a abaixo das chuvas normais no Sudão Central e partes da Etiópia do Norte.

Zone IV: Aumento da probabilidade próximo a acima da chuva normal no Djibouti Meridional, na Etiópia Oriental, Central, e extremo ocidental, Sudão Meridional, maior parte do Uganda, no nordeste da Tanzânia, e partes do norte litorais, meridionais, e

extremos ocidentais do Quênia como também a Somália Oriental.

Zone V: Aumento da probabilidade próximo a abaixo da chuva normal no nordeste do Uganda, a maior parte do norte do Quênia, Somália Ocidental e a maior parte da Etiópia Oriental.

Zone VI: Aumento da probabilidade próximo a acima da chuva normal na maior parte do Ruanda e Burundi assim como na Tanzânia Ocidental.

Zone VII: Aumento da probabilidade próximo a abaixo da chuva normal no sudoeste do Uganda, noroeste e este do Ruanda, este do Burundi e na maior parte da Tanzânia.

A Perspectiva

O período compreendido de Setembro a Dezembro constitui uma estação de chuva importante na sub-região do Grande Corno de África. A perspectiva de chuva para cada zona dentro desta sub-região é dada abaixo.

Nota: Os números para cada zona indicam as probabilidades (chances de ocorrência) de chuva em cada uma das três categorias: acima, próximo e debaixo do normal. O número do topo indica a probabilidade de chuva que acontece na categoria acima-normal; o número mediano é para o próximo do normal e número do fundo para o debaixo da categoria normal. Por exemplo, no caso do nordeste do Sudão e Eritreia do Norte (Zona I), há 35% de probabilidades da chuva ocorrer acima da categoria normal; 40% de probabilidades da chuva ocorrer na categoria próximo do normal; e 25% de probabilidades da chuva ocorrer debaixo da categoria normal. É também enfatizado, que os limites entre as zonas deveriam ser considerados como áreas de transição.

Contribuintes

O 14º Fórum da Perspectiva de Clima para o Grande Corno de África foi conjuntamente organizado pela Autoridade Inter-Governamental para o Desenvolvimento (IGAD), Centro de Predição e Aplicações de

Clima (ICPAC), Organização Mundial de Meteorologia (WMO), o Escritório de Gestão Oceânica e Atmosférica Nacional de Programas Globais (NOAA/OGP - dos Estados Unidos da América) e o Instituto de Pesquisa Internacional para Previsão de Clima (IRI) no quadro geral do projecto financiado pelo USAID “Geração e aplicações sustentáveis de informação de clima, produtos e serviços para a prontidão de desastres e desenvolvimento sustentável no Grande Corno de África.”

Contribuintes para esta perspectiva de consenso do clima

incluiu: Representantes dos Serviços Meteorológicos de 10 países do Grande Corno de África (GHA) (Instituto Geográfico do Burundi; Serviços Meteorológicos Nacionais do Djibouti; Serviços Meteorológicos da Eritreia; Agência dos Serviços de Meteorologia Nacional da Etiópia; o Departamento Meteorológico do Quênia; Serviço Meteorológico do Ruanda; Departamento de Meteorologia da República da Somália; Autoridade Meteorológica do Sudão; Agência Meteorológica da Tanzânia e Departamento de Meteorologia do Uganda);

Os cientistas de clima e outros peritos de instituições nacionais, regionais e internacionais e organizações como o Centro de Previsão e Aplicações do Clima

(ICPAC); Centro de Monitoramento de Secas, Harare; Instituto de Pesquisa Internacional para a Previsão do Clima (IRI); Organização Mundial de Saúde (WMO); Universidade de Nairobo; e a Universidade de Maseno.

Informações adicionais foram providenciadas pelos Centros Nacionais para a Previsão Ambiental/Centro de Previsão do Clima (NCEP/CPC), ECMWF e Escritório Meteorológico do REINO UNIDO.■

¹ Autoridade Inter-Governamental de Desenvolvimento : Comunidade Económica Regional dos países do Este e Corno de África (REC)

Primeira perspectiva regional de segurança alimentar para O Grande Corno de África

Logo após, o consenso atingido no 14º Fórum de Previsão Climática para o Grande Corno de África, foi convocado o Primeiro Fórum Regional da Perspectiva da Segurança Alimentar (FSOF)- também para o Grande Corno de África, que teve lugar em Nairobo, Quênia de 25 a 27 de Agosto de 2004.

Declaração

O clima determina, a distribuição no tempo-espaco dos recursos naturais a nível do mundo. É no entanto, evidente que este tem um grande significado no desenvolvimento sócio-económico de qualquer país. Uma perspectiva do clima tal como o 14º Fórum de Previsão do Clima [14º Fórum de Previsão Climática para o Grande Corno de África¹, COF ou GHACOF 14], se correctamente

usado, poderá contudo minimizar qualquer impacto adverso resultante da variabilidade do clima.

É por esta razão, de entre outras, que imediatamente após o Consenso de Previsão do Clima (COF 14), de 25 a 27 de Agosto de 2004, o Primeiro Fórum da Perspectiva de Segurança Alimentar (FSOF) teve lugar em Nairobo, no Quênia.

O Primeiro Fórum da Perspectiva de Segurança Alimentar (FSOF) foi uma iniciativa da Autoridade Inter-governamental para o Desenvolvimento¹ (IGAD) Centro de Previsão e Aplicações Climáticas (ICPAC), o Programa Mundial da Alimentação (PMA), o Instituto de Pesquisa Internacional para Previsão do Clima (IRI), Pesquisa Geológica dos Estados Unidos (USGS) e a Rede de Sistemas de Aviso Prévio de Escassez Alimentar (FEWS NET).

Considerando que este foi o primeiro exercício, as perspectivas apresentadas

eram experimentais e devem ser consideradas como cenários. Muitas das apresentações, assumem que outros factores diferentes do clima não mudarão, por exemplo a provisão e disponibilidade de mercados e preços justos. As definições de áreas de insegurança alimentar não são geralmente usadas em todos os países, por isso, havia incerteza sobre como rotular as áreas quentes “hotspot” reflectidas nos mapas que são um tanto a quanto inconsistentes.

Além disso, os delegados não eram necessariamente os membros activos da rede de segurança alimentar, estes também não tinham conhecimentos sobre a análise de sustento, e nunca tinham consultado os outros parceiros da segurança alimentar antes de participarem no Primeiro Fórum da Perspectiva de Segurança Alimentar (FSOF).

A equipe de cada país que consistia de peritos de segurança alimentar, peritos de agricultura e cientistas do clima passaram várias horas - usando as previsões de chuva dos GHACOF14 e a previsão de colheita e gado, em combinação com a situação actual de segurança alimentar bem como o seu próprio juízo - para emitir uma perspectiva de segurança alimentar durante o período de Setembro a Dezembro de 2004.

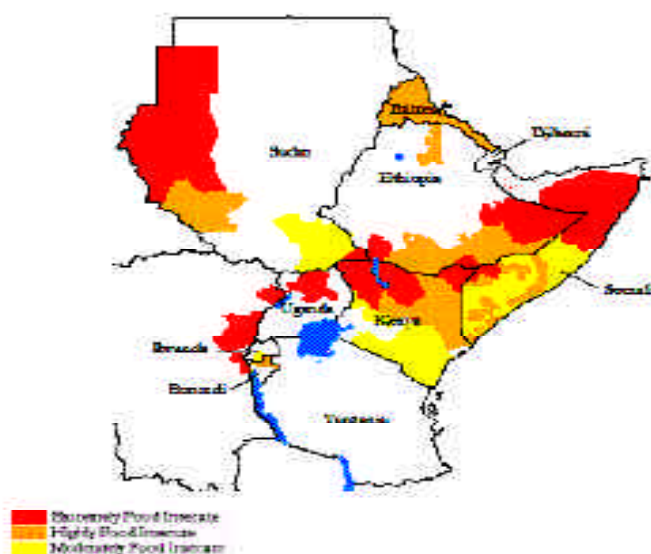
É também importante notar que, enquanto que o clima exerce um grande impacto na segurança alimentar dentro da região, nem todos os factores que determinam os resultados de segurança alimentar dependem do clima. Por exemplo, o comportamento dos mercados podem afectar os preços para ambos os compradores e os vendedores de modos que não estejam necessariamente ligados ao clima.

As metodologias actuais de avaliação da segurança alimentar têm, em alguns casos, enfrentado dificuldades na captação completa dos diversos modos e estratégias de sobrevivência das famílias. As zonas de sobrevivência/subsistência não foram completamente e consistentemente mapeadas na região, isto faz com que, as avaliações do impacto do clima sejam em alguns casos mais subjectivas do que em outros.

De forma a acomodar a natureza probabilística das previsões, foram elaborados mapas de precipitação para três cenários: o pior caso, o melhor caso e o mais provável. O cenário mais provável foi utilizado pelos países para criar as suas próprias previsões. A actual situação de segurança alimentar assim como as previsões sectoriais foram interpretadas e refinadas tendo em conta o parecer dos peritos. Foi reconhecido que a segurança alimentar é produto de múltiplos factores, alguns dos quais, não foram incluídos neste Primeiro Fórum da Perspectiva de Segurança Alimentar (FSOF)."

O cenário mais provável, para os sectores da agricultura e pecuária fornecem uma base para a compreensão do potencial do impacto da condição

Mapa de Previsão Regional de Segurança Alimentar, Países do Grande Corno de África, fim de Dezembro 2004



de previsão climática para a segurança alimentar na região (Figura 2). O sombreado vermelho, indica áreas propensas à insegurança alimentar, o laranja, áreas altamente propensas à insegurança alimentar, e o amarelo, áreas moderadamente propensas à insegurança alimentar. Contando principalmente com a componente climática, se desenvolveram estas categorias.

Contudo, é pena notar que as causas da insegurança alimentar nos países do Grande Corno de África são múltiplas e complexas. Elas incluem, as guerras, as doenças, as cheias, e a pobreza crónica. Portanto, a interpretação das categorias da insegurança alimentar requer uma informação detalhada sobre as causas críticas da insegurança alimentar a níveis nacional e regional.

Estas condições podem piorar as condições já precárias de segurança alimentar entre as comunidades de pastores/ nómadas da Eritreia e do este da Etiópia e do este e norte do Quênia. Uma parte do centro da Somália poderá provavelmente ser incluída na categoria de extrema insegurança alimentar, causando consequências negativas de mais comunidades de pastores nómadas que ficam destituídos nas periferias dos centros urbanos.

Estes cenários podem constituir uma potencial "explosão ambiental" devido a exploração acima do normal dos recursos naturais tais como o carvão e a lenha. As condições de segurança alimentar deverão melhorar nos restantes países do Grande Corno de África se houver uma precipitação favorável.

O mapa indica que muitas áreas que são prováveis de serem extremamente inseguras em alimentação incluem o Sudão Ocidental, partes da Etiópia Meridional e Oriental, Somália do Norte, o noroeste e nordeste do Quênia como também o norte do Uganda. As áreas altamente inseguras em alimentação incluem o sudoeste do Sudão, a maior parte da Eritreia, Etiópia Meridional e nordeste do Quênia. As áreas de segurança alimentar moderada incluem o sudeste do Sudão, áreas do sudeste e litoral do Quênia como também a Somália Central e Meridional. ■

¹ Composto por Eritreia, Etiópia, Djibouti, Somália, Sudão, Quênia, Tanzânia, Uganda, Ruanda e Burundi.

² Autoridade Inter-Governamental do Desenvolvimento: Países do Este e Corno da África, Comunidade Económica Regional (REC).

Relatório da Conferência

A Gestão de Desastres em África: É necessária?

Sr. Charles Kelly

*Director para África da
Sociedade de Gestão da Emergência
Internacional - TIEMS*

Introdução

Este relatório fornece o sumário da conferência sobre a gestão de desastres em África financiada pela Sociedade Internacional de Gestão de Emergência (TIEMS). A conferência decorreu por via da Internet e teve lugar entre os dias 17 de Abril e 16 de Maio de 2004. Um número total de 75 pessoas fizeram o registo oficial para participar na conferência, muito embora os relatórios indiquem que mais pessoas receberam a informação e comunicações da conferência sem terem feito o registo. A conferência teve lugar um mês antes do encontro annual da Sociedade Internacional de Gestão de Emergência (TIEMS) no Shire do Yarra, no Estado de Victoria, Austrália (veja o endereço electrónico www.tiems.org).

A gestão global da conferência esteve a cargo do Sr. Charles Kelly (Director para África da Sociedade Internacional de Gestão de Emergência) e contou com o apoio técnico do Sr. Ulrich Raape, e pessoal do Fraunhofer Institut für Fabrikbetrieb und – Automatisierung, Magdeburg, Alemanha. As facilidades de Internet da Fraunhofer Institutet foram usadas para lançar o programa e a página da internet através da qual a conferência teve lugar.

Este relatório fornece primeiro, as conclusões e recomendações da conferência sobre a gestão de desastres (presumivelmente as de mais interesse para os leitores) e de

seguida, a informação e objectivos da conferência bem como, as lições aprendidas. As anotações completas das comunicações apresentadas durante a conferência são apresentadas no seguinte endereço <http://listserv.tiems.org/mailman/listinfo/virtualconference>.

Conclusões e recomendações da Conferência

As seguintes conclusões e recomendações da conferência, foram emanadas das comunicações da conferência e sumários das sessões elaboradas pelos moderadores das sessões nomeadamente Sr. Salibo Some e o Sr. Dewald van Niekerk. Tal como solicitado pelos participantes à conferência, estas conclusões e recomendações serão publicadas e partilhadas com organismos internacionais relevantes, incluindo a União Africana (UA), Organização das Nações Unidas, o Secretariado da Estratégia Internacional para a Redução de Desastres das Nações Unidas (NU/EIRD), a União Europeia (UE), assim como os doadores chaves e governos.

A Educação é a chave

A Educação é a chave para uma melhor gestão dos riscos, perigos, e vulnerabilidades associadas aos desastres em África.

Primeira Recomendação: A educação sobre os desastres deve ser abordada a todos os níveis, desde o nível primário até ao nível de pós-graduação e educação contínua, incluindo o público em geral, a sociedade civil, os decisores, transnacionais e comunidades especiais (Por Exemplo, os deficientes físicos)

e deve ser transmitida numa língua que possa ser entendida por todos os receptores.

Sucessos de remaque

Atenção especial foi dada as lacunas na gestão dos desastres em África. Os sucessos, envolvendo, a participação e esforços locais não são muita das vezes reconhecidos nem publicados.

Segunda Recomendação: Os esforços bem sucedidos de gestão de desastres em África devem ser documentados e analisados de forma a identificar-se a metodologia que melhor se adequa a que tipo de comunidades e em que circunstâncias. Os resultados, de tal análise, devem ser amplamente disseminados desde a comunidade até ao nível internacional.

Compreender os desastres na perspectiva africana

Alguns desastres que ocorrem em África são diferentes dos desastres que ocorrem noutras partes do mundo. Os Africanos mostram grande preocupação sobre o impacto desastroso dos conflitos prolongados, do HIV/SIDA, do tráfico de crianças e outros azares que não são encarados como desastres potenciais em outras partes do mundo

Terceira Recomendação: A definição de desastres, sua prevenção, mitigação e resposta devem tomar em conta as preocupações de África em particular os desafios sociais, físicos e tecnológicos existentes em África.

Usar o desenvolvimento para limitar o impacto dos desastres

Prevenir ou mitigar os desastres em África é uma componente e parte

essencial do processo de desenvolvimento. O alívio aos desastres tem recebido muita atenção em África. A prevenção, mitigação, resposta, vulnerabilidade e redução de riscos e a criação de resistência devem receber a mesma atenção no processo de desenvolvimento, programas e projectos.

Quarta Recomendação: Os Governos e aqueles que financiam o desenvolvimento em África precisam de adoptar e seguir políticas que levam à redução de riscos de desastres e vulnerabilidades e de aumentar a resistência a todos os níveis sociais. Fazer o contrário poderá implicar o falhanço do processo de desenvolvimento antes que este comece, isto implica por conseguinte falhas na boa governação.

Aumentar a partilha de informação sobre a gestão de desastres

A troca de informação, é crucial para melhorar a gestão de desastres em África. A conferência financiada pela Sociedade Internacional de Gestão de Emergência (TIEMS) foi o primeiro passo neste processo, mas, o processo deve ser regular e contínuo e de algum modo formal.

Quinta Recomendação: As próximas trocas de informação sobre a gestão de desastres em África devem acontecer através de quaisquer meios disponíveis. Estes meios, podem incluir, a Internet, encontros e conferências ao vivo. Estes esforços, serão efectivos e faceis com a criação de uma Rede Africana de Prevenção de Desastres que integre todos os países do continente africano.

Esta rede, poderá seguir o modelo de redes similares existentes noutras partes do mundo, e poderá tratar da capacitação institucional, advocacia e actividades de informação e educação do público e mobilização de recursos.

Objectivos da Conferência

Existem poucos foros, que sejam conferências ou outros meios de troca

de informação e experiências sobre a gestão de desastres em África. A Sociedade Internacional de Gestão de Emergência (TIEMS), tentou sem nenhum sucesso, encorajar a participação de Africanos em conferências e discussões anteriores sobre a gestão de desastres em África. As barreiras mais significativas à participação de Africanos foram, os custos da viagem, vistos e da conferência em si.

Reflectindo sobre como a Sociedade Internacional de Gestão de Emergência poderia contribuir para melhorar a gestão de desastres em África, surgiu a ideia de se organizar uma conferência por via da Internet. Isto, foi visto como uma forma de resolver a questão dos custos de viagem. A Internet, já é acessível em muitas partes de África e constitui um meio fácil de se usar, através do qual, tanto os Africanos como pessoas singulares interessadas, poderão trocar os seus pontos de vista e discutir questões relacionadas com a gestão de desastres em África.

Temas e estrutura da Conferência

O tema global da conferência foi a gestão de desastres em África: é necessária? A troca de informação durante a conferência deveria ser estruturada à volta de três tópicos acima mencionados. Cada tópico foi introduzido por uma comunicação preparada pelo moderador da sessão. Os tópicos cobertos, durante a conferência bem como os nomes e outros detalhes dos moderadores são a seguir apresentados :

Semana 1 e 2: Qual é o significado da gestão de desastres em África? Data de início: 18 de Abril de 2004. Moderado pelo Sr. Salibo Some, Director Executivo do Conselho Africano de Desenvolvimento Sustentável, Burquina Faso.

Semana 3: A integração da redução de risco na planificação do desenvolvimento Data de início: 2 de Maio de 2004. Moderado pelo Sr. Dewald van Niekerk, Centro Africano de Estudos de Desastres,

Universidade North-West, África do Sul

Semana 4: O que é necessário para tornar efectiva a gestão de desastres em África? Data de início: 9 de Maio de 2004. Moderado pelo Sr. Steve Hansch, Pesquisador de Gestão de desastres que participou recentemente nas Lições Aprendidas da Revisão de Crises Alimentares na zona da África Austral (financiado por C. Kelly).

Lições aprendidas

A participação activa por parte dos Africanos na conferência foi limitada.

Muito embora seja difícil definir claramente a participação através de endereços de email, evidências circunstanciais tais como (o nome da pessoa registada e o nome do endereço email) indicaram que, um grande número de participantes não eram de origem Africana nem residiam actualmente em África. Muito embora o ser Africano ou residir em África não fossem critérios de participação na conferência, esperava-se um grande número de participantes de África. No futuro, deve-se alcançar uma maior participação de “Africanos” em conferências desta natureza.

Uma participação global limitada.

Os esforços de publicação da conferência foram feitos, mas apenas 75 pessoas fizeram o registo. Muito embora tenham havido aqueles que passaram “despercebidos” (pessoas que não fizeram o registo mas que receberam as comunicações da conferência através de outren), o número de participantes foi inferior ao número de indivíduos envolvidos na gestão de desastres em África.

Ao mesmo tempo, é pouco provável que a Sociedade Internacional de Gestão de Emergência (TIEMS) possa ter 75 pessoas fisicamente presentes numa sessão em África. Tomando em consideração este indicador, a conferência foi um sucesso. Muito embora, exista a necessidade de uma maior

participação. Esta é outra lição aprendida.

Os Participantes potenciais acharam difícil o método de participação

Existem, aparentemente, um número de causas para este problema, que vai desde as particularidades do software usado durante a conferência até a falta de compreensão de como se navega para se fazer o registo. O impacto global foi a rejeição da participação a um número desconhecido de indivíduos. Estes problemas estão a ser investigados e devem ser resolvidos antes de se embarcar numa conferência virtual no futuro usando o mesmo processo e programa.

Tal como em qualquer conferência, os faladores foram poucos e os ouvintes muitos

Em outras palavras, nem todos os

que se registaram enviaram mensagens relativas ao tópico em discussão. Isto é um fenómeno comum nas conferências onde as pessoas não estão fisicamente presentes. Isto já aconteceu em outras conferências virtuais e não deve ser necessariamente visto como um resultado negativo. Contudo, as próximas conferências devem identificar formas de encorajar uma maior participação de pessoas e de se evitar que sejam sempre as mesmas pessoas a participar e a dizer a mesma coisa repetidamente.

Existe o potencial de se realizarem no futuro Conferências via Internet sobre a gestão dos desastres em África

O processo básico e o mecanismos da conferência via Internet permitiu o intercâmbio de pontos de vista e

informação que não teriam sido possíveis se tivesse solicitado a presença física de todos os participantes num local fixo.

Adicionalmente, o intercâmbio possibilitou a identificação de um número de questões e tópicos que requerem discussões contínuas e novas, estas, podem tomar lugar sob a forma de uma conferência via Internet. Contudo, as próximas conferências via Internet sobre a gestão de desastres em África poderão ser bem sucedidas se houver no geral, maior participação das pessoas, bem como, o desenvolvimento e moderação de tópicos que sejam relevantes às pessoas interessadas em gestão de desastres em África.■